



HENRIQUE
SILVEIRA

RIO POR INTEIRO

Reflexões
sobre a
cidade metropolitana

periferias
EDITORA

RIO POR INTEIRO

© Editora Periferias, 2023.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

EDITORES: Daniel Martins de Araújo e Rodolfo Teixeira Alves
COORDENAÇÃO: Felipe Almeida da Mota e Daniel Martins de Araújo
PREPARAÇÃO E REVISÃO: Fábio Borges, Jemima Alves e Cassia da
Rosa e Oliveira
PROJETO GRÁFICO: Érico Peretta

Editora Periferias

Rua Teixeira Ribeiro, 535, Maré, Rio de Janeiro
periferiasedita.com.br | revistaperiferias.org | editora@imja.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silveira, Henrique

Rio por inteiro : reflexões sobre a cidade metropolitana /
Henrique Silveira. -- Rio de Janeiro, RJ : Editora Periferias, 2023.

ISBN 978-65-87799-23-0

1. Desenvolvimento urbano sustentável 2. Experiência - Relatos
3. Mobilidade urbana I. Título.

23-176314

CDD-363.125

Índices para catálogo sistemático:

1. Mobilidade urbana : Problemas sociais 363.125 Tábara Alves
da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

**HENRIQUE
SILVEIRA
RIO POR INTEIRO**

Reflexões
sobre a
cidade metropolitana

periferias
EDITORA

08 APRESENTAÇÃO

10 PREFÁCIO JOSÉ MARCELO ZACCHI

13 DE MORADOR DE IMBARIÊ A CIDADÃO DA
METRÓPOLE FLUMINENSE

72 CASA FLUMINENSE: A CONSTRUÇÃO DA
LUTA PELO DIREITO À CIDADE

84 TRIBUNA RIO POR INTEIRO

86 **MOBILIDADE URBANA** | Junho de 2013 e o trem
Maria-fumaça | Não ao BRT Gramacho-Imbariê |
O Dia da Baixada | Transparência no bilhete único |
Não foi em vão | Crise no transporte e aumento dos
trens | Transformar os trens em metrô de superfície |
Autoridade metropolitana do transporte de Nova York |
Cadê a autoridade metropolitana dos transportes?

- 118 **SANEAMENTO BÁSICO** | Baía de Guanabara, a grande esquecida | Água, saneamento e a Câmara Metropolitana | Saneamento básico, agora vai?
- 130 **DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL** | Crise urbana e moradia no Centro | De Santa Cruz a Imbariê: Uma cartografia de parques na cidade | 10 passos para o desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro | De olho nas metas da cidade | Monitorar a Agenda 2030 no Rio
- 154 **GESTÃO METROPOLITANA** | Agenda 2030 e a jornada rumo às Cidades Sustentáveis | Agenda do Rio após os jogos | A tarefa de construir uma metrópole polinucleada e integrada | Por uma política metropolitana no Rio | Planejamento e governança metropolitana – Desafios para a Rede Pró-Rio | Nota de repúdio à Câmara Metropolitana
- 186 **SOCIEDADE CIVIL** | Baixada, fronteira da segurança pública | Participação e renovação política no Rio por Inteiro | Aprendizados com a Covid-19 | Filantropia comunitária | 20 anos do Observatório de Favelas | Rio, Negro: Memória e imaginação política
- 211 **DEZ ANOS DE CASA FLUMINENSE
TECENDO A CIDADANIA**

*O espaço é a síntese, sempre provisória,
entre o conteúdo social e as formas espaciais*

MILTON SANTOS
A Natureza do Espaço

APRESENTAÇÃO

Pronto para o embarque

Dois sentimentos marcam a construção deste livro. A responsabilidade de contar a própria história e o desejo de transformar a cidade metropolitana. Nos últimos dez anos, atuei na construção da Casa Fluminense e no debate sobre políticas públicas para o Rio de Janeiro, ocupando certo protagonismo na sociedade civil. Essa não foi uma trajetória solitária, mas sim uma jornada coletiva. Entendo que sistematizar nossas realizações e sublinhar nossas prioridades é importante para inspirar pessoas dedicadas à luta por igualdade no Rio.

Quando eu levei a proposta do livro para a editora Periferias, recebi a sugestão de também contar a minha própria jornada pessoal. Fiquei na dúvida, mas aceitei a sugestão. Faço parte de uma geração de jovens da periferia que acessou a universidade nos anos 2000 pelo sistema de cotas e hoje atua para criar novas oportunidades para pessoas da mesma origem. Explicar o ponto de partida ajuda a entender minha jornada até hoje e a forma como espero contribuir com a cidade nos próximos anos.

Livros sempre são trabalhos realizados com muitas mãos. Agradeço a toda equipe da editora Periferias pelo compromisso e qualidade dedicada no projeto. Meus sinceros agradecimentos a Daniel Martins, Rodolfo Teixeira, Fábio Borges e Cleber Ribeiro. Minha gratidão a Jailson de Souza e Silva, geógrafo, amigo e mestre das Periferias.

Rio por inteiro é estruturado em quatro partes: na primeira, eu conto a minha história, de Imbariê para a metrópole.

A Casa Fluminense representa um marco em minha vida. Os bastidores e os firmes primeiros passos da fundação da organização estão na segunda parte do livro. Em dez anos de Casa, nosso posicionamento, nossas estratégias e formulações foram compartilhadas e disseminadas com convicção. Na terceira parte organizamos uma coletânea de artigos que publiquei na imprensa carioca e fluminense a partir de 2013 sobre mobilidade urbana, saneamento básico, desenvolvimento urbano sustentável, gestão metropolitana, e sociedade civil. Na parte final do livro, nos perguntamos: qual foi a diferença que a Casa fez no Rio nesses dez anos?

Expresso minha gratidão a todos os associados, parceiros e aliados da Casa Fluminense pelas histórias e as batalhas que travamos juntos; a todas as pessoas que trabalharam no Núcleo Executivo e que passaram pelo Conselho Deliberativo da Casa ao longo desses anos. A convivência com vocês foi o combustível para realizar nossa missão institucional com determinação e leveza. Em nome de todos, agradeço a Zé Marcelo pela parceria na criação da Casa e a Vitor Mihesen e Larissa Amorim pela cumplicidade com o futuro.

Agradeço a Neca Setubal pelo apoio material na viabilização desse livro. Nos conhecemos no mundo da filantropia brasileira e estreitamos parcerias na construção de iniciativas comuns. O compromisso com um Brasil mais justo, democrático e sustentável nos une.

Agradeço à minha família, minha base: Helena, Bolão e Juliana — mãe, pai e irmã — por todo amor e cuidado. Agradeço à minha esposa Mariana e à nossa filha Isabel pelo amor e parceria na construção do nosso presente e futuro.

Hora de embarcar rumo ao Rio por Inteiro. ◇

PREFÁCIO

JOSÉ MARCELO ZACCHI

Os sentidos da ação pública encontram sua expressão mais completa quando combinam com plenitude identidade, excelência e compromisso.

A trajetória, pensamento e atuação de Henrique Silveira na cidade metropolitana do Rio de Janeiro — como gostamos de chamá-la —: 22 municípios, uma cidade só, sob qualquer aspecto da experiência cotidiana dos seus mais de 12 milhões de habitantes — são exemplos de rara beleza deste princípio.

Filho da metrópole, experimentada pelas janelas de trens em movimento ou pela convívio plural de salas de aula e espaços públicos, e fruto dela, no percurso que vai do legado familiar e afetivo do Nordeste brasileiro à conquista de espaços e o acesso à universidade e à arena cidadã, como descreve na primeira parte deste livro, Henrique fala deste lugar de quem descobre e celebra o Rio a partir de Imbariê, nas franjas de Duque de Caxias, na rota inversa dos trilhos ferroviários que definiram a expansão urbana — e suburbana — da cidade ao longo de sua história.

Observador feito intérprete pelo contato com redes e políticas de inclusão racial e educacional na construção de caminhos individuais. Com o enlace com a geografia na formação acadêmica e na compreensão do território como percurso coletivo, Henrique abraça a tarefa de decifrar as possibilidades de um "Rio por inteiro" e propor-lhe caminhos, com a criação da Casa Fluminense, a tessitura cotidiana de conexões na escala dos 5 mil km² da metrópole e o mergulho na reflexão urbana e de políticas públicas capazes de levar à prática a visão da cidade mais generosa, solidária

e inspiradora do que a vivência das trilhas entrelaçadas entre indivíduo e espaço sugeriria.

A segunda e terceira partes do livro trazem um pouco da história dessa jornada e o panorama de olhares e ideias para a realização com êxito do Rio que precisamos nutrido pela Casa. Representam certamente uma contribuição valiosa para o debate e afirmação de novos futuros possíveis (e mais do que nunca necessários) para a cidade. E abrem caminho para a conclusão da leitura, que antes ou além do balanço que propõe guarda um chamado: para a sequência da ação à frente, generosa, solidária e estimulantemente persistente e coletiva, lançando luzes sobre o arco de parceiros na caminhada em toda a metrópole e artífices possíveis de novos percursos para ela.

Chamado que afinal faz todo sentido: como observa já na introdução ao livro, além de um espaço, Henrique é também filho e ponta de lança de um tempo: de uma geração de jovens das periferias ganhando terreno e ocupando o centro da arena pública no país. Filhos das trilhas culturais e afetivas capazes de tecer aos poucos um Brasil digno de si, portadores da resolução e novidade aptos a realizá-lo. Se o percurso recente do país, como do Rio, sugere inviabilidade e esgotamento, trajetórias como a contida aqui indicam haver sempre mais em formação: não é menor que esse o significado que a leitura adiante pode inspirar.

O que faz do lugar um território é a produção compartilhada de significados, o melhor da geografia ensina. Que este livro possa ajudar a renovar também a confiança nas possibilidades da melhor ação pública para refazer e expandir os sentidos do espaço comum — de Caxias, da Baixada, do Leste, da cidade-metrópole inteira, sem que nos permitamos deixar por menos. ◇



Não fume
no smoking | no fume

Federal 9.294 - 15.07.1996

Estadual 5.517 - 17.08.2009

Frequentemente
pela via coloca em risco
sua vida e de outros
passageiros.

Frequently walking on the tracks may
put your life and the lives of others in
danger.

Para su seguridad, sólo pase a la
línea de Guarema si bien para su
completo y vital con los poderes abdicar.

DE MORADOR DE IMBARIÊ A CIDADÃO DA METRÓPOLE FLUMINENSE



no fume
no smoking | no fume

9.294 - 15.07.1996

5.517 - 17.08.2009

© Rodolfo Teixeira Alves



Transitar irregularmente
pela via coloca em risco
sua vida e de outros
passageiros.

*Irregularly walking on the tracks may
put your life and the lives of others in
danger.*

*Para su seguridad, sólo pase la línea
señalada cuando el tren pare por
completo y está con las puertas abiertas.*

9H

[1]

Ser geógrafo ainda não tinha se tornado uma opção. Durante o Ensino Médio, passei a duvidar sobre o sentido de me tornar militar. Ainda que cogitasse ser oficial do bombeiro, as aulas de geografia despertaram o exercício de olhar de forma crítica para a cidade e para a questão ambiental. Eu via a cidade pela janela do trem: uma paisagem que ia mudando conforme eu partia da estação de Santa Lúcia, passava por Imbariê, entrava em Saracuruna, Gramacho, Caxias, Vigário Geral, Bonsucesso e chegava em São Cristóvão. Nos anos 2000, novos trens com ar-condicionado foram instalados no ramal de Deodoro, o mais bem equipado e valorizado da Supervia. Passei a querer muito entender porque eu morava num lugar que tinha um trem tão velho. Eu ainda era jovem, por isso ficava indignado com os colegas que moravam no Méier ou em Marechal Hermes, por exemplo, e podiam pegar aquele trem novo, enquanto eu era obrigado a pegar o Saracuruna sem ar-condicionado. E pior, em Saracuruna ainda tinha de pegar o Maria Fumaça, um trem a diesel com mais de sessenta anos, até chegar em casa.

Em 2001, eu cursava o primeiro ano do Ensino Médio, no Ciep 171 em Santa Lúcia, quando entendi que eu precisava de um colégio melhor. Foi quando descobri colégios federais como o Pedro II, CEFET e FAETEC — em sua maioria localizados na cidade do Rio. Decidi tentar um deles, estudando por conta própria, confiante por reconhecer que tinha tido um Ensino Fundamental de qualidade. Fui aprovado no CEFET e naquele momento entendi o papel que a educação passaria a ter na minha vida. Estudava no turno da tarde, em uma turma composta por pessoas de vários

outros espaços. Era gente que vinha do Méier, de Niterói, de São Gonçalo, do Centro de Caxias, de Marechal Hermes, de Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Flamengo e Botafogo.

Uma turma muito diversa, um pedacinho da metrópole estava naquela sala. Diante de estudantes estudiosos e inteligentes, eu me convenci de que eu não poderia dar mole, e que teria de estudar muito. Esse se tornou meu principal mantra.

A mobilidade que o CEFET me proporcionava ia se mostrando uma experiência incrível. Da estação Santa Lúcia até Saracuruna, na Maria Fumaça. De Saracuruna até Gramacho, de Gramacho até São Cristóvão. Esse trajeto durava 1 hora e 40 minutos. Além das aulas, a possibilidade de frequentar aquela biblioteca fantástica da escola, com acesso a internet, me exigia ser criterioso com o tempo. Foi lá que criei meu primeiro endereço de e-mail e o que eu lia me mostrava o que significava acessar a Universidade, ter graduação, fazer mestrado.

Na época, ainda nutria aquele sonho de muitos jovens pobres da periferia: ter na carreira militar um emprego estável, com um bom salário e uma profissão muito respeitada. Eu queria ser sargento do Exército, depois cogitei ser oficial do Corpo de Bombeiro. Esses sonhos me incentivavam a continuar estudando, mas no CEFET, passei a circular mais pela cidade do Rio de Janeiro, frequentava a praia de Copacabana, duas vezes ao mês assistia a filmes no cinema, via exposições no CCBB, tinha lazer com colegas jogando cartas e pingue pongue em momentos ociosos. Pra mim que vinha de Imbariê, nadar nas praias cariocas representou a oportunidade de ter a experiência de conhecer essa cidade tão rica de possibilidades. Acabei desistindo da carreira militar. ◇

[2]

Dona Ester, minha bisavó materna, com quem convivi muito pouco tempo, morreu com mais de 80 anos, quando eu ainda era muito novo. Ela não enxergava com um dos olhos e tinha pouca visão no outro. Era uma mulher que conhecia as ervas, sabia encontrá-las no meio do mato e preparar chás. E, por causa dela, passei a ficar muito intrigado em conhecer sua história e a origem da minha família.

Ela e o meu bisavô vieram de Alagoas nos anos 1940. Saíram de Alagoas para morar na capital do Brasil. Viveram por um período no bairro do Madureira enquanto meu bisavô trabalhava em uma fábrica de açúcar, na zona da Leopoldina. Após uma curta estada no Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, se mudaram para Sambaetiba, em Itaboraá, e depois foram morar na Baixada Fluminense, em Duque de Caxias, num lugar chamado Fazenda Mato Grosso, no distrito de Imbariê. Ali fizeram a roça deles, plantaram aipim, laranja e feijão, e criaram galinhas. Faziam farinha de mandioca e outros produtos que vendiam em feiras livres. Trabalhavam nas feiras cariocas na Glória, Laranjeiras e Copacabana. Com essa atividade sustentaram a família.

A situação na Fazenda Mato Grosso não era simples, os conflitos e disputas pela posse da terra eram muitos. Um grileiro na região, embora não fosse o dono, cobrava pedágio das pessoas que trabalhavam na terra. A situação durou alguns anos, a ponto de minha família abandonar o sítio e comprar um lote de terra na região de Santa Lúcia, onde boa parte da minha família vive até hoje. E foi nesse território que minha bisavó Ester se assentou com sua família e criou seus nove filhos.

Meu bisavô, nos anos 1960, participou das ligas camponesas na Baixada Fluminense e se associou aos sindicatos rurais. Esse era um momento de efervescência no Brasil, com a emergência de movimentos populares durante o governo João Goulart. Após o golpe de 1964, essas organizações foram desmanteladas e seus líderes, presos. Meu bisavô não fazia parte da liderança do movimento, ele se engajou porque o sítio onde moravam era um arrendamento.

Após a desmobilização desses movimentos que reivindicavam a posse da terra e a mudança para Santa Lúcia, minha bisavó continuou trabalhando como feirante. Pegava o trem bem cedinho, em Santa Lúcia, e ia ao Rio trabalhar nas feiras livres, continuando a sustentar toda a família assim. Essa mulher forte e trabalhadora eu encontrei quando buscava conhecer minha ancestralidade. Mais velho, aprendi a respeitar e valorizar Dona Ester, avó da minha mãe – a bisavó com quem tive muito pouco contato.

A família do meu pai é de Ilhéus. Quando meus avós vieram para o Rio de Janeiro, já tinham quatro filhos e aqui nasceram outros quatro. Meu pai tinha 1 ano quando veio da Bahia para o Rio de Janeiro. Passaram por outros bairros de Caxias, antes de fixarem residência em Santa Lúcia.

Minha mãe e meu pai se conhecem desde a infância, moravam na mesma rua. Cresceram juntos, namoraram e se casaram. Meu pai é um empreendedor popular. Foi serralheiro, motorista de caminhão e fabricou laje pré-moldada. Ele teve uma sociedade com meu tio numa loja de material de construção. Esse período é marcado pela vida corrida, quando meu pai se desdobrava entre o emprego assalariado, a loja de material de construção em sociedade e o trabalho na serralheria mantido no terraço de nossa casa.

Minha mãe é técnica de enfermagem e cuidadora de idosos, trabalhou em hospitais e noutros lugares. Sua trajetória é marcada pelo cuidado das pessoas tanto no exercício profissional como nas relações familiares e interpessoais. Meus pais tiveram dois filhos: minha irmã Juliana e eu. ◇

[3]

Não era asfaltada, era uma rua de terra, mas era o lugar de encontro e brincadeira entre muitos meninos e meninas, onde joguei bola com os colegas e conversava até mais tarde, mesmo que precisasse de permissão para isso. Eu vivi uma infância feliz, de vida em comunidade.

As cachoeiras da região foram espaços importantes de lazer. Íamos muito para a cachoeira do Rio do Ouro, em Piabetá, Magé. A tia Laura tinha parentes que moravam em um sítio na região, onde plantavam aipim, milho e tinham árvores frutíferas. A goiabeira era a favorita. Eles tinham uma lanchonete que vendia deliciosos bolinhos de aipim com caldo de cana. Eram donos de algumas casas no sítio e, durante o verão, a tia Laura alugava uma daquelas casas, na Vila da Cachoeira. Nos finais de semana, durante o dia, a cachoeira ficava lotada de gente. De noite, eu e meus primos pescávamos piaba e camarão de água doce.

Antes de dormir, fazíamos armadilhas de garrafa pet cortada no meio com a boca invertida com isca dentro; as piabas, camarões e outros peixinhos entravam e não conseguiam sair. Pela manhã cedo, a gente voltava às armadilhas preparadas à noite para recolher as piabas, camarões e outros peixes, que eram servidos fritos, acompanhados de farofa. Este foi o nosso café da manhã durante a infância e a adolescência na casa que tia Laura alugava na cachoeira.

Nos domingos de sol, minha mãe, tia Laura e tia Beth nos levavam na Quinta da Boa Vista. Pegávamos a Maria Fumaça em Santa Lúcia, íamos até Saracuruna, e de lá para São Cristóvão. O trem, para mim, era como um shopping onde se vendia muita coisa. Lembro de comprar

picolé, um picolé bem baratinho, de que não me esqueço. Para nossos passeios, elas levavam pastel e sanduíche para o lanche. Joguei bola com meus primos nesse parque e, quando não estávamos na Quinta, às vezes, íamos ao zoológico.

Tia Laura e meus primos Murilo e Mauro gostavam de pescar na praia do Remanso, em Magé. Nessa época, a água já não era a mais limpa, mas insistíamos em frequentar essa praia e não éramos os únicos, lá havia bastante gente. Mas isso foi antes do acidente da Petrobras, em 2000, que derramou petróleo na Baía de Guanabara. O acidente inviabilizou, de maneira cruel, a pesca para quem vivia na Baía de Guanabara. Eu tinha um tio pescador, por isso vi a situação de pescadores que deixaram de praticar a pescaria e tê-la como fonte de renda. Além do impacto ambiental, o acidente também limitou o lazer de muita gente, sobretudo do fundo da Baía de Guanabara, que é de onde eu venho e costumava visitar quando mais novo.

Eu gosto de pensar que tive a oportunidade de ter uma infância na Baía de Guanabara: pescando e nadando nas praias. Momentos inesquecíveis de lazer, quando fazíamos pesca de arrastão – com cada um segurando uma ponta, a rede arrastava.

A presença das minhas tias, sobretudo a tia Laura, era sempre uma oportunidade para conhecer novas pessoas, lugares e estabelecer novas experiências. Ela literalmente ajudava a quebrar nossa rotina. Minha tia gostava muito de passear. Ela animava minha mãe a ir nos passeios e, juntas, garantiam nosso lazer e fruição na cidade. Eu guardo delas muito esse desejo de que a vida tem que ser prazerosa, ela não pode ser só trabalho.

Minhas tias maternas são pessoas que adoro, mulheres muito fortes. Tia Beth tem dois filhos: o Leandro e o Leonardo. Tia Laura tem uma filha e dois filhos: Mauro, Murilo e Marta. Meus primos Mauro e Murilo formavam com outros primos uma família estendida. Uma parte da galera e eu somos botafoguenses. Além do futebol que nos unia, havia os videogames, os filmes alugados em locadoras e assistidos juntos, as trocas dos filmes assistidos, os churrascos, os passeios, as viagens.

Minha tia frequentava a Igreja Batista. Apesar de crescer numa família católica, ter sido batizado e feito a primeira comunhão, no início da adolescência, frequentei a Igreja com ela. Participei de um retiro de Carnaval da igreja em Rio das Ostras. A Tia Teresa morava em Petrópolis, era caseira em sítios de veraneio, e tinha dois filhos Adriana e Jorge. Eu e o Jorginho aniversariamos em datas próximas. Ir para a sua casa era outra oportunidade de visitar Petrópolis. Fazíamos o trajeto de Santa Lúcia para Petrópolis pela Serra Velha, por Raiz da Serra.

Minha tia Telma, irmã do meu pai, quando saiu de Santa Lúcia foi morar no Rio de Janeiro. Tia Telma sempre deu bons presentes e me levava para passar as férias no Rio Comprido. Junto com meu primo Fábio, íamos para praia de Ipanema e Leblon. Ela e meu tio Paulo me ajudaram muito. O Paulo é um cara estudioso, uma pessoa que preza pelo contato com livros e que estimulou meu gosto pela leitura. Eu me lembro que num gesto de carinho me doou sua coleção de livros do Ginásio, livros que ele guardou com cuidado ao longo da vida. Quando me viu dedicado aos estudos, ele me doou a coleção de livros, que guardei na minha estante e nunca perderam seu valor. Eles me apoiaram

quando eu passei para o CEFET, pois no primeiro ano, eu cursava o período integral, eles abriram a casa durante alguns dias da semana para que eu dormisse lá. Nesses dias, a diferença entre o deslocamento do Rio Comprido para São Cristóvão ficava explícita: vinte minutos, comparado com 1 hora e 40 minutos de deslocamento para ir Santa Lúcia até o CEFET, no Rio. ◇

[4]

A construção das casas de tia Laura em Unamar, distrito de Tamoios, em Cabo Frio, próximo da Barra de São João, Casimiro de Abreu, marcou minha adolescência. Houve uma série de loteamentos, e pessoas da Baixada Fluminense e também da Zona Norte e Zona Oeste do Rio de Janeiro compraram alguns terrenos. Os terrenos foram comprados para a construção de casas de veraneio, e minha família, num regime de mutirão, iniciou a construção. As férias, além do lazer, também era o período de trabalhar na edificação dessa casa.

A transição da infância para a adolescência foi marcada pelo trabalho. Após ingressar na quinta série, passei a ajudar meu pai em sua oficina no terraço da nossa casa, onde trabalhava nos finais de semana, fazendo janelas, portas. Eu era assistente do meu pai, ajudava-o segurando os ferros para ele cortar, ou pintando com zarcão. Depois, passei a ajudar na loja de material de construção, aos 11 anos de idade.

Eu estudava pela manhã num colégio particular do bairro e à tarde, após o almoço, trabalhava no balcão da loja de material de construção fazendo as vendas e anotando os pedidos. Aos sábados, devido ao movimento intenso, trabalhava de manhã e tarde. A loja tinha duas carroças e dois burros, o Rochedo e o Amendoim, para fazer as entregas. Quando havia muitos pedidos, eu ajudava o serviço de entrega trabalhando na carroça, carregando areia, pedra, tijolo e cimento. Quando tinha 14 anos, na 8ª série, costumava me gabar diante dos meus colegas de classe, dizendo que era capaz de carregar um saco de cimento de cinquenta quilos. E aqueles garotos não faziam isso, o que me fazia me sentir mais

velho, mais maduro que eles pelo fato de trabalhar todo dia e ganhar meu dinheirinho.

Eu ia para a feira de Piabetá de bicicleta aos domingos para gastar parte do meu dinheiro comprando gibi. X-Men, Liga da Justiça e outros me transportavam direto para o universo da Marvel e da DC. Esses personagens faziam parte da adolescência da galera de periferia daquela época, e fizeram muito parte da minha. Eu sempre comprava alguns e trocava outros. Dava dois gibis em troca de um. Depois da compra e da troca, comia um pastel com caldo de cana, voltava pra casa de bicicleta, com toda aquela natureza em volta.

Apesar dos momentos de distração e diversão, nesse período, uma parte importante da minha subjetividade foi construída num ambiente familiar e masculino, frequentado por pedreiros, serventes, pintores. Logo cedo, eu acabei desenvolvendo uma compreensão da importância e do compromisso com o trabalho.

E eu guardo dos meus tios paternos, Francisco e Marcos, a valorização do trabalho. A rotina na loja exigia responsabilidade com o que era feito e isso me fez uma pessoa responsável. Aprendi bastante com eles sobre o valor da honestidade com as pessoas. Aprendi ainda a lidar com o dinheiro e a registrar a contabilidade da loja. Eu me lembro de um caderninho que meu tio Marcos tinha no qual me ensinou a fazer os registros.

Os adultos com quem convivia no trabalho, aos finais de semana, bebiam cerveja, comiam petiscos no bar local, conhecido como bar do Mineiro, enquanto crianças e adolescentes iam jogar Street Fighter, Mortal Kombat e Cadillac Dinossauro nas máquinas de fliperama.

Nessa época, eu costumava ir a Lan House para acessar a internet porque ainda não tínhamos computador em casa. Durante a adolescência descobri o vôlei e passei a organizar jogos na quadra onde ficava a casa dos meus pais. Também foi um momento de assistir mais filmes em nossa família, quando insisti muito para que meu pai comprasse um videocassete e passássemos a alugar filmes nas locadoras de VHS.

Meu pai me apresentou Cazuzu quando trocou o Chevette por um Passat que tinha um rádio toca fita. Ele tinha uma fita do Cazuzu. Minha relação com a música se transformou a partir do meu relacionamento com os meus primos. Eles me apresentaram o rock nacional de Legião Urbana, Paralamas, Skank. Meu primeiro show foi o do Skank, depois, o do Charlie Brown Jr. Com o meu primo que morava em Petrópolis, eu ia para a Festa de Itaipava. Nessa época, ouvia a Rádio Cidade e a Jovem Pan.

Eu sou uma pessoa agraciada por ter tido pai e mãe, uma família grande, e ser criado num ambiente de muito amor. O amor da minha família forjou a pessoa que eu sou. Meu pai e minha mãe não eram exatamente pessoas da leitura. Não me lembro de ver meu pai lendo um livro, ele lia um jornal aqui e ali. Apesar do meu entorno não ter uma tradição de leitura, meus pais me estimularam a estudar.

Meu ingresso no mundo da leitura coincide com o momento em que meu pai sofreu um acidente, eu estava na oitava série. O caminhão do meu pai capotou na serra e ele ficou machucado, endividado, sem condições de trabalhar. Foi um momento, financeira e psicologicamente difícil para nossa família. Eu estudava numa escola particular, popular, no bairro; e, no final do ano, fui transferido para uma escola pública, o CIEP 171 – José Américo Pessanha, em Santa Lúcia.

Naquele momento difícil para minha família, tive o que eu chamo de uma revelação. Foi quando imaginei o que estaria fazendo cinco anos à frente. *Se tudo continuar como está, daqui a cinco anos onde eu estarei?* Eu me vi no mesmo lugar, fazendo as mesmas coisas, trabalhando em serviços braçais de descarga, entrega, um trabalho na construção civil. Essa imagem, essa revelação que eu tive naquele momento, na virada do Ensino Fundamental para o Ensino Médio me apavorou e, de uma maneira muito intuitiva, entendi que eu tinha que estudar, porque o estudo seria a chave para eu sair daquela situação, daquele futuro que vi na revelação.

Coloquei os estudos e a busca por conhecimento como minhas principais metas. Em 2001, estava no primeiro ano do ensino médio no Ciep 171, em Santa Lúcia, quando li os livros da série Vaga-Lume, lia muito essa época. Eu lia os livros e fazia uma marcação na parede, para cada livro que lia, fazia um traço, e, naquele ano, fiz nove traços. Apesar de a leitura não ser socialmente valorizada pelas pessoas com quem convivia, eu lia mesmo durante o trabalho na loja de material de construção e por causa disso eu era, por vezes, motivo de zuação dos colegas que estavam ali na esquina, mas independentemente disso, continuei lendo. Nessa época, li muito Paulo Coelho, que teve um papel importante na minha formação como leitor. Eu colecionei os livros que saíam no Jornal Extra, juntava os selos dos jornais de domingo para trocar pelos livros por uma quantia simbólica de dinheiro.

Comprei e li o *Alquimista*, *Diário de um Mago*, *Brida* e outros livros. A leitura das obras de Paulo Coelho foi impactante. O *Alquimista* me ajudou a sonhar e a desejar algo para além do meu universo. Foram um impulso para pen-

sar a minha vida, construir um outro futuro. Com a leitura abri a mente para a compreensão de outras coisas que eu nem sabia que existiam. Imaginei um mundo de possibilidades. ◇

[5]

O momento de declarar minha negritude e ingressar na universidade pelo regime das cotas raciais, durante o vestibular, foi muito importante para minha identificação como homem negro. Eu entendia as cotas raciais como um posicionamento político de afirmação da minha negritude. Hoje em dia, me recordo de que sempre tive referências positivas da negritude. Eu tinha uma consciência muito clara da beleza negra desde o ensino fundamental.

Mas a questão racial entrou definitivamente na minha trajetória através de Solano Trindade. Sua poesia me tocou de forma especial. Poeta, militante do partido comunista, por muito tempo, Solano atuou e morou em Caxias. Tenho fortes recordações do poema *Tem gente com fome*. A poesia de Solano retrata tanto a passagem dos trens no ramal que atravessei durante todo o meu ensino médio para ir ao CEFET, quanto falam com orgulho da negritude, da responsabilidade com nossa herança cultural e do reconhecimento da dívida histórica do país com a população negra.

Outra forte referência que tenho sobre a presença dos negros na Baixada Fluminense é o Quilombo Hidra da Iguaçu. Registros históricos com notificações oficiais do período da Colônia dão conta de ordens para a destruição dos quilombos da Baixada. O Quilombo da Hidra de Iguaçu recebeu esse nome pois, assim como a figura mitológica, o poder colonial não conseguia destruí-lo. E foi notícia que após a destruição de um foco quilombo, seguia o aparecimento de outros quilombos. As pessoas que conseguiam fugir buscavam ao longo dos rios outros lugares para se esconder, criar suas roças, seus lugares de sobrevivência e de resistência.

A Revista Pilares da História, escrita por pesquisadores envolvidos no esforço de escavar a história da Baixada Fluminense, foi fundamental para eu conhecer mais sobre a Hidra de Iguaçu e outros fatos sobre a região. Descobri uma geração de pesquisadores que se dedicavam a investigar a Baixada e recontar sua história. Entre eles, MarluCIA dos Santos, Antônio Augusto, Alexandre Santos, Nielson Bezerra, José Claudio de Souza, Tânia Amaro e outros cujas publicações se tornaram referência para minha formação.

Fiz a primeira fase do vestibular da UERJ e no momento de apresentar meus documentos para a inscrição na segunda fase, não tinha os documentos necessários. Isso adiou meu ingresso na universidade. Não desanimei. Entendi aquele momento como uma oportunidade para decidir se faria a prova para Oficial do Corpo de Bombeiros ou Geografia. Optei pela segunda. Para não estudar sozinho em casa, ingressei no curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) cujas aulas eram aos sábados. Nesse cursinho, um professor de Geografia negro e de cabelos cumpridos me ensinou a ver a tremenda desigualdade da sociedade.

Com essa experiência, entendi que a escolha de alguns colegas pelo caminho do crime e suas consequentes mortes eram parte do tabuleiro do xadrez da desigualdade. Infelizmente, todos estamos jogando esse jogo, seja por ação, seja por omissão, e somos peças nesse tabuleiro. Essa percepção da realidade e a decisão por cursar Geografia em Caxias me deu a certeza de que queria ser professor, desenvolver projetos onde eu morava e intervir diretamente no meu território. ◇

[6]

Eu vivi a Baixada do Recôncavo, fundo da Baía da Guanabara. Imbariê, distrito de Caxias, fazia parte da antiga Vila Estrela. No período colonial, havia duas vilas importantes na Baixada Fluminense: a Vila Iguaçu e a Vila Estrela. A Vila Iguaçu nasce no entorno de Porto Iguaçu, no rio com o mesmo nome. O Porto Estrela, próximo à região de Magé, fazia parte da conexão entre Minas Gerais e a capital, no Rio, pelo caminho de Proença. O município de Duque de Caxias é formado por terras que faziam parte de Vila Iguaçu e também de Vila Estrela.

Penso nessa Baixada colonial, mais antiga, para evitar a imagem de que a Baixada começou na metade do século XX. Esse território inicia sua história com as sesmarias, nas terras na primeira fazenda Iguaçu. A primeira fazenda da Baixada Fluminense foi uma doação do Estácio de Sá para o Ouvidor-mor Cristóvão Monteiro. Quando ocorre a Batalha que toma a cidade do Rio de Janeiro dos Tupinambás, em 1565, ele recebe uma sesmaria no fundo da Baía de Guanabara. E aqui se plantou açúcar, café, foi transportado ouro. Sobretudo, aqui muitas pessoas africanas e indígenas foram escravizadas.

A Baixada é uma síntese do Brasil como o lugar dos ciclos econômicos e da concentração de terra que favoreceu a um grupo pequeno, em detrimento de uma massa de pessoas escravizadas e de indígenas. A Baixada se forma neste lugar, e para mim essa é sua primeira imagem.

Contudo, quando eu penso a Baixada, eu olho do ponto de vista da minha experiência com a região. Eu gosto de considerá-la a partir do marcador da cachoeira. Assim

como quem está na cidade do Rio de Janeiro se orgulha da Floresta da Tijuca, no centro da cidade, conhecida como a maior Floresta urbana do mundo, eu me orgulho da Baixada. Eu via a Serra de Petrópolis, a Cachoeira da Taquara e a Cachoeira do Rio do Ouro como lugares de fruição e de lazer da população aos finais de semana. Guardo a memória da Baixada Fluminense dos banhos de cachoeira ouvindo samba nos anos 1990.

Penso nessa imagem da Baixada como esse lugar da reprodução da vida, uma boa vida. O trem completa essa imagem. Ele garante o deslocamento para o acesso a outras oportunidades, assim como marca a desigualdade. O trem chamado de Maria Fumaça não te deixa esquecer: esse trem velho é o seu. Uma maneira de, ao mesmo tempo, conectar nossa população com a da capital e de reforçar qual seria o nosso lugar. Esse trem tão ruim mexe com a subjetividade das pessoas. Eu lembro do momento que o trem ficou muito degradado. Esse trem velho que recebeu um nome pejorativo que marca as pessoas utilizavam o trem.

Muitas pessoas não gostam de viajar de trem. Mas eu falo com carinho do trem, embora esse não seja o mesmo sentimento que uma grande parte das pessoas que moram naquela região nutrem pelo trem, porque ele foi transformado em algo ruim. Nessas pessoas foi gerado um sentimento negativo pelo trem: a marca de uma pobreza desumanizante. O asco leva as pessoas a pegar o ônibus frescão, pagar mais caro, para se deslocarem de forma mais rápida e um pouco mais confortável.

Observo a construção desse esvaziamento, da ausência de política pública de inúmeros governos que abandonaram esse ramal, esqueceram que ele tem um trecho histórico.

Esse trecho original é da primeira ferrovia do Brasil que ligava o guia de Pacobaíba, em Mauá, até Raiz da Serra, no pé da Serra de Petrópolis, construído pelo Barão de Mauá, em 1854. Abandoná-lo significa apagar a nossa história. Por isso, afirmo que a Baixada é cortada pela história do nosso país. Mas, apesar da falta de cuidado, a região possui riquezas, um patrimônio histórico, cultural e ambiental e, principalmente, um capital humano com muita diversidade.

A luta contra um projeto político que não preserva a memória e reforça a marca de abandono, fortalece minha escolha pela Geografia e aumenta minha convicção da urgência da transformação da cidade, da metrópole, e desse trecho específico, assim como a preservação da história da Baixada Fluminense e do seu patrimônio ambiental expresso pela Mata Atlântica e suas cachoeiras. ◇

[7]

Na busca por uma vaga na universidade frequentei o espaço fundamental que são os pré-vestibulares comunitários. Eu fiz o curso pré-vestibular comunitário em 2005, e encontrei neste espaço a minha primeira experiência no movimento social. Depois da aprovação no vestibular, cooperei com a criação de outro curso pré-vestibular comunitário, no Colégio João Vicente, onde atuei como professor e coordenador. Esse trabalho tinha para mim a dimensão de um movimento social de efetiva transformação na vida de jovens da periferia.

Estou falando de jovens que, talvez, não saibam muito bem o que querem fazer, mas com motivação, método, conhecimento e uma rede de apoio, é possível construir um direcionamento para o caminho da universidade. O curso pré-vestibular provoca uma mudança de perspectiva, aumenta as possibilidades de futuro e de mobilidade social. Por isso, tenho muito orgulho de ter sido parte de um curso pré-vestibular comunitário, de ser fruto desse movimento.

Em 2006, entrei para Geografia na UERJ pela política de cotas. Como cotista, faço parte dessa geração que ingressou na universidade contribuindo para maior diversidade racial. Entrei decidido a participar do Centro Acadêmico, pois não participei do Grêmio no CEFET. No começo, tinha uma bolsa de permanência por ser cotista, mas depois participei de processos seletivos para outras modalidades de bolsas. Empregava o dinheiro da bolsa para pagar o transporte e a alimentação. Mesmo assim, continuei a ajudar o meu pai como ajudante de caminhão e com o dinheiro que recebia pagava as demais despesas.

A minha graduação foi excelente. Uma experiência que vivi intensamente. O fato de eu não ter entrado diretamente do ensino médio para a graduação, de ter ficado um ano estudando para o vestibular, fez com que eu entrasse ainda mais consciente do que eu queria na graduação, mais maduro. Eu tinha 20 anos quando entrei na universidade.

Escolhi a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ), não em detrimento do campus Maracanã ou de outras universidades como a UFF ou UFRJ, mas porque queria estudar em Caxias. Eu já tinha a experiência de estudar no centro do Rio, em São Cristóvão. Queria ter a experiência de estudar em Caxias, de viver a cidade de Caxias. Eu queria conhecer mais a cidade. A FEBF é um campus da UERJ na Baixada Fluminense que funciona num prédio onde, anteriormente, funcionava um CIEP.

O campus FEBF fica em Caxias e abriga os Cursos de Pedagogia, Matemática e Geografia. Durante a implementação das cotas na universidade, contou com uma orientadora educacional preocupada com o cuidado dos alunos cotistas. A Zene era uma mulher negra que realizava reuniões com os alunos cotistas para explicar, dar sentido e reforçar a importância que a política de cotas tinha. Ela apresentava os procedimentos acadêmicos, bem como os auxílios e bolsas disponíveis.

Eu sempre fui dedicado aos estudos e queria aproveitar ao máximo as oportunidades. Eu via a universidade, e principalmente o curso de Geografia, como uma oportunidade para viajar e fazer pesquisa com bolsas de estudos. Durante o período da graduação, participei do movimento estudantil e fui membro do Centro Acadêmico de Geografia. Realizamos muitas atividades e debates e cheguei até mesmo a organizar um cineclube. Participava da organização dos

encontros regionais e nacionais de Geografia. Atuei com intensidade, aprendi muito e amadureci politicamente nesses espaços.

O Centro Acadêmico era formado por uma coordenação com cinco pessoas. A coordenação representava os estudantes junto ao Departamento de Geografia, à UERJ, ao DCE da UERJ e à Federação de Estudantes de Geografia. Uma vez, intervimos num caso de assédio junto ao departamento de Geografia quando um professor foi denunciado por estudantes, atuando para que a situação fosse solucionada.

Participamos do movimento estudantil na UERJ, mesmo sendo de um campus afastado. Uma experiência importante foi o movimento de ocupação da reitoria em 2009. Naquele período, ocorreu a ocupação da reitoria da USP e de outras universidades. Na UERJ, uma das pautas era a construção dos bandejões, os restaurantes universitários.

Trabalhei com pesquisas sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) no laboratório Núcleo de Educação Continuada (NEC). Pesquisava sobre a origem dessas unidades e como esse conhecimento poderia ajudar na formação continuada de professores do ensino fundamental. Era bolsista e atuei com a professora Simone Fadel, uma referência para minha formação, assim como o professor Álvaro Ferreira. ◇

[8]

Eu aprendi muito. A Geografia é ciência que estuda o espaço, que investiga a interação do homem com o ambiente. O espaço geográfico é essa simbiose entre a ação humana e o sistema de objetos, naturais e fabricados.

Encontrei na Geografia a tradição brasileira de Milton Santos, essa referência imprescindível que propõe uma potente análise da relação do homem com o meio. A Geografia me permitiu acessar um repertório de conhecimento para observar e interpretar o mundo: entender a formação dos territórios e a evolução das populações ao longo do tempo. Essa relação do homem com o meio produz o espaço, num movimento mútuo, e cuja interação impulsiona a criação de novos equipamentos.

Os dispositivos urbanos que o homem construiu ao longo do tempo refletem diferentes momentos históricos e funcionalidades. A Geografia nos permite entender que a cidade está em constante mutação e que a forma e a função dos equipamentos podem se manter ou se transformar ao longo do tempo.

Por exemplo, na Lapa, o Aqueduto da Carioca, criado para transportar água, mantém sua forma desde o Brasil colonial, mas passou a receber outra função ao se tornar suporte para o bonde que transportava as pessoas no Centro. Ele ainda guarda a função de ser um monumento arquitetônico de beleza cênica que encanta tanto as pessoas que visitam quanto as que moram no Rio de Janeiro. Mesma forma, nova função.

As ferramentas fornecidas pela Geografia para pensar a cidade me fazem entender e compreender quem tem o poder de construir as formas e definir as funções. O conceito

de Direito à Cidade vai além do direito de viver na cidade, até chegar à garantia do acesso a bens públicos, ao bem-estar, e à circulação e construção democrática da cidade – elementos que proporcionam uma vida plena ao indivíduo. O direito à cidade efetiva-se pela construção de uma cidade radicalmente democrática que se contrapõe à lógica de valorizar certas áreas em detrimento de outras, organizando a distribuição do investimento público para reduzir desigualdades e promover a inclusão social e econômica.

A democracia está para evitar o sequestro dos investimentos públicos pelas pessoas que detêm os meios de produção, o capital e recursos para construir condomínios, shopping centers, fábricas, concentrando ações para que a intervenção pública atenda ao interesse privado. Nessa lógica, o poder público deve orientar sua ação para democratizar a cidade, mediando as disputas sobre quem produz o espaço urbano, e direcionando os bens públicos para a população, com especial atenção às pessoas mais empobrecidas.

No Brasil, temos leis importantes na direção do direito à cidade. A função social da propriedade, prevista na Constituição de 1988, determina que, mesmo em nosso sistema capitalista, a propriedade tenha uma função social, que atenda aos interesses de moradia, indústria, comércio, preservação ambiental, produção agrícola, entre outros. Só não pode atender o interesse da especulação imobiliária improdutiva.

Dentro dessa perspectiva, há que se combater a existência de imóveis vazios, isto é, das construções que não servem à função social nem respondem à crise habitacional persistente em nosso país, tendo como objetivo garantir moradia à população empobrecida, em especial. Isso se dá a partir da compreensão de que a luta pela moradia está no coração da

luta pela democratização das cidades e do país, produzindo inclusão socioeconômica para milhões de pessoas que não têm condições de pagar aluguel e moram em situação de precariedade ou mesmo em situação de rua. ◇

[9]

Durante a graduação quis conhecer ainda mais Duque de Caxias, já que conhecia somente o Terceiro Distrito. E, naquele momento, o município experimentava uma cena cultural efervescente, propiciada sobretudo pelo cineclubes Mate com Angu. Com sessões mensais, esse espaço era parte do movimento cineclubista da Baixada. A principal tarefa: difundir o cinema nacional independente. Essa ação produzia uma cena alternativa na cidade, ampliando nossa perspectiva e imaginação política.

Lembro que assisti no Mate com Angu ao documentário “1 ano e 1 dia”, que retrata a comemoração dos moradores do acampamento 17 de Maio, em Nova Iguaçu, após 366 dias de ocupação do terreno, o que legalmente garantiu-lhes a posse da terra. Fiquei muito interessado na luta pela moradia, busquei o contato e fui lá conhecer. Fui com três amigos. Conhecemos as lideranças do movimento, em especial Oséias José de Carvalho, sua visão política, o papel do movimento social e a cozinha comunitária.

Após a visita, organizamos uma exibição do filme e um debate na FEBF com a participação dos professores, estudantes e integrantes da ocupação. Também convidamos a liderança do movimento para participar de um Encontro Regional de Estudantes de Geografia na UFF. Anos depois, descobri que Oséias foi assassinato por conta da disputa de terras na Baixada Fluminense. Foi um baque para mim.

Nessa época eu tinha um amigo veterano da Geografia, Pedro Gerolimich. Ele era da primeira turma de Geografia e é uma pessoa importante na minha trajetória. Ele fez parte do movimento estudantil e foi vice-presidente da União Brasi-

leira dos Estudantes Secundaristas, a UBES. Filiado ao PT, na época, era assessor parlamentar do deputado federal Luiz Sérgio, e já tinha se reunido com o presidente Lula. Me identifiquei com a visão e leitura política que ele fazia. Ele articulou os encontros, a militância estudantil, assim como nossa participação no Congresso Nacional da UNE, em Brasília.

O primeiro Encontro Nacional de Estudantes de Geografia (ENEG) que participei aconteceu na cidade de Cáceres, Mato Grosso, em 2007. Havia estudantes de vários lugares e ficamos alojados numa escola. Realizamos trabalhos de campo e debates. Aproveitamos para conhecer uma cidade na Bolívia, o rio Paraguai e a Chapada dos Guimarães.

Em 2008, organizamos outro ENEG em Porto Velho, Rondônia. Viajamos de ônibus durante três dias. Foi magnífico ver a paisagem mudar pela da janela do ônibus: plantações de soja, a vegetação típica do cerrado e a Floresta Amazônica. Realizamos um trabalho de campo no Rio Madeira, na bacia do rio Amazonas. Na época, a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio estava em construção e visitamos as comunidades ribeirinhas. Um pescador nos mostrou o freezer cheio de peixes e compartilhou a preocupação de sua comunidade com a pesca após a ativação da usina hidrelétrica. Visitamos a cidade de Guajará-Mirim – fronteira com a Bolívia –, município histórico que preserva a memória da Ferrovia Madeira-Mamoré, criada no ciclo da borracha no país.

Em Vitória, Espírito Santo, ocorreu o Encontro Regional de Estudantes de Geografia do Sudeste. Nesse encontro, tomei conhecimento da situação da Aracruz Celulose, do debate sobre o deserto verde, da plantação em larga escala de eucalipto e dos conflitos com as comunidades tradicionais quilombolas e indígenas, além de visitar as comunidades.

Entendi o dilema entre a preservação ambiental das comunidades tradicionais e o desenvolvimento econômico.

Todas essas experiências na universidade foram fundamentais para forjar minha visão sobre o território brasileiro e seus conflitos. Elas me forneceram repertório para atuar politicamente na comunidade e na cidade.

A minha primeira participação numa campanha eleitoral aconteceu em 2008. Meu pai atuava como liderança comunitária e foi cabo eleitoral de um candidato chamado Tato. A campanha reuniu um grupo de pessoas interessantes com as quais eu tenho relação até hoje.

Lembro que em uma das reuniões sediadas no salão de festas da minha família, momentos antes do início da atividade, eu vi meu pai organizando o espaço no tradicional formato de auditório, com mesa na frente e as cadeiras enfileiradas uma atrás da outra. Eu me aproximei e propus o formato de roda, como fazíamos no movimento estudantil da faculdade. Meu pai titubeou, mas garanti a ele que daria certo. Não fiquei para a reunião, e quando meu pai voltou para casa, me procurou e relatou que todos os participantes elogiaram a disposição em círculo. As pessoas presentes na reunião e o candidato queriam me conhecer e passei a participar da campanha.

Com a data da eleição se aproximando, minha família mobilizou a comunidade para uma reunião em que declararam voto no Tato. Reuniram aproximadamente 200 pessoas. Fiz uma fala apresentando as demandas do bairro, como a necessidade de água tratada, a melhoria do transporte público, especialmente do trem. Deixei claro que a manutenção e a oferta do transporte ferroviário era de responsabilidade de um vereador, mas que ele poderia usar

a influência política para cobrar o governo do Estado ou mobilizar a prefeitura para modernizar o transporte. Reivindiquei ainda a construção de áreas de lazer. Ao final, fui aplaudido calorosamente pela comunidade e recebi muitos elogios pelo meu discurso. Fiquei orgulhoso.

Tato ganhou a eleição, mas foi um vereador muito ruim. Ele sequer foi candidato à reeleição. No entanto, aquela eleição foi um aprendizado para articular a visão de mundo que acessei na universidade com a política local das lideranças comunitárias em Duque de Caxias. ◇

[10]

Já no final da graduação, depois de coordenar o Centro Acadêmico de Geografia por um tempo, desejava me envolver com outras coisas. Pedro Gerolimich apresentou a proposta de criarmos o Livro de Rua, projeto de distribuição de livros e estímulo à leitura, que já existia em alguns países.

Eu fiquei encantado diante da ideia e me dediquei a criar pequenas estantes, bibliotecas livres em vários bairros. No lançamento do Projeto Livro de Rua em Santa Lúcia, fizemos uma ação que considero minha primeira articulação política: articulei com a escola do bairro, o grupo de capoeira, o pessoal do pré-vestibular, o cara do pula-pula, a galera do grafite e a galera da faculdade. Visitei muitas pessoas do bairro durante a organização e as convidei para participar. No dia do evento, interditamos o trânsito de veículos na rua, fizemos uma exibição de fotos antigas da comunidade — fotos das festas antigas da comunidade, das quadrilhas de festas juninas, da comunidade —; fizemos um grafite no muro, oficina de desenho, oficina de mandala, oficina de malabares e o pula-pula para as crianças na rua. Batizamos a ação cultural de Quem Lê Sabe Mais.

Tanto o ensino médio quanto a graduação me prepararam para promover esse movimento no meu bairro. Com a ação cultural Quem Lê Sabe Mais, distribuímos dezenas de livros no dia do evento e inauguramos uma biblioteca livre na lan house gerida por um amigo, localizada na esquina onde em outra época ficava a loja de material de construção do meu pai e do meu tio.

Essa ação cultural foi um momento de realização pessoal. Retornei com conhecimento e com as redes que eu tinha

acessado na universidade para o meu bairro com a potente ideia de estimular a leitura.

Fiquei responsável pela manutenção da estante do Livro de Rua, em Santa Lúcia. Eu garantia a disponibilidade de bons livros e a atualização do mural de informações. No mural, divulgávamos a cena cultural da cidade, como as atividades do Cineclubes Mate com Angu, entre outros. O projeto Livro de Rua implicou, para mim, um compromisso pessoal de sempre portar livros na mochila para entregar a pessoas interessadas, e assim interagir mais com as pessoas com as quais encontrava. As conversas me permitiam conhecer os interesses literários dos leitores e buscar atender ao que buscavam.

Em paralelo ao projeto Livro de Rua, junto com os amigos da faculdade Thiago Ribeiro, Thiago Coutinho, Vanessa Corte e Diego Amaral, criamos o blog *Bora, Caxias!* para compartilhar nossas opiniões, divulgar atividades na cidade e aumentar a articulação dos movimentos sociais com a FEBF. Depois, criamos o programa de rádio, o *Bora, Caxias*. O programa se tornou um espaço para entrevistar e conhecer pessoas interessantes, como Heraldo HB, Bira da Vila, Dudu do Morro Agudo, Dani Francisco, André Oliveira, professor Antônio, entre outras pessoas.

Na época do curso pré-vestibular comunitário, conheci o professor Antônio, professor de História que mantinha a Biblioteca Comunitária Solano Trindade na varanda da própria casa, em Saracuruna. Militante comprometido com a construção de bibliotecas comunitárias, o professor aproveitou a gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira no Ministério da Cultura para escrever projetos que garantissem o financiamento e a expansão da biblioteca. Aproximou

articuladores culturais da biblioteca e organizou muitas atividades no espaço. Outra ação importante da Biblioteca Solano Trindade foi a campanha para a criação do Museu Solano Trindade, em Caxias.

Por conta do projeto Livro de Rua, me envolvi ainda mais com pessoas que atuavam nessa temática. A militância na construção de bibliotecas comunitárias levou o Antônio a pautar a política pública de livro e leitura. Havia uma política nacional do livro e da leitura impulsionada pelo Ministério da Cultura, e ele começou a ser um protagonista dessa discussão na cidade. Articulou cooperação com outras bibliotecas comunitárias e ajudou a criar a rede de bibliotecas comunitárias de Duque de Caxias. Como um grupo na cidade que trabalha pela difusão da leitura, nós organizamos o primeiro seminário de livro e leitura da cidade, no ano de 2011.

Antônio envolveu muitas pessoas, com uma articulação que resultou numa candidatura a vereador em 2012, em que ele recebeu mais de mil votos. Esse resultado levou o prefeito eleito, Alexandre Cardoso, a convidá-lo a assumir a direção da Biblioteca Leonel Brizola, no Centro de Caxias. Ele dinamizou a biblioteca com lançamentos, trazendo vida para o espaço, e transformando-a em lugar de discussão de livros, leitura e cultura na cidade. Criou a Festa Literária de Caxias que acontecia na biblioteca, durante a Festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade. Participei ativamente desse processo e nas diversas atividades do movimento de livro e leitura na cidade.

A gestão do Antônio como diretor da biblioteca foi um passo importante para o movimento. Mas, os avanços alcançados em políticas públicas foram inexpressivos. O

tema do livro, leitura e bibliotecas não era visto como prioridade pelo prefeito. A agenda e as entregas permaneceram ligadas ao que sociedade civil fazia e o gestor articulava sem contar com orçamento público da prefeitura. A falta de comprometimento do prefeito manifestou as contradições que algumas lideranças da sociedade civil vivem quando convidados a compor os governos. A expectativa de fazer mudanças é grande, mas encontram pouco espaço para atender às demandas que cobravam do governo antes de assumirem o cargo. ◇

[11]

O IBGE lançou um concurso para o Censo de 2010. Eu me inscrevi e passei no concurso, assinando um contrato de dez meses. Foi meu primeiro emprego depois da faculdade de geografia. Eu tinha muito interesse em trabalhar no IBGE com o mapeamento de alguns bairros vizinhos, dentro do distrito de Imbariê.

Fui contratado pelo IBGE como supervisor. A minha primeira tarefa foi fazer a atualização da base cartográfica de um perímetro total de 14 setores censitários, com aproximadamente 300 domicílios cada um. Na fase de atualização percorri cada rua dos quatorze setores censitários verificando as informações disponibilizadas e atualizando as mudanças ocorridas no censo anterior.

Em seguida, eu e um amigo ficamos responsáveis pela capacitação de trinta recenseadores que fazem as entrevistas nos domicílios. Após a distribuição dos recenseadores, sete ficaram sob minha supervisão. Cada recenseador ficou responsável por dois setores censitários.

A supervisão começou com a apresentação de cada setor censitário ao respectivo recenseador, acompanhando-o ao território. Prosseguiu com o monitoramento e conferência das entrevistas aleatoriamente sugeridas pelo sistema, a fim de garantir o controle e a qualidade do processo. Escolhi os setores censitários que correspondiam exatamente às áreas da Getúlio Cabral e da Rodrigues Alves, áreas com presença de grupos armados. Eram favelas que queria conhecer. Trabalhar no IBGE possibilitou percorrer cada uma de suas ruas, conhecer mais pessoas e a história do local.

Eu usei a grana do trabalho no IBGE para iniciar a

construção da minha casa, em cima da casa dos meus pais. Lá eu montei um equipamento de som que serviria para empreender nos finais de semana, alugando o som para as festas que aconteciam no salão de festas dos meus pais.

Nessa época, participei do projeto APALPE: Palavra, Corpo e Periferia. O projeto, aberto às pessoas da região metropolitana do Rio de Janeiro, era coordenado por Marcus Faustini. Com origem em Santa Cruz, Zona Oeste, Faustini foi diretor de teatro, dirigiu filmes, criou a Escola Livre de Cinema e foi Secretário de Cultura de Nova Iguaçu. Nos anos seguintes, criou a Agência de Redes para a Juventude e foi Secretário de Cultura da prefeitura do Rio de Janeiro. Seu livro *Guia Afetivo da Periferia* (Aeroplano, 2009) foi um divisor de águas para eu pensar minha relação com o território.

Os encontros do APALPE aconteciam aos sábados no Humaitá. Faustini trazia uma série de metodologias e dispositivos que ampliavam o nosso repertório para pensar a periferia: como é ser um sujeito da periferia? Como se expressar através da palavra escrita?

As provocações traziam encorajamento estético e me fizeram pensar na minha performance como professor e gestor: “Como gostaria de ser percebido enquanto sujeito de periferia, que traz sua história para apresentar ao mundo?”. Naquele ambiente, conheci muitas pessoas interessantes que até hoje fazem parte da minha trajetória: Veruska Delfino, Valquíria Oliveira, Jorge Freire, Leandro Santana, Luiz Fernando Pinto, Alex Teixeira, Renata Codagan, Ana Paula Lisboa, Júnior Perim, Élcio Salles, Jailson de Souza e Silva, Luiz Eduardo Soares e outras pessoas com as quais aprendi a me ver como uma pessoa que teria uma performance na cidade, como gestor, professor e sujeito político. ◇

[12]

Durante o mestrado comecei a trabalhar na UPP Social, uma labuta oficial de quarenta horas, mas para a qual eu efetivamente trabalhava cinquenta horas por semana. Recebi pela internet a chamada pública para trabalhar na UPP Social, por meio de contrato com a ONU-Habitat Brasil. A proposta era mapear as demandas específicas de cada comunidade, mapear as pessoas que atuavam nas iniciativas locais da sociedade civil, gerar espaços de diálogo entre moradores, lideranças comunitárias, organizações e o poder público, com o objetivo de consolidar o projeto de pacificação capaz de produzir uma nova estratégia para o poder público do Rio de Janeiro se relacionar com favelas.

Particpei do processo seletivo, fui aprovado e contratado para trabalhar como assistente durante a implementação do programa no Chapéu Mangueira, Babilônia e Santa Marta, favelas da Zona Sul carioca. Inicialmente, em 2010, o programa era vinculado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e foi transferido, em 2011, para a gestão da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, no Instituto Pereira Passos (IPP-Rio).

Ricardo Henriques, economista, com larga experiência em gestão pública, era o presidente do IPP-Rio, responsável pelo desenvolvimento do programa UPP Social. Ricardo foi Secretário Executivo do Ministério de Desenvolvimento Social, quando coordenou o desenho e a implementação inicial do programa Bolsa Família.

Lembro que a primeira reunião do programa aconteceu no próprio IPP, no Largo do Machado. Todas as equipes participaram, eram aproximadamente 60 pessoas.

José Marcelo Zacchi era o diretor do programa UPP Social e Tiago Borba, gerente das equipes territoriais do programa. A equipe gestora tinha experiência no setor público e na sociedade civil. Foi um período de muito aprendizado por poder acompanhar o marco lógico do programa e entender seu papel na consolidação do processo de pacificação, numa relação que envolvia muita escuta e participação.

O comandante da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) à época era um entusiasta da UPP Social: o comandante Robson Rodrigues, coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e antropólogo. Na primeira reunião com a equipe, ele fez uma apresentação sofisticada sobre o papel da polícia e sobre a expectativa que nutria em relação ao programa. Pensava o programa como a oportunidade de efetuar mudanças nas comunidades e na polícia. Ele trazia o quanto esperava que certos procedimentos operacionais da polícia mudassem. Era uma proposta por outra abordagem de proximidade.

Após seis meses como assistente no Chapéu Mangueira, Babilônia e Santa Marta, fui promovido a gestor local da UPP Social no Complexo do Alemão. Conteí com uma equipe formada por dois assistentes e quatro agentes de campo – moradores da comunidade escolhidos através de processo seletivo. No momento de minha chegada, o Complexo do Alemão estava sob a gestão do Exército Brasileiro.

Cuidei do mapeamento no território, da interlocução entre atores da sociedade civil e atores do poder público. Busquei identificar um mapa de oportunidades e prioridades para a ação do poder público no território. Iniciava a articulação de alguns projetos sociais que queriam entrar nas favelas. Conheci Alan Brum e toda equipe do Instituto

Raízes em Movimento, que coordenava projetos socioculturais e de desenvolvimento local para o Complexo do Alemão. Reencontrei Junior Perim, diretor do Circo Crescer e Viver. Na época, ele estava organizando o Festival Internacional de Circo no Rio. O Festival aconteceu em vários bairros e pude contribuir na identificação de um local para estabelecer uma lona de circo no Complexo do Alemão.

No planejamento da matriz de ações do território, além das ações do poder público e da sociedade civil, a equipe mapeou as principais demandas urbanas de infraestrutura ou demandas sociais. As demandas envolviam desde o mapeamento da situação da iluminação pública até a realocação das pessoas que moravam em áreas de risco, passando por coleta de lixo e implantação de equipamentos sociais.

Após a saída de Ricardo Henriques, o Instituto Pereira Passos foi presidido por Eduarda de la Roque. Eduarda tinha sido Secretária Municipal de Fazenda da cidade do Rio de Janeiro na gestão do Eduardo Paes, e nutria um desejo por trabalhar com políticas sociais.

Na sequência, fui convidado a assessorar a gerência territorial. O local de trabalho era na sede do IPP e a gerência supervisionava as equipes de campo. Meu chefe, Vinícius Gentil morava em Nova Iguaçu; éramos dois moradores da Baixada atuando na resolução das demandas das favelas cariocas.

Infelizmente, o projeto das UPPs fracassou, tendo sido incapaz de criar a transformação a que as pessoas moradoras de favelas têm direito, da qual a cidade do Rio de Janeiro tanto precisa. ◇

[13]

Após a UPP Social, fui trabalhar no Sesc Rio. Particpei e passei no processo seletivo para trabalhar na função de analista de responsabilidade social em sua sede, no Flamengo. Minha função era atuar com projetos de ação comunitária e educação ambiental pensados desde a sede e executados pelas unidades operacionais em favelas e territórios de periferia. Na instituição, aprendi muito sobre gestão de projetos com Helen Pedroso, minha chefe. Helen tinha formação e grande experiência na gestão de organizações públicas e privadas nas áreas de responsabilidade social, ambiental e governança corporativa. Na sua trajetória havia passagens pelo Instituto Coca-Cola Brasil, Fundação Xuxa Meneghel, entre outras.

Acompanhei o planejamento e a execução das ações comunitárias com oferta de serviços nas unidades de Campo Grande, Santa Cruz, Vila Kennedy, Fallet-Fogueteiro. As ações comunitárias eram realizadas em parceria com a unidade SESC do local, o que me demandava visitar a unidade, conversar com o gestor local e firmar a parceria. As visitas me permitiam conhecer a realidade de cada unidade e as pessoas que trabalhavam lá. Durante a elaboração e o planejamento dos projetos de educação ambiental, visitei as unidades com o intuito de elaborar o levantamento de quais seriam os projetos adequados para cada unidade. Aconteciam exposições sobre temáticas socioambientais, peças de teatros, campanhas e adaptação de locais para captação e reutilização de resíduos, implantação de coleta seletiva, entre outras ações.

Nesse período eu estava terminando o mestrado em Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da FEBF/UERJ.

Minha pesquisa era sobre o Enraizados, um movimento de Hip Hop de Nova Iguaçu. Uma galera negra fazendo cultura com os quatro elementos do Hip Hop – dança, música, discotecagem e grafite. O Enraizados mantinha um programa de rádio na internet.

Passei a frequentar regularmente o Quilombo Enraizados, participava dos Saraus e de outros eventos. Fiz amizade com Dudu de Morro Agudo, Luiz Carlos Dumont e a galera do movimento. Minha pesquisa focou na atuação da Rede Enraizados, desde o território do Morro Agudo até suas articulações nacionais e internacionais, utilizando cultura e tecnologia para ressignificar o imaginário sobre a Baixada Fluminense como lugar da violência e da carência, para então produzir outra narrativa sobre sua potência.

Em paralelo ao trabalho no Sesc Rio e a pesquisa de Mestrado, acontecia o processo de criação da Casa Fluminense. Ingressei no Sesc em fevereiro de 2013 e a Casa Fluminense foi fundada no dia 20 daquele mesmo mês. As conversas iniciais reuniam pessoas preocupadas com o futuro da região metropolitana, com o legado das Olimpíadas e com o fortalecimento da sociedade civil. A criação de uma associação para pensar a região metropolitana de forma integrada era uma possibilidade de pensar o Rio pós-Olimpíadas. ◇

[14]

Mariana e eu nos conhecemos durante o mestrado, em 2011. Éramos da mesma turma. Eu estava desempregado, e até começar a trabalhar na UPP Social, obtinha uma pequena renda com o aluguel do equipamento de som que tinha comprado com a indenização do IBGE. Mariana também vivia um processo de transformação pessoal. Uma conexão intensa e rápida entre nós aconteceu, tínhamos muita coisa em comum, além de gostarmos muito de ler e estudar. Nos apaixonamos rapidamente. Nosso amor foi crescendo e decidimos nos casar. Foi tudo muito rápido, com a sensação cristalina de ter encontrado minha companheira de vida. Nessa trajetória, sempre fomos ponto de apoio um para o outro.

Isabel, nossa filha, nasceu em 2018, prematura e ficou internada na UTI. Ela ficou uma semana no hospital, recebeu alta no final de semana em que aconteceu o Fórum Rio em São Gonçalo, na FFP/UERJ. Lembro de sair do fórum e ir diretamente para o hospital buscar nossa filha. Fomos para casa – eu, Isabel e Mariana. Durante o mês de acompanhamento do resguardo da Mariana, primeiro mês da nossa filha, pensava que, no meio da confusão política que o Brasil vivia, o nascimento da Isabel era um sinal de esperança, da importância de seguir em frente. Não importava a dificuldade, a vida encontra um jeito de seguir.

Nessa jornada, juntos, Mariana e eu compramos nossa casa em Olaria. E logo após assumirmos o compromisso com o financiamento da casa, decidimos juntos que eu pediria demissão do Sesc Rio e assumiria a coordenação executiva da Casa Fluminense. Não foi uma decisão simples, pois envolvia a segurança financeira com os compromissos

familiares que nós dois assumimos. No entanto, corajosamente, ela me incentivou a apostar na sociedade civil que me movia tanto, e pela qual sentia tanto comprometimento. Dedicava doze horas diárias e muita paixão à Casa Fluminense. E considero que foi o suporte, o carinho e a cumplicidade da Mariana que me fortaleceram para cumprir essas jornadas. E posso afirmar — com convicção — que a jornada de sucesso que trilhei é resultado da parceria e do amor que cultivamos juntos. ◇



Fundo da Baía de Guanabara, no Pier Piedade, Magé. Foto: Rodolfo Teixeira Alves



Cachoeira da Taquara, Duque de Caxias. Foto: arquivo pessoal



Almoço com a família em Santa Lúcia, Imbariê. Foto: arquivo pessoal





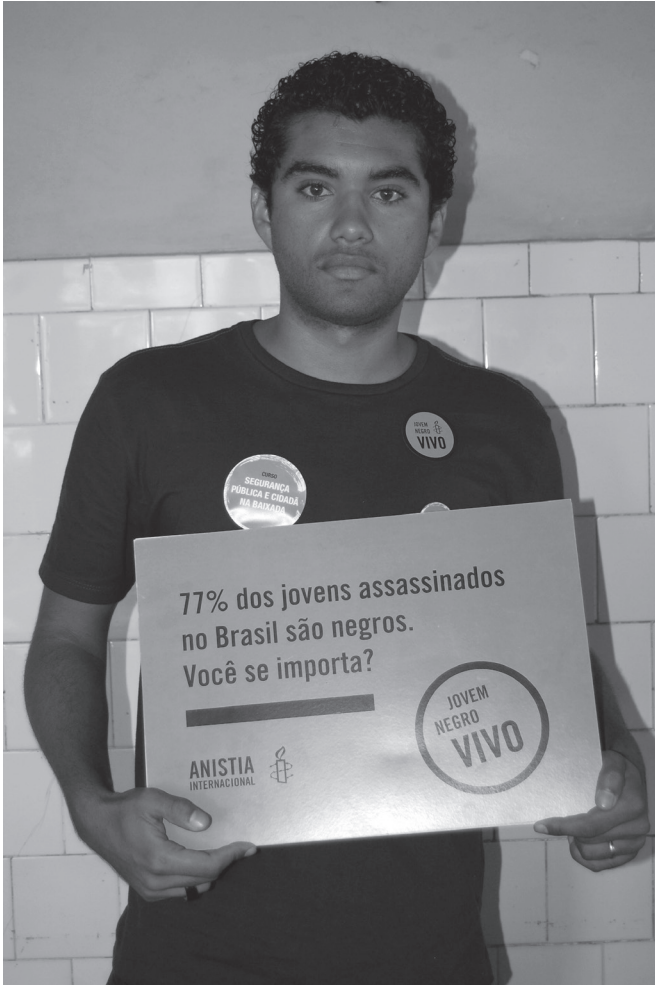
Fórum Rio 2022 no Museu de Arte do Rio (MAR). Foto: Casa Fluminense



Henrique Silveira e Dani Francisco no lançamento da Agenda Rio 2017 no Teatro Rival. Foto: Casa Fluminense



Agenda Rio 2030. Foto: Casa Fluminense



Campanha Jovem Negro Vivo – Anistia Internacional. Foto: Casa Fluminense



Equipe da Casa Fluminense recebendo a Medalha Tiradentes, na ALERJ. Foto: Casa Fluminense



Curso de Políticas Públicas da Casa Fluminense. Foto: Casa Fluminense



Fórum Rio em Japeri, 2019. Foto: Casa Fluminense



Ato pela revitalização do ramal Vila Inhomirim, em Raiz da Serra, Magé, 2023. Foto: Casa Fluminense

Piiiiii

ESTACAO DE CAXIAS
DE NOVO A DIZER
DE NOVO A CORRER
TEM GENTE COM FOME...



Grafito do poeta Solano Trindade na FEBF. Foto: Rodolfo Teixeira Alves





Trem Maria Fumça, na estação Manoel Belo, Santa Lúcia. Foto: Rodolfo Teixeira Alves



Bicicletada Metropolitana, Japeri, 2016. Foto: Casa Fluminense



A black and white photograph of a train on tracks. The train is in the lower-left foreground, moving away from the viewer. The tracks run parallel to the right. In the background, there are several multi-story apartment buildings and a utility pole with power lines. The overall scene is urban and somewhat desolate.

CASA
FLUMINENSE:
A CONSTRUÇÃO
DA LUTA PELO
DIREITO
À CIDADE



Zé Marcelo me contou em um café no Largo do Machado sobre a ideia da Casa Fluminense. Para um geógrafo da Baixada Fluminense, aquele poderia ser um espaço estratégico de atuação política. Terminamos o café com a minha confirmação de participar da construção da Casa.

Zé então fez uma articulação habilidosa para formar o grupo fundador da Casa. Entre cafés, almoços e reuniões, mobilizou pessoas com trajetórias diversas e relevantes na sociedade civil, academia e gestão pública. Elas embarcaram na construção de uma associação que articularia os trabalhos que desenvolviam nas suas organizações de origem com o objetivo de construir uma abordagem metropolitana compartilhada.

A assembleia de constituição da Casa Fluminense foi realizada em 20 de fevereiro de 2013. Sua criação resultou das conversas iniciadas no final de 2012, cujos participantes vieram a compor o grupo inicial da nova organização: Dudu de Morro Agudo (Enraizados), Eduardo Alves (Observatório de Favelas), Eliana Sousa Silva (Redes da Maré), José Marcelo Zacchi (IETS), Marcus Vinícius Faustini (Agência de Redes da Juventude), Maria Abreu (IPPUR/UFRJ), Mariana Cavalcanti (CPDOC/FGV), Miguel Lago (Meu Rio), Pedro Strozenberg (ISER) e Valéria Pero (IE/UFRJ e IETS). Na assembleia de fundação também estavam presentes Silvia Ramos, Écio Salles, Ronaldo Lemos, Marielle Franco, entre outras pessoas.

A primeira ação pública da Casa Fluminense foi um encontro em Santa Cruz, no Palacete da Princesa Isabel. A principal provocação do encontro era mobilizar as pessoas para debater o futuro do Rio de Janeiro a partir da Zona Oeste, afirmando a importância de novas centralidades para

pensar a cidade. Para muitas pessoas, Santa Cruz é onde a cidade termina. Naquele encontro dizíamos que, dependendo de quem olha, Santa Cruz é onde a cidade começa.

Meses depois, a Casa realizou o Seminário Pensando a Metrópole, na FEBF/UERJ, em Duque de Caxias, com apoio da professora Neiva Vieira e de Luciano Ximenes. Daniela Fichino era coordenadora executiva da Casa e articulou a participação de Jorge Barbosa (Observatório de Favelas), Mauro Osório (UFRJ), Dudu de Morro Agudo, entre outras pessoas. Esses encontros e seminários consolidaram a metodologia de mobilização da Casa Fluminense, estabelecendo as bases para sua expansão e amadurecimento. Nas linhas de ação da Casa, apresentadas na assembleia de fundação, destaco duas: A primeira tarefa era mapear e identificar atores da sociedade civil, pesquisadores e lideranças sociais que pudessem fazer parte da rede metropolitana de interlocução da Casa Fluminense. A segunda, agregar informações sobre os desafios do Rio e as prioridades de políticas públicas para reduzir desigualdades. Dessa forma, com a pergunta provocadora “Qual é a Agenda do Rio após os grandes eventos?”, a Casa iniciou uma caravana de diálogos, encontros, parcerias e alianças na sociedade civil para a discussão de políticas públicas na metrópole.

Atuei na Casa Fluminense desde a sua fundação, mas em junho de 2014 pedi demissão do SESC Rio e assumi a coordenação executiva da organização. Zé Marcelo era coordenador geral e a nossa parceria se intensificou. Aprendi muito com sua leitura política apurada sobre um amplo espectro político, sua capacidade de compreender as questões do campo conservador e do campo progressista e sua habilidade de elaborar boas perguntas. Zé nos provocava a

sair do lugar comum e a pensar a tessitura coletiva dos projetos da Casa com as outras organizações da sociedade civil, materializando a ideia de uma agenda comum, de uma Agenda Rio, uma Agenda Rio 2017 que pudesse expressar essa visão do Rio por Inteiro.

O Conselho da Casa era o espaço de direção política da organização, além de ser o espaço de apoio do trabalho da coordenação geral e executiva, e de ampliação da articulação com outras instituições e parceiros. As pessoas que ocuparam o Conselho me forneceram suporte político para minhas funções executivas na Casa. Pedro Strozenberg foi uma pessoa decisiva. Secretário executivo do ISER, conselheiro do Viva Rio e com longa trajetória na defesa de Direitos Humanos, Pedro ofereceu suporte físico e financeiro para a criação da Casa. Sua rede de contatos, seu compromisso político e seu bom humor foram a argamassa dessa construção.

A composição do Conselho contava com mais quatro integrantes: Mariana Cavalcanti, inicialmente professora da Fundação Getúlio Vargas, depois IESP/UERJ. Eduardo Alves, diretor do Observatório de favelas, com larga experiência de formação política em partidos e movimentos sociais. Anabela Paiva, jornalista que contribuiu com o trabalho de Lívia Salles, nossa coordenadora de comunicação, em sua função de articulação para a publicação de artigos e reportagens nos jornais. Valéria Pero, professora de economia da UFRJ e pesquisadora do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (IETS). Valéria era orientadora do Vitor Mihessen na UFRJ e aproximou-o da Casa. Somando Larissa Cunha e Priscila Oliveira, estava completo o Núcleo Executivo e o Conselho Deliberativo da organização.

O Vitor está na casa desde a fundação. Economista, oriundo de Realengo, trabalhou no IPEA e no BNDES. Escreveu uma dissertação de mestrado sobre o peso do transporte no orçamento familiar. Nela estudou o deslocamento casa – trabalho e colocou com evidências que há trabalhadores na região metropolitana que passam o equivalente a um mês por ano dentro do transporte público. Também identificou que aproximadamente dois milhões de pessoas se deslocavam diariamente na região metropolitana para acessar os empregos e serviços na capital. Sua dissertação e experiência com pesquisa foram essenciais para a criação do *Mapa da Desigualdade* e a estruturação da coordenação de informações.

Com planejamento, governança e montada a equipe, a Casa pôde acelerar sua estratégia de atuação. Partimos em direção à Baixada, ao Leste e à Zona Oeste da capital. Quando assumi a coordenação executiva em 2014, conhecia o Fórum Grita Baixada (FGB) mas não tinha tido oportunidade de participar. Comecei integrar as reuniões do FGB representando a Casa, o que foi uma oportunidade de ampliar nossa articulação com atores da Baixada e aprofundar nossa atuação na temática da segurança pública. Naquele momento, a principal discussão do FGB era o aumento da criminalidade na Baixada devido a implantação das UPPs na capital, reforçando a necessidade de uma abordagem metropolitana sobre o tema.

Em 2015, quando se completava dez anos da chacina da Baixada, organizamos um curso sobre segurança pública cidadã. Mobilizamos muitos atores da sociedade civil, tanto para participar do curso quanto para ofertar palestras e ações. Participaram José Cláudio Souza Alves (Professor da UFRRJ), Raquel Willadino (Observatório de Favelas), Silvia

Ramos (CESeC), Orlando Zaconne (Delegado Polícia Civil), Marcelle Decothé (Anistia Internacional), além de termos contado com a participação de movimentos culturais da região. O curso foi um momento de articulação de pessoas e grupos locais, e de acúmulo sobre as discussões de segurança pública. Escrevemos a *Carta da Baixada*, com propostas para a redução de homicídios na região. Partimos das discussões que o Fórum Grita Baixada fazia, pois tínhamos a preocupação de fortalecer o que já existia e evitar sobreposição ao já existente. A Casa sempre buscou ombrear, estar ao lado e trabalhar junto.

No Leste metropolitano, buscamos o diálogo com o Instituto Baía de Guanabara (IBG), localizado em Niterói, e aprofundamos nossa discussão sobre o saneamento básico. O Instituto trabalha bastante com a bacia hidrográfica, ou seja, os rios que cortam os municípios e recebem esgoto doméstico sem tratamento, o que expõe a população a uma série de condições socioambientais que degradam a vida. Também nos articulamos com o Movimento Baía Viva, liderado por Sérgio Ricardo, que tinha promovido uma grande barqueata junto com os pescadores e ativistas da Baía de Guanabara. Naquele momento, conhecemos Eloísa Torres, engenheira sanitária, tendo sido gestora do Programa de Saneamento dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara (PSAM), com enorme contribuição para aprimorar a visão da Casa Fluminense sobre o tema. Tivemos a oportunidade de escrever juntos um artigo, publicado no jornal O Globo, esclarecendo nossa visão sobre as políticas e programas de saneamento que visavam a despoluição da Baía de Guanabara.

A rotina de interlocução com diferentes pessoas e organizações da sociedade civil continuou intensa: realizamos o

Seminário de Desenvolvimento Local em Senador Camará, Zona Oeste, em parceria com o Binho Cultura. Propusemos atividades de cooperação com grupos locais. Esse trabalho deu início ao Mapa da Participação, que identificava as iniciativas de mobilização cidadã nos territórios.

Nessa jornada pela metrópole, o Fórum Rio foi um importante ponto de encontro. Este é o principal evento da Casa Fluminense, e ocorre de forma itinerante reunindo instituições, movimentos, lideranças comunitárias e atores políticos para a construção de uma visão comum sobre a região metropolitana, intercâmbio de experiências e expansão permanente da rede. Durante a construção do Fórum Rio, a Casa mobilizou seus parceiros e novos interlocutores para debater as propostas da Agenda Rio, elaborada com e a partir da sociedade civil.

Um Fórum Rio marcante aconteceu no Circo Crescer e Viver, na Praça Onze, em 2014. Depois de um ano e meio da criação da Casa, aquele Fórum foi o momento de lançar a primeira versão da Agenda Rio 2017 e de juntar toda rede de parceiros da sociedade civil que havíamos articulado desde então. Foi um Fórum muito representativo, mais de duzentas pessoas e trinta organizações envolvidas. Na ocasião, entregamos as propostas da Agenda Rio aos representantes dos candidatos ao governo do Estado para a eleição daquele ano.

Após o Fórum Rio do Circo Crescer e Viver, novas edições foram realizadas em Nova Iguaçu, Senador Camará, São Gonçalo, Queimados, Pavuna, Niterói, São João de Meriti, Santa Cruz, Centro do Rio de Janeiro, entre outros lugares. Em paralelo aos Fóruns, lançamos o Curso de Políticas Públicas, em 2016, destinado às lideranças sociais da região

metropolitana. Este era o principal projeto da Casa para capacitação em políticas públicas. A rede da Casa seguia em expansão e novos parceiros chegaram.

Outro marco importante neste ciclo inicial de criação e desenvolvimento da Casa foram as eleições de 2016, quando lançamos a Campanha Rio 2017. Buscando o compromisso público com as propostas da Agenda Rio, realizamos o Fórum Rio no Teatro Rival, na Cinelândia, com a presença dos principais candidatos a prefeito da cidade do Rio de Janeiro, além de dezenas de candidatos/as a vereador/a de vários municípios da metrópole. Foi num evento com quatrocentas pessoas, muito representativo, em que entregamos a agenda de propostas para todos os presentes. Em seguida, realizamos encontros com os candidatos nas cidades de Niterói, Duque de Caxias e Guapimirim.

Mantendo a presença no debate público nas eleições de 2016, após o evento no Teatro Rival, a Casa organizou uma bicicletada metropolitana para divulgar as propostas da Agenda Rio 2017. De Japeri a São Gonçalo cruzamos 118 km e oito municípios, num percurso de três dias, afirmando o Rio como cidade metropolitana. O roteiro foi cumprido saindo de Japeri, parada em Queimados, almoço em Nova Iguaçu e pernoite em Caxias, no ponto de Cultura Lira de Ouro. Na manhã seguinte, visitamos projetos da Redes da Maré, no conjunto de favelas da Maré, demos entrevista para a TV Band na Quinta da Boa Vista e fizemos o pernoite na região portuária. Na manhã seguinte, atravessamos a Baía de Guanabara de barca, encontramos a galera do São Gonçalo Bike Clube e almoçamos peixe-frito na praia das Pedrinhas. Fechamos o dia com o pôr do Sol na Baía de Guanabara.

O ano de 2016 foi intenso — com entregas que consolidaram o papel da Casa no ecossistema da sociedade civil e posicionaram a organização para o debate sobre políticas públicas após a realização das Olimpíadas. Na gestão interna, o Zé Marcelo concluiu o seu mandato na coordenação geral da Casa e passou a compor o Conselho Deliberativo, abrindo espaço para renovação e continuidade do grupo. Em 2017, as funções da coordenação geral e executiva foram fundidas, e eu assumi a nova posição de liderança da Casa até 2022.

Para o novo ciclo, o Conselho Deliberativo foi renovado com a entrada de Zé Marcelo, Clarisse Linke (diretora do Instituto de Políticas de Transporte & Desenvolvimento – ITDP), Eloísa Torres (especialista em saneamento básico), Douglas Almeida (economista, articulador do Fórum Grita Baixada), Alex Magalhães (professor do IPPUR/UFRJ), Antônio Oscar (Fórum de Transparência de Niterói), Eliana Sousa Silva (Redes da Maré), Dani Francisco (Produtora cultural e cofundadora do Goméia Galpão Criativo), além da recondução do Pedro Strozenberg. O novo conselho passou a expressar maior diversidade territorial.

Nos anos seguintes, o Conselho também contou com a participação de Marisa Vassimon, Débora Pio, Bruno Brandão, Adriano Araújo, Anderson Oriente, Ana Carolina Lourenço, Andreia Coutinho, Rafaela Albergaria, Marcelle Decothé, Luiz Fernando Valverde, Graciela Hopstein e João Pedro Martins. Todos contribuíram para a condução política e institucional da Casa ao longo desse período.

Nesse novo ciclo institucional, minhas responsabilidades aumentaram na condução da estratégia da organização. Foi o momento em que eu assumi maior protagonismo na

sociedade civil por meio da atuação no debate público, na realização de projetos e na ampliação de parcerias para a atuação da Casa. Uma parte do debate sobre políticas públicas que fizemos na cidade está registrada em textos publicados em veículos como Jornal Globo, Jornal do Brasil, Diário do Rio, Colabora, Nexo Jornal, entre outros. Nas páginas seguintes, compartilhamos uma seleção desses textos que refletem a evolução do meu pensamento sobre a metrópole e as frentes de incidência política da Casa Fluminense. ◇





TRIBUNA RIO POR INTEIRO

MOBILIDADE URBANA



Junho de 2013 e o trem Maria-fumaça

Em junho de 2013, durante a Copa das Confederações, diversos protestos e manifestações explodiram pelas ruas das cidades brasileiras, reivindicando a redução nos preços das passagens, a melhoria do transporte público e da qualidade nos serviços prestados à população. Essa insurgência popular expressa a revolta da população, especialmente da juventude, contra as obras superfaturadas, os desvios de verbas e a falta de diálogo frente às demandas da população. Na mesma direção, os protestos também materializam as lutas pela garantia de direitos e o desejo de maior participação política, indicando amadurecimento da democracia no Brasil.

Quando ajustamos as lentes para observar a situação do transporte público na região metropolitana do Rio de Janeiro, percebemos o tamanho dos desafios, das contradições e das desigualdades. Dos atuais investimentos em transporte público, três dos principais projetos de mobilidade urbana estão associados à Barra da Tijuca: o metrô linha 4, a Trans-Oeste e a TransCarioca. Do ponto de vista dos trabalhadores, será que esses são os trechos prioritários de investimentos? Será que esses investimentos vão desafogar o trânsito na avenida Brasil, na rodovia Presidente Dutra e na rodovia Washington Luiz, principais corredores da metrópole?

O investimento de 8,5 bilhões na expansão do Metrô, de Ipanema até a Barra, é de longe o mais equivocados. A única justificativa para esse investimento é a valorização imobiliária desses bairros. Ou seja, com apenas uma assinatura, o dinheiro público é utilizado para aumentar as desigualdades sociais no Rio. Na outra ponta do tabuleiro, os trens metropolitanos aguardam investimentos à altura de sua grande

malha ferroviária. Apesar da recente aquisição de alguns trens coreanos, ainda falta muito investimento na reforma das estações, na sinalização e, especialmente, na modernização dos ramais de Vila Inhomirim e de Guapimirim, que até hoje utilizam os famosos trens “Maria-fumaça”.

Apesar dos *equivocos* mencionados, o cenário é de luta pela evolução nos transportes do Rio. Um exemplo é o Movimento de Aceleração do Transporte Ferroviário (MATF-RJ), formado por usuários e coletivos que lutam há anos pela modernização dos trens nos ramais de Vila Inhomirim (Raiz da Serra), Guapimirim, Magé e Visconde de Itaboraí. Em abril de 2013, no Centro Cultural de Guapimirim, o MATF-RJ realizou o Congresso Regional Sobre a Revitalização do Transporte Ferroviário, que contou com a presença do secretário Estadual de Transporte, Júlio Lopes, e dos prefeitos de Guapimirim e Magé. Essa mobilização foi impulsionada pela criação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), que demandaria investimentos em infraestrutura para se consolidar como novo polo indutor de desenvolvimento econômico e social na região – o que acabou não se concretizando.

Apesar da presença das autoridades públicas, nenhum compromisso foi assumido durante o Congresso. Uma pena. Se o governo do estado não assumir o compromisso de modernizar esses ramais ferroviários e propor um novo pacto pelo desenvolvimento integrado da região metropolitana, o Rio continuará amargando péssimos indicadores sociais, e sua população continuará padecendo em trens arcaicos e engarrafamentos cada vez maiores.

Não ao BRT Gramacho-Imbariê

A mobilidade urbana continua sempre firme na pauta do dia. No início de setembro de 2013, dois fatos marcaram posição na construção da agenda e das prioridades de investimentos em transportes na Baixada.

O primeiro foi uma notícia no jornal O Dia (12 de setembro) informando que a presidenta Dilma investirá R\$ 1,5 milhão em estudos de viabilidade do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) ligando o centro de Caxias até Santa Cruz da Serra e de um BRT ligando Gramacho a Imbariê. Pergunto: será que ela e o prefeito sabem que já existe um ramal ferroviário que liga Gramacho à Raiz da Serra, passando por Imbariê? Seria necessário muitos argumentos (e conversa fiada) para justificar a construção de um BRT num trajeto onde já existe trem. Isso é muito sério! Construir o BRT Gramacho-Imbariê não resolve o problema da mobilidade urbana de maneira nenhuma. Pior do que isso: ele impedirá o investimento nos ramais de Saracuruna e de Vila Inhomirim, já que a opinião pública estará em torno da construção do BRT. Desse modo, o investimento *sério* na aquisição de novos trens, na reforma das estações e na modernização da sinalização ficará em segundo plano, caso a prefeitura e o governo federal elejam o BRT como solução para o transporte. Infelizmente, mais do que resolver o problema do transporte na região metropolitana, o que existe é a vontade dos governantes em fazer grandes obras e contratar empreiteiras.

O segundo destaque foi a realização do encontro regional sobre a revitalização dos trens de bitola estreita, realizado no sábado (14 de setembro), no auditório da Unigranrio,

em Magé. O encontro contou com a presença do Secretário Estadual de Transporte, Julio Lopes, o prefeito de Magé, Nestor Vidal, representantes da Supervia, da CBTU e do Movimento Popular. O saldo do encontro foi o anúncio feito por Luiz de Souza, da Supervia, e por Julio Lopes sobre a implantação da VLT no ramal de Saracuruna x Magé. Segundo a Supervia, os estudos de viabilidade técnica já tinham sido feitos e o VLT pode ser utilizado no ramal de bitola estreita sem a necessidade de grandes adaptações. Duas composições de VLT chegariam de Macaé até o final de 2013 e poderiam estar em funcionamento no primeiro semestre de 2014. Para o ramal de Vila Inhomirim não havia previsão de implantação do VLT. Apesar de tímida, essa foi uma vitória importante. O movimento popular pela revitalização do ramal de Guapimirim e Vila Inhomirim lutava havia anos contra o descaso do governo. Se não fossem esses movimentos, certamente esses ramais estariam desativados. Portanto, o governo estadual se comprometer em implantar o VLT nesses ramais é um passo importante nessa luta.

Sem me alongar muito, percebemos que os protestos iniciados em junho estão provocando a resposta (tímida) do poder público sobre a questão dos transportes. No entanto, se não houver debate público sobre as prioridades da mobilidade urbana nas cidades, os investimentos federais não resolverão o problema e poderão gerar mais dificuldades e contradições no transporte da baixada.

Transporte de massa é o trem e o metrô. Precisamos de planejamento a longo prazo, que articule esforços do governo federal, estadual e municipal. Não adianta dar uma resposta eleitoral (BRT leva de 2 a 3 anos para ser construí-

do) para o problema dos transportes. É necessário ter visão estratégica para os próximos 10, 15 e 20 anos. O debate está na mesa.

SETEMBRO DE 2013

O Dia da Baixada

No dia 30 de abril, comemoramos o dia da Baixada Fluminense. Para aqueles que vivem, atuam e se preocupam com a região, é sempre um momento para valorizar os aspectos positivos da história e da cultura dos municípios que a compõem, fortalecendo a identidade e a autoestima de sua população. Mas também é uma oportunidade para refletir sobre as enormes desigualdades sociais e econômicas que marcam esse território e os desafios para garantir direitos básicos aos seus habitantes.

A data de 30 de abril refere-se à inauguração da primeira Estrada de Ferro construída no Brasil, em 1854, que ligava o Porto de Mauá (Estação Guia de Pacobaíba) à Raiz da Serra, no pé da Serra de Petrópolis. Assim, o dia da Baixada faz uma homenagem a um importante marco histórico de urbanização e modernização do país: a construção das ferrovias. No início do século XX, elas estabeleceram um novo padrão de uso do solo, com ocupação e loteamentos no entorno das estações ferroviárias, que deram origem aos atuais municípios da Baixada.

Nas comemorações do dia da Baixada de 2017, tive a oportunidade de participar da construção de uma ação cultural em Imbariê, Terceiro Distrito de Duque de Caxias, com o Fórum Grita Baixada, a BF União Ativa, a Casa Fluminense, ComTrem, Pastoral da Juventude, Paróquia de Santa Clara outros militantes da cultura local. A ação contou com todos os elementos da cultura hip hop – rap, break, DJ e grafite –, muito presente na Baixada. O grafite realizado nas estações de trem de Imbariê e Santa Lúcia teve um toque ainda mais especial, pois ele levantou uma bandeira de luta que moti-

vou a realização da ação cultural: defender a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) nos ramais de Vila Inhomirim e Guapimirim e a revitalização urbana do entorno.

A história dos trens metropolitanos no Rio de Janeiro tem mais de 150 anos, inúmeros personagens e um longo processo de ascensão e declínio, que alcançou a marca de 1 milhão de passageiros/dia na década de 1980 e chegou a transportar 145 mil/dia em 1996. Esse vergonhoso processo de sucateamento dos trens tem origem na priorização do transporte rodoviário em detrimento do ferroviário por parte dos governos federal e estadual. O ponto central que queremos debater neste texto é a compreensão da malha ferroviária do Rio no processo de construção e reprodução de uma metrópole extremamente desigual. O geógrafo Maurício de Abreu, no clássico *A evolução urbana do Rio de Janeiro* (1987), afirmava uma tendência que, infelizmente, é terrivelmente atual. Segundo Abreu, o “modelo do Rio tende a ser o de uma metrópole de núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercado por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de infraestrutura à medida em que se afastam do núcleo, e servindo de moradia e de local de exercício de algumas outras atividades às grandes massas de população de baixa renda”.

Em relação aos trens metropolitanos, duas datas se destacam nos capítulos recentes da história ferroviária fluminense. Em 1998, o sistema de trens foi privatizado para a SuperVia, num consórcio formado por quatro empresas. Em 2010, a Odebrecht Transport assumiu 60% das ações e levantou a expectativa da retomada e modernização do sistema. O montante de investimentos previstos era de R\$ 2,4 bilhões, dos

quais R\$ 1,2 bilhão seriam oriundos do governo do Estado e a outra metade da Supervia. Esse recurso foi aplicado em melhorias nas vias permanentes, na rede aérea, subestações de energia, telecomunicações, modernização e aquisição de novos trens e reforma de algumas estações. É necessário reconhecer a importância desse investimento no sistema ferroviário fluminense, sobretudo depois de décadas de contínuo sucateamento. No entanto, a demanda de recursos para a modernização é maior do que o valor já investido.

O investimento público estimado para o Metrô Ipanema-Barra da Tijuca era R\$ 8,5 bi, ou seja, ¼ do valor total dos investimentos previstos nas Olimpíadas (R\$ 39,1 bi). A obra não estava prevista no dossiê da candidatura do Rio às Olimpíadas, mas, depois do resultado, decidiu-se levar o metrô até a Barra. O principal argumento para a empreitada foi o de que seria uma obra fundamental para os deslocamentos durante os jogos e que se tornaria um importante legado para a mobilidade urbana no Rio. Ora, todos concordamos que o Rio precisa de investimento em mobilidade urbana, mas a prioridade deveria ser outra.

Atualmente, 2 milhões de pessoas entram diariamente na capital em busca de emprego, acesso à educação, saúde e os mais diversos serviços, congestionando as maiores vias de acesso da cidade como a Avenida Brasil, Presidente Dutra, W.Luiz e a Ponte Rio-Niterói. É a cidade hipertrofiada para que o Maurício de Abreu nos alertou acima. A insistência de tratar o Rio apenas como franja costeira entre o mar e a montanha torna sua imensa periferia invisível no debate público e nas prioridades de investimento público e privado. Dessa forma, temos pouco investimento em infraestrutura na periferia, enquanto o recurso público

aumenta o valor do solo urbano e dos imóveis nas áreas mais abastadas da cidade.

Uma das razões para concentração de investimento é a ausência de um marco de planejamento e governança que redirecione os recursos públicos e privados de forma a diminuir as desigualdades da cidade maravilhosa. Sem um pacto que articule planejamento, governança, transparência e participação para garantia do interesse público, as forças do mercado imobiliário continuarão demandando infraestrutura pública e desenhando a cidade segundo uma lógica de maximização dos lucros. Por isso, é importante a ALERJ retomar a discussão sobre o Projeto de Lei nº 10/2015, que estabelece um novo modelo de governança metropolitana.

Em relação aos trens, no caso dos ramais de Saracuruna x Vila Inhomirim (15km) e Saracuruna x Guapimirim (40km), que atravessam os municípios de Duque de Caxias, Magé e Guapimirim, a situação beira o ridículo. São locomotivas movidas a diesel, com média de 58 anos de idade. Não existem bilheterias nas 20 estações desses ramais e a grande maioria se encontra em péssimo estado de conservação. Um estudo produzido pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SENGE-RJ), o Projeto Central, em 2010, afirma a viabilidade técnica e financeira para a implantação de um sistema de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) nos dois ramais ao custo de 122 milhões, em Guapimirim. Para efeito de comparação, o teleférico do Alemão (hoje parado) custou 210 milhões.

A opção pelo VLT nesses ramais possui algumas vantagens, entre elas o valor de investimento menor do que o de trens elétricos, a reutilização da via permanente atual e a possibilidade de não construir muros ao longo das vias, evitando divisão entre os bairros e comunidades do entor-

no. Um investimento desse porte pode ser um indutor para o desenvolvimento urbano, econômico e social da região, articulando investimentos em habitação, equipamentos públicos no entorno das estações, o fortalecimento do comércio e dos empreendedores locais. Inclusive, é possível a construção do Parque Urbano de Imbariê ao longo da via, inspirado no Parque de Madureira.

Imagina uma viagem de VLT até Guapimirim, no fundo da baía de Guanabara e aos pés do dedo de Deus? Esse é o Rio que devemos projetar.

Será um sonho desejar o VLT? Não. A luta dos passageiros pela manutenção e modernização desses ramais é antiga e permanece até hoje. A Comissão de Luta pelo Trem (ComTrem), foi fundada em 1985 por passageiros que se uniram para que os ramais de Vila Inhomirim e Guapi não fossem desativados no bojo da eliminação das ferrovias no país. A resistência dos passageiros funcionou, os trens permaneceram e houve melhorias pontuais, mas ainda há muito por ser feito. Hoje a principal bandeira de luta da ComTrem é a defesa do VLT Vila Inhomirim e Guapimirim.

Sabíamos que não haveria investimentos em 2017 e 2018, mas, para quem já aguardava havia mais de 30 anos, resistir por mais alguns é possível e necessário. Nesse período, a tarefa do movimento deve ser ampliar a articulação e a discussão com outros atores nos três municípios, como comércio, escolas, igrejas, movimentos sociais, coletivos de juventude e cultura, e com os agentes políticos – deputados, vereadores, prefeituras, governo do estado e Supervia. Em tempo de crise, devemos semear trabalho e esperança. E quando a crise passar, queremos que a periferia metropolitana do Rio seja prioridade nos investimentos públicos.

O VLT de Vila Inhomirim e Guapimirim pode ser o marco urbanístico de um novo tempo para o Rio, mais justo, integrado e sustentável.

MAIO DE 2017

Transparência no bilhete único

Em 2018, uma pesquisa realizada por uma consultoria americana avaliou 84 cidades de diversos países e concluiu que o Rio de Janeiro possui o pior sistema de transporte do mundo. A pesquisa considerou informações sobre o tempo de espera do transporte, o valor da passagem, a integração com modais e outros itens. Esses indicadores se traduzem no cotidiano da população em longas horas de deslocamento, transportes sem conforto e passagens caras. Essa é a dura realidade vivida todos os dias por milhões de pessoas que se deslocam pela cidade em busca de trabalho, serviços públicos e oportunidades.

Mas qual é o papel do poder público diante dessa situação? Existem alguns marcos legais que balizam a discussão sobre políticas públicas para a mobilidade urbana e que são bons pontos de partida. Destacaria dois. O primeiro é que a mobilidade urbana se tornou um direito social em 2014, com a Emenda Constitucional n° 82, que “assegura ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente”. O segundo marco é a aprovação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, Lei n.º 12.587/2012, que define diretrizes e objetivos para o setor, incluindo serviços de transporte público coletivo e políticas tarifárias. Isto é, os marcos legais reforçam o papel do poder público no planejamento, na regulação e na fiscalização dos serviços de transporte público, atuando para garantir qualidade e preço justo ao cidadão-usuário.

No entanto, no Rio de Janeiro, historicamente, vivemos uma situação na qual o poder público possui pouquíssima capacidade de fiscalização e regulação da prestação do serviço de transporte público, especialmente das empresas de

ônibus, organizadas na Federação de Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro – a Fetranspor. Há décadas a sabedoria popular já falava que o motivo da falta de fiscalização eram as relações de promiscuidade entre empresas de ônibus e políticos, com financiamento de campanhas e propina em troca de apoio de deputados a projetos que beneficiassem os operadores do sistema de transporte. Nesse esquema, durante décadas, as empresas de ônibus acumularam poder econômico e político para dar as cartas na mobilidade do Rio. No entanto, um fato novo aconteceu.

Em 2017, as operações “Ponto Final” e “Cadeia Velha”, ambas da Polícia Federal e braços da Lava-Jato no Rio de Janeiro, revelaram o esquema de corrupção na área do transporte e prenderam diretores da Fetranspor, deputados estaduais, conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e representantes do Departamento de Transporte Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro (DETRÓ). As acusações do Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) indicam que existia um esquema de pagamento semanal de propinas. Os dados do bilhete único eram manipulados, possibilitando repasses maiores do que deveriam para a RioCard, empresa da Fetranspor. O valor adicional era repartido entre os envolvidos no esquema. Além disso, agentes públicos atuavam para obter vantagens para as empresas, como o reajuste de tarifas e derrubada de projetos que iam contra os interesses das mesmas.

A partir disso, o MP-RJ pediu o afastamento da RioCard da gestão da bilhetagem eletrônica, posição reforçada pela CPI dos Transportes na ALERJ em 2018. Ainda em 2017, um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) foi assinado entre a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, o MP-RJ e o governo

do estado para a contratação de uma nova empresa que será responsável pela gestão da bilhetagem eletrônica, afastando a RioCard. O prazo deste TAC venceu em abril de 2019, mas a RioCard permanece na gestão do bilhete único e não existe nenhum sinal do governo para a licitação.

A bilhetagem eletrônica é o principal meio de pagamento de passagens no estado do Rio de Janeiro, alcançando uma média diária de 7,5 milhões de viagens em 2017. O valor do desconto no bilhete único, que garante que a tarifa ou a integração entre dois transportes não ultrapasse R\$ 8,55, é repassado às empresas com recursos do Fundo Estadual de Transporte pelo governo do estado. Segundo o relatório da CPI dos Transportes, esse valor somou 3,8 bilhões de reais entre fevereiro de 2010 e junho de 2018. A ideia é boa, o problema é que o controle de todas as informações, inclusive da quantidade de passagens usadas e do dinheiro público a ser repassado, ficou sob o controle da Fetranspor. Não houve um processo de licitatório que permitisse concorrência entre as empresas para executar esse serviço. Desta forma, a raposa ficou tomando conta do galinheiro, o que gera falta de transparência e dificulta o acompanhamento pelo próprio poder público. É incompreensível o Estado desembolsar subsídio público para a RioCard e não ter nenhum controle sobre como esse recurso é utilizado. Um prato cheio para a corrupção e aumento indevido das passagens.

No dia 23 de maio de 2019, mais um capítulo foi escrito na luta por mobilidade urbana do Rio. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) aprovou a Lei nº 3641A/2017, que determina o afastamento da RioCard e a contratação de uma empresa, por meio de processo licitatório, para fazer a gestão da Câmara de Compensação

Tarifária, órgão que armazena informações dos usuários da bilhetagem eletrônica. Essa é uma decisão histórica, impen-sável alguns anos atrás devido a influência da Fetranspor na ALERJ. O objetivo é garantir que o governo do estado controle a destinação e a distribuição dos recursos financeiros que integram o subsídio do Bilhete Único de forma mais transparente e correta.

A sociedade civil, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o parlamento precisam acompanhar de perto e cobrar a implantação de um novo padrão de transparência na gestão do bilhete único. Esse é um passo fundamental na longa jornada por mobilidade urbana plena no Rio de Janeiro.

JUNHO DE 2019

Não foi em vão

A revitalização dos trens metropolitanos no Rio de Janeiro é desde a fundação da Casa Fluminense, em 2013, um de seus temas centrais. De um lado, seus fundadores entendiam a importância do trem como um eixo do desenvolvimento urbano, econômico e social da metrópole, local de adensamento, requalificação e geração de oportunidades. Por outro lado, essa visão era enriquecida por experiências e militâncias específicas de alguns de seus associados, como usuários do trem.

Eu mesmo, quando morador de Santa Lúcia, Imbariê, era usuário do ramal Vila Inhomirim. Cursei o ensino médio no Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) de São Cristóvão e levava uma hora e quarenta minutos de casa até o colégio. Há anos, cruzo a cidade metropolitana nos trens da Supervia, refletindo sobre as diferentes paisagens na janela e as desigualdades que marcam seus territórios. Ao longo do tempo, me identifiquei e participei de movimentos que buscavam a melhoria dos ramais Vila Inhomirim e Guapimirim – a Comissão do Trem (Comtrem) é a grande expressão dessa luta.

Nesse caminho, ressignificando sua experiência diária de usuário do trem no ramal Santa Cruz, Vitor, nosso economista, morador de Realengo, elaborou sua dissertação de mestrado, aprofundando a discussão sobre o tempo de deslocamento casa-trabalho, com olhar específico sobre a distribuição da oferta de emprego na metrópole. Esse estudo foi o ponto de partida para a construção do *Mapa da desigualdade*, uma publicação que orienta discussões promovidas pela Casa e por organizações parceiras (Casa Fluminense, 2018).

Junto na composição da Coordenação de Informação, acessando dados e transformando em informação, João Pedro, jovem, negro e internacionalista de Nova Iguaçu, veio para dar o tom e buscar as causas das desigualdades, diretamente da Baixada Fluminense. A mistura de racionalidade e emoção sempre foi um diferencial na maneira como a Casa Fluminense abordou esta e outras questões do desenvolvimento no Rio-metrópole.

Com a chegada da mestra Rafaela Albergaria ao nosso convívio, passamos a olhar os trens por um ângulo diferente: o número de homicídios culposos por atropelamento ferroviário. A morte brutal de sua prima Joana Bonifácio, em 2017, na estação de trem de Coelho da Rocha, e a luta de sua família para provar que ela não havia se suicidado, foram a porta de entrada de uma pesquisa em busca de justiça. Essa jornada, que será devidamente narrada nas páginas seguintes, encontrou normativas descumpridas e números surpreendentes sobre homicídios nos trens da Supervia e a falta de políticas para enfrentar o problema.

Mais ainda: a pesquisa mostra o peso do racismo estrutural na distribuição e na qualidade dos serviços públicos na metrópole, que concentra investimentos em áreas privilegiadas, enriquecidas e embranquecidas, enquanto os territórios da periferia pobre e negra padecem de um patamar mínimo de segurança e dignidade. No fundo, a verdade é que mortes iguais à da Joana não acontecem no metrô da Zona Sul. E, se acontecerem, não terão o tratamento absurdo que Joana e sua família tiveram.

Este é um livro com dor, mas também esperança. A energia da Rafa para transformar o luto em luta contagiou toda a equipe da Casa, em especial João Pedro Martins e Vitor

Mihessen, coautores deste livro e cúmplices nesta jornada. Nosso desejo é que as políticas públicas cabíveis sejam implementadas, outras mortes sejam evitadas e os passageiros sejam tratados com dignidade. Que este livro possa sensibilizar a sociedade, os formadores de opinião e os tomadores de decisão e que a memória de Joana Bonifácio seja preservada como símbolo da luta por dignidade no transporte público do Rio de Janeiro.

OUTUBRO DE 2019

A crise nos transportes e o aumento dos trens

Faz alguns anos que o Rio de Janeiro ocupa a posição de pior sistema de transporte do Brasil, e um dos piores do mundo, de acordo com o *Relatório Global Moovit*. Isso sinaliza o tamanho do desafio que a metrópole fluminense possui para garantir transporte público de qualidade à sua população, um direito previsto na Constituição desde 2015. Com a pandemia da Covid-19, o que era ruim conseguiu piorar. Do ponto de vista do passageiro, o número de viagens diminuiu, o tempo de espera aumentou, os transportes continuam lotados e, para complicar ainda mais, querem aumentar o preço da tarifa. No caso dos trens, o aumento autorizado pode chegar até 25%.

Diante das crises econômica, social e sanitária que vivemos no Rio de Janeiro, com 16% da população desempregada, o fim do auxílio emergencial e o aumento do valor da cesta básica, permitir o reajuste de 25% é aumentar ainda mais o custo de vida dos trabalhadores mais pobres. Nós da Casa Fluminense fazemos parte do Movimento Contra o Aumento das Passagens, formado por diferentes coletivos, organizações e movimentos, para denunciar o aumento abusivo dos trens e das barcas. Mobilizações on-line, panfletagens nas estações de trem e atos na Central do Brasil fazem parte das ações do movimento para dialogar com a população e pressionar o governo do estado a recuar na decisão.

No entanto, para além de lutarmos contra o aumento previsto em 2021, devemos utilizar a crise para debater com profundidade o sistema de transporte do Rio, expor suas contradições e propor alternativas para uma mudança estrutural no sistema. O tema é complexo e envolve muitas

variáveis, mas quero apresentar quatro pontos que precisam fazer parte deste debate.

O primeiro ponto é sobre o modelo de financiamento. Nas principais cidades do mundo, o estado custeia uma parte do transporte, tornando-o mais acessível e de melhor qualidade. No Brasil, a maior parte das receitas do sistema de transporte público é oriunda da tarifa que o usuário paga na roleta. Nesse modelo, as empresas buscam reduzir seus custos de operação (principalmente na frequência e na qualidade) e aumentar suas receitas (principalmente com o transporte lotado e aumento da passagem). Com a queda no número de passageiros devido à Covid-19, as empresas alegam que a receita caiu e não existe dinheiro para manter a prestação do serviço com qualidade.

Precisamos migrar para um modelo que remunere os operadores pelo preço de custo. Ou seja, o Estado deve definir quantas viagens devem ser feitas diariamente nos trens para atender a população e conhecer o custo de realizá-las. Ao mesmo tempo, também deve conhecer a receita que entra diariamente com as passagens. Caso o valor do custo de operação seja maior do que o valor das receitas, o Estado deve buscar fontes alternativas de financiamento, com Fundos Municipais e Estaduais de Transporte, para garantir a expansão e a operação do sistema.

Para construir o modelo descrito acima, esbarramos em um grande problema e chegamos no segundo ponto do debate: a falta de transparência. O sistema de transporte do Rio de Janeiro é historicamente marcado pela falta de transparência e pela corrupção, popularmente conhecida como “caixa-preta” do transporte. No caso dos ônibus, as operações “Ponto Final” e “Cadeia Velha”, realizadas pela

Polícia Federal e o Ministério Público em 2017, revelaram o esquema de corrupção envolvendo empresários do setor e agentes do poder público, o que culminou com a prisão de vários deles. Esse é um exemplo muito simbólico sobre a dificuldade em garantir a transparência e o interesse público no transporte no Rio de Janeiro, visto que forças econômicas e políticas poderosas atuam para garantir vantagens privadas de grupos específicos. É fundamental que o governo do estado tenha controle público sobre a gestão da bilhetagem eletrônica, dos custos de operação e das receitas de cada modal (trens, metrô, ônibus, barcas etc.). Além disso, pedagogicamente, precisa dar transparência aos dados e debater com a sociedade o melhor modelo para financiar o transporte público na metrópole.

Na medida em que estabelecermos um novo patamar de transparência nos transportes, poderemos avançar na definição de fontes alternativas de financiamento e o fortalecimento dos Fundos Municipais e Estaduais de Transportes. Entre as possíveis receitas que podem alimentar os fundos estão: taxas sobre apps de transporte individual, veículos particulares, recursos do vale transporte, percentuais do IPTU e do IPVA, impostos verdes, dentre outros. O papel do governo federal será fundamental para os fundos. Em 2020, o Congresso Nacional aprovou um Programa Emergência Transportes Social com um “socorro” de 4 bilhões para o setor em todo país. No entanto, a equipe econômica do governo vetou o projeto. A iniciativa é positiva, mas não resolve o problema estrutural da falta de transparência e de controle público sobre o sistema. É necessário retomar a discussão no Congresso com o objetivo de reestruturar o sistema de financiamento, não apenas remendar o modelo atual.

Por fim, chegamos ao último ponto, o planejamento e governança metropolitana. Todos que discutem mobilidade urbana nas grandes cidades reconhecem a importância de uma autoridade metropolitana para articular e coordenar boa parte dos itens acima, reforçando o planejamento urbano integrado e a cooperação entre prefeituras e estado na construção de soluções conjuntas. O Instituto Rio Metrópole, conforme a Lei nº 184/2018, é a instância responsável por essa articulação no Rio de Janeiro. Porém, é surpreendente o silêncio do Instituto sobre a crise dos transportes e a ausência de iniciativas que busquem soluções estruturais para a mobilidade na Região Metropolitana. Não existe mágica para melhorar a mobilidade urbana do Rio. É necessário muita transparência, participação social, planejamento e controle público para construirmos um novo padrão de mobilidade urbana na metrópole. Estamos longe disso, mas é preciso caminhar nesta direção.

FEVEREIRO DE 2021

Transformar os trens em metrô de superfície

No dia 22 de setembro é celebrado o Dia Mundial sem Carros, uma iniciativa para promover a reflexão sobre o uso intensivo dos automóveis e a necessidade de novas formas de planejar e circular pelas cidades. Seguindo o contexto da pandemia da Covid-19, que afetou o deslocamento das pessoas, impactou o sistema de transportes e atingiu diretamente os mais pobres, a discussão está na ordem do dia.

A crise do transporte público no Rio de Janeiro é apresentada diariamente nos jornais da TV, compartilhada nas mídias sociais, debatida entre os especialistas e vivida pelas pessoas que dependem do trem, do ônibus, do metrô e das barcas para se deslocar diariamente. A miríade de problemas impressiona pela quantidade e pela complexidade. Identificamos linhas de ônibus que sumiram, lotação, tarifa cara, falta de integração física e tarifária, histórico de corrupção no setor, falta de transparência, baixa capacidade de planejamento e fiscalização do poder público, entre outros.

Para enfrentarmos os desafios da mobilidade urbana no Rio de Janeiro, quero destacar uma premissa e uma prioridade. A primeira é a importância da escala metropolitana para a construção de soluções no transporte público, reconhecendo que 2 milhões de pessoas entram diariamente na cidade do Rio de Janeiro para trabalhar, acessar serviços e oportunidades diversas. A segunda é o imperativo de transformar os trens da Supervia em metrô de superfície, nivelando-os com os padrões de conforto, qualidade, segurança, acessibilidade e frequência.

A malha ferroviária do Rio de Janeiro possui mais de um século e o traçado dos trilhos guiou o processo de urbaniza-

ção no século XX. As estações de trens do subúrbio carioca e da Baixada Fluminense foram pontos de concentração do comércio, de atividades econômicas e de ligação da população com o centro do Rio. Nas décadas de 1980 e 1990 acompanhamos o processo de sucateamento e degradação dos trens metropolitanos, que culminou com a concessão do sistema para a iniciativa privada em 1998 e a chegada da Supervia. Apesar das mudanças, o estigma de transporte precário e inseguro permaneceu.

Nos anos 2010, no contexto de preparação da cidade para receber a Copa do Mundo e as Olimpíadas, uma janela de investimento público se abriu. O governo do estado destinou R\$ 1,2 bilhão para modernização do material permanente, do sistema de comunicação e na aquisição de novos trens. No mesmo período, a Odebrecht Transport assumiu o controle da Supervia com o compromisso de investir mais de R\$ 1,2 bilhão na modernização dos trens. Tais investimentos foram importantes para aumentar a qualidade do serviço prestado. No entanto, problemas graves ainda persistem.

Em 2017, Joana Bonifácio, jovem universitária de 22 anos, morreu ao tentar embarcar no trem na estação de Coelho da Rocha, em São João de Meriti. A luta de sua família por justiça desencadeou a publicação do livro *Não foi em vão: Mobilidade, desigualdade e segurança nos trens metropolitanos do Rio de Janeiro*. A pesquisa constatou o registro de 368 mortes por atropelamento ferroviário entre 2008 e 2018. Do total de registros, 83 mortes ocorreram em 2018, o que corresponde a mais de uma morte por semana. Ou seja, falta prioridade na garantia de segurança, conforto e acessibilidade aos usuários da Supervia. E quando recordamos que no período dos megaeventos o Governo do Estado do Rio de

Janeiro investiu 10 bilhões de reais no metrô da Barra da Tijuca, fica evidente que a prioridade passou longe dos trens.

Nesta Semana da Mobilidade, a Casa Fluminense e o Observatório dos Trens lançaram uma carta com recomendações para a modernização dos trens da Supervia. Em resumo, os cinco pontos são: (1) Promover o investimento público na modernização dos trens metropolitanos com recursos da outorga da CEDAE, nivelando-os com os padrões de conforto e qualidade do metrô. (2) Estabelecer estratégias eficientes e coordenadas para reduzir o furto de cabos e material permanente. (3) Trocar o índice de reajuste da tarifa, IGP-M, que é atrelado ao dólar e teve variações altas, por outro mais adequado à realidade brasileira, como o IPCA, que mede a inflação. (4) Revisão do modelo de remuneração da Supervia, com a inclusão de novas receitas extra-tarifárias. (5) Fortalecer o sistema de regulação do transporte e fiscalização do contrato de concessão, aprofundando transparência e incorporando métodos para a gestão participativa.

A transformação dos trens em metrô de superfície é possível, basta prioridade e coordenação metropolitana. Por exemplo, existe um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado em 2019 pelo Ministério Público e a Supervia para a reforma das 104 estações de trem, mas não existe previsão orçamentária para as intervenções. O governo do estado poderia utilizar parte dos recursos da outorga da CEDAE para reformar e qualificar estações da Supervia, promovendo acessibilidade e segurança aos usuários. Inclusive, o governador poderia articular os doze municípios que são atendidos pela Supervia para que cada Prefeitura fizesse a conservação urbana e a implantação de bicicletários e ciclofaixas no entorno das estações.

Seria uma excelente experiência de cooperação metropolitana, com o estado e os municípios articulando esforços e investimentos para dar respostas à crise de mobilidade urbana, fortalecendo o transporte de alta capacidade e integrando-o com bicicletas. A Prefeitura do Rio já incluiu no Plano Estratégico (2021-2024) uma meta ousada de promover ciclorrotas a 100% das estações de transporte de média e alta capacidade da cidade. Essa meta pode ser replicada aos demais municípios e estimular o intercâmbio de experiências entre os gestores públicos locais.

A transformação dos trens em metrô de superfície é muito mais do que um grande investimento em transporte público. É a afirmação de um pacto para o desenvolvimento urbano, econômico e social da periferia metropolitana do Rio, promovendo maior coordenação das políticas públicas e melhor qualidade de vida para a população.

SETEMBRO DE 2021

Autoridade metropolitana do transporte de Nova York

O sistema de metrô da cidade de Nova York começou a ser construído e operado no final do século XIX pela iniciativa privada. Nas primeiras décadas do século XX houve muitos conflitos relacionados ao preço da passagem, pois as empresas alegavam que o alto custo de investimento e de operação não era coberto pelo baixo preço da passagem. Por outro lado, a população não estava disposta a pagar mais caro pela passagem, nem o poder público não queria assumir o custo político de aumentar a tarifa. Portanto, era um sistema deficitário. Na década de 1940, depois de alguns anos nesse impasse, formou-se um consenso político de que o transporte deveria ser operado pela prefeitura, pois oferecer transporte bom, barato e de qualidade é caro. A partir desse momento diversas linhas e modais passaram gradativamente para a administração direta da prefeitura ou do governo do estado.

Ao longo da década de 1960, uma série de integrações entre modais administrados pelo governo do estado e pela prefeitura de Nova York culminaram na criação da Metropolitan Transit Authority (MTA). Atualmente, essa autoridade metropolitana é responsável pelo planejamento, operação e manutenção do transporte público na área metropolitana de Nova York, compreendendo a cidade e os condados de Dutchess, Nassau, Orange, Putnam, Rockland, Suffolk e Westchester. A autoridade supervisiona as operações dos sistemas de ônibus e metrô de Nova York, as ferrovias regionais, sete pontes e dois túneis. A supervisão inclui o desenvolvimento e o financiamento dos programas operacionais e de capital.

A MTA é governada por um conselho de 17 membros nomeados pelo governador e confirmados pelo Senado. Seis membros são indicados pelo governador, quatro pelo prefeito de Nova York, e sete pelos outros condados. Os membros do conselho tem 14 votos, pois quatro membros (representando os condados de Dutchess, Orange, Putnam e Rockland) recebem um voto coletivo.

Em 2021 a Autoridade Metropolitana tinha um orçamento operacional de US\$ 16 bilhões. Além da sede da MTA, existem seis agências operacionais na sua estrutura: Metrô de New York; Empresa de ônibus MTA; Ferrovia Metrô-Norte; Estrada de Ferro de Long Island; MTA Pontes e Túneis; MTA Construções. Existem aproximadamente 73,5 mil pessoas trabalhando na MTA para oferecer transporte de qualidade com baixo custo para a população. No coração do capitalismo americano, quem opera o transporte é uma grande empresa pública.

Em 2020, durante a pandemia do Covid-19, o governo federal dos EUA investiu 4 bilhões de dólares na MTA para cobrir a queda na receita provocada pela redução do número de passageiros. Dessa forma, o serviço de transporte foi garantido, mesmo com poucos passageiros.

Apesar de todas as diferenças entre Rio de Janeiro e Nova York, a cidade americana oferece alguns aprendizados e uma lição. Maior controle do poder público, transparência e subsídio são fundamentais para garantir a oferta do serviço com qualidade e o preço justo para a população.

Cadê a autoridade metropolitana dos transportes?

Durante a CPI dos trens na Assembleia Legislativa, a Super-
via afirmou que pode interromper o serviço em agosto, caso
um novo acordo com o governo do estado não seja realizado.
A afirmação é impactante, mas não é surpreendente. A crise
dos transportes, que já existia antes, foi agravada pelos im-
pactos da Covid-19, com a redução de passageiros, piora na
qualidade do serviço e falência de muitas empresas. Assisti-
mos à incapacidade do governo do estado para dar respostas
efetivas e integradas, como foi realizado em várias cidades
do mundo e do Brasil. A ausência de uma autoridade metro-
politana dos transportes para planejar e coordenar soluções
estruturantes faz parte do diagnóstico sobre a crise.

O governo seguinte enfrentaria grandes desafios na mobi-
lidade urbana. Na lista estão o encerramento do contrato das
barcas em fevereiro de 2023 sem perspectiva de nova conces-
sionária, o sucateamento dos sistema de trens, a licitação das
linhas de ônibus intermunicipais, a licitação da bilhetagem
eletrônica, a conclusão do trecho Estácio-Carioca da linha 2 do
metrô, entre outros. Essas tarefas estão atrasadas. Mas o que
vemos é descontinuidade do trabalho, falta de equipe técnica
permanente e utilização da Secretaria de Estado de Transpor-
tes como moeda de troca para atender a base aliada do gover-
no. No período do governo Witzel e Castro foram quatro secre-
tários comandando a pasta sem nenhuma entrega relevante.

Além do esvaziamento crônico da SETRANS, também con-
vivemos com a tomada de decisões erradas. O anúncio pelo
governo sobre a criação do metrô leve na Baixada, no trecho
Pavuna-Nova Iguaçu, ao custo de R\$ 1,7 bilhões, foi a cereja
no bolo de tanta lambança. É uma contradição, pois o foco

deve ser a recuperação do sistema de trens existente e finalização das obras em andamento, como o metrô linha 2. Mas o governo está seduzido pela lógica de inaugurar mais uma grande obra, como foi o teleférico do Alemão, hoje parado.

A reconstrução do estado do Rio de Janeiro passa, necessariamente, pelo fortalecimento e modernização das suas estruturas de planejamento e gestão, aumentando sua capacidade de entregar políticas públicas com mais eficiência, sustentabilidade e foco na redução das desigualdades. A autoridade metropolitana, conforme determina o Estatuto da Metrópole (2015), é fundamental para articular prioridades. O RJ avançou passos tímidos, porém importantes nessa agenda. Em 2018, foi concluído o Plano Metropolitano e aprovada a Lei nº 184/18 sobre a governança metropolitana. Apesar de existir desde 2019, o Instituto Rio Metrópole não coordenou nenhuma iniciativa junto aos municípios e o estado para enfrentar a crise dos transportes.

No mundo existem iniciativas exitosas de coordenação metropolitana. Em Nova York, a Metropolitan Transit Authority (MTA) é responsável pelo planejamento e operação do transporte na cidade e mais sete condados do entorno. Sob a coordenação da MTA estão seis agências operacionais: metrô, ônibus, duas ferrovias, pontes & túneis e construção. Existem mais de 75 mil pessoas trabalhando na MTA para oferecer transporte de qualidade com baixo custo para a população. No coração do capitalismo americano, quem opera o transporte é uma grande empresa pública.

Essas experiências precisam inspirar mudanças estruturantes na mobilidade da região metropolitana. A prefeitura do Rio tomou boas decisões ao assumir maior protagonismo na coordenação dos transportes, com a retomada do

BRT, a criação da Mobi-Rio e a licitação da bilhetagem digital. O governo do estado precisa ser ainda mais ousado. Por exemplo, a autoridade metropolitana deveria coordenar um pacto pela modernização dos trens, com revisão do contrato atual, previsão de subsídio público, melhoria da qualidade do serviço e parceria com os doze municípios para requalificação urbana do entorno das estações de trem. Metas de qualidade, sustentabilidade e número de passageiros devem orientar o pacto, que pode ser gerenciado por um comitê técnico formado por secretários municipais dentro da Câmara Metropolitana. Exemplos e soluções existem pelo mundo, basta liderança política para implementar no Rio.

AGOSTO DE 2022

SANEAMENTO BÁSICO

Baía de Guanabara, a grande esquecida

No dia 4 de julho de 2017, a prefeitura do Rio divulgou o Plano Estratégico 2017-2020, com diretrizes, metas e ações prioritárias da administração municipal para os próximos três anos e meio. E foi com surpresa que constatamos que nas 212 páginas do documento não é sequer mencionada a expressão “Baía de Guanabara”.

No plano estratégico a prefeitura indica a meta de aumentar para 68% a taxa de cobertura da rede coletora de esgoto com tratamento na AP4 até o final de 2020, através da concessão dos serviços de esgotamento. Entendemos que ao definir metas apenas para a AP4, a prefeitura abre mão de coordenar esforços de coleta e tratamento de esgoto de toda a cidade e aumenta investimentos na região que mais recebeu recursos públicos e privados durante as Olimpíadas. Isso aumenta a desigualdade. Segundo dados do ICMS Verde, em 2017 apenas 2,9 milhões de habitantes, ou 47% da população, possuem coleta e tratamento de esgoto, a maioria situada no Centro, Zona Sul, Barra, Tijuca e São Cristóvão. Isso se considerarmos que a ETE Ilha, ETE Penha e ETE Alegria estivessem operando normalmente, enquanto na verdade elas se encontravam em manutenção, o que reduziu ainda mais o número de pessoas com acesso a tratamento de esgoto. É necessário uma política de saneamento básico para toda a cidade, com especial atenção para a AP3, que inclui a Zona Norte e as regiões das bacias dos rios Acari, Pavuna, Faria Timbó, Mangueiros e outros que afluem diariamente enormes volumes de esgoto sem tratamento para a Baía de Guanabara.

O Plano Municipal de Saneamento do Rio de Janeiro (2011), um dos primeiros elaborados no Estado, precisa ser

revisado. Apesar de pioneiro, o plano não territorializa as metas de curto, médio e longo prazo como deveria e nem apresenta um orçamento para a universalização dos serviços, contemplando todas as APs, e nelas incluindo favelas e comunidades. O Plano de Saneamento é fundamental para definir prioridades e obter recursos de investimentos no setor.

Durante a candidatura do Rio para sediar as Olimpíadas, o governo do estado prometeu despoluir 80% da Baía da Guanabara, o que seria um dos principais legados dos jogos. Entre os vários motivos para a meta não ter sido alcançada estão a falta de coordenação entre políticas e a descontinuidade dos programas de coleta e tratamento de esgoto, inclusive o PSAM, programa financiado pelo BID. Falta governança. A Baía padece com a entrada diária de 18 mil litros de esgoto por segundo em suas águas. Não podemos aceitar passivamente essa realidade. A paisagem da Baía de Guanabara foi declarada Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO em 2012. Mas não teremos Baía limpa enquanto os rios da Zona Norte continuarem como latrina da população carioca.

Outro elemento importante para a revitalização da Baía de Guanabara é a reinvenção de sua orla. Isso significa aproximar a população de suas águas promovendo seu uso qualificado, fortalecendo a atividade pesqueira em toda sua extensão, fomentando a prática esportiva e turística no seu interior e ampliando a malha de transporte aquaviário entre seus vários polos urbanos, como Duque de Caxias, Magé e São Gonçalo. No caso do Rio de Janeiro, a cidade pode ter um papel ativo nesse processo se continuar a revitalização da região portuária e desenvolver projetos de recuperação urbana e ambiental em toda sua orla – do Piscinão de

Ramos à enseada de Botafogo, passando por todo o entorno das Ilhas do Governador e de Paquetá. Não podemos enxergar a Baía apenas como um problema que precisa ser resolvido. Devemos enxergá-la como principal patrimônio urbanístico e ambiental do Rio, plena de oportunidades para a geração de bem-estar e desenvolvimento da cidade. E a tarefa número 1 é universalizar a coleta e o tratamento de esgoto no seu entorno.

AGOSTO DE 2017

Água, saneamento e a Câmara Metropolitana Rio

Osmar olhou por cima do mato alto e viu o esgoto correr no leito do córrego. Era possível ver a manilha despejar a água suja coletada nas casas do entorno, caindo diretamente no rio. Também dava para imaginá-la seguindo seu curso e encontrando outros rios poluídos até a sua foz, desaguardo na Baía de Guanabara. A cena se repete em incontáveis bairros e comunidades na metrópole do Rio, ao ponto de $\frac{2}{3}$ do esgoto da região chegar sem tratamento na Baía de Guanabara. O direito à água e saneamento básico parece uma promessa vazia diante de uma realidade que insiste em não mudar ao longo de décadas.

A pandemia da Covid-19 e a necessidade aumentar o cuidado com a higiene, como o simples ato de lavar as mãos, expõe o fato de muitas comunidades não contarem com um direito tão básico. Um levantamento da Defensoria Pública do Rio de Janeiro mapeou quase quinhentas denúncias de falta d'água em catorze municípios. Na outra ponta do cano, observa-se rios transformados em valões a céu aberto e populações pobres vivendo nas suas margens, expostas ao risco de doenças provocadas pela falta de saneamento. E assim voltamos à questão inicial: Por que não conseguimos universalizar o serviço de água e saneamento?

A resposta é longa e complexa. Envolve o titular do serviço, modelos de concessão, financiamento, metas, regulação, fiscalização e controle social. Não é possível abordar todos os pontos neste texto, mas gostaria de tratar de alguns fatos na discussão sobre saneamento básico no Rio que se relacionam com os itens acima.

O primeiro ponto é sobre o titular do serviço na região me-

tropolitana. Se antes havia dúvidas (município ou estado?), o Estatuto da Metr pole e a Lei n  184/2018 deixam claro que as decisões sobre o saneamento básico devem passar pela Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro, formada pelo Governador, os 22 Prefeitos e três representantes da sociedade civil. Esse é o espaço para a tomada de decisões compartilhadas sobre o modelo de concessão do serviço de saneamento, delegando a prestaço do serviço ao operador estatal (CEDAE) e/ou privado. Ou seja, o município não pode decidir sozinho, ele precisa construir estratégias comuns com os demais. Por exemplo, a Prefeitura do Rio de Janeiro tinha a intenço de fazer a concessão do saneamento básico na AP4 (Barra de Tijuca e Jacarepaguá) de forma isolada, mas não conseguiu tramitar essa proposta na Câmara Metropolitana. A proposta aprovada foi apresentada pelo BNDES, e prevê a elaboraço de quatro blocos de concessão no estado. Nesse cenário, a CEDAE ficaria responsável apenas pela captaço e tratamento da água, enquanto a iniciativa privada faria a distribuiço da água, a coleta e o tratamento do esgoto. A prefeitura do Rio e de São Gonçalo votaram contra, mas a maioria decidiu prosseguir com a proposta do BNDES.

A discussão sobre a concessão do serviço de água e saneamento, assim como a privatizaço de alguns setores da CEDAE, é bastante pol mica. O papel da Câmara Metropolitana deveria ser de ampliar o debate, ouvir diferentes perspectivas e construir consensos, mas não foi assim que aconteceu. Para seguir com a proposta do BNDES, o governador precisa da autorizaço da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) para a privatizaço da CEDAE. E por esse motivo, envia para o parlamento o Programa Estadual de Desestatizaço.

Mas essa proposta tem contraposição. A campanha Água Boa para Todos e Todas, formada por organizações populares, pesquisadores, cidadãos e mandatos parlamentares, defende a água como direito humano e bem comum. Dessa forma, a necessidade de investimento para ampliar o sistema de água e esgoto em toda metrópole, incluindo as comunidades de baixa renda, não é compatível com o compromisso de gerar lucro para as empresas privadas. Essa contradição pode criar uma situação em que o serviço acontecerá apenas nas áreas com maior poder aquisitivo e retorno financeiro para as empresas, deixando as comunidades pobres sem atendimento. A campanha Água Boa para Todos e Todas afirma que o mercado não resolverá problemas de ordem pública e defende a retomada de investimentos públicos em saneamento básico como estratégia de enfrentamento das crises hídrica, ambiental e sanitária.

Por outro lado, não são poucas as críticas feitas à atuação da CEDAE nas últimas décadas. Falta de transparência, loteamento político, ausência de metas para o tratamento de esgoto e falta de água em muitos bairros são algumas reclamações recorrentes. A CEDAE é uma empresa pública que gera lucro e pode cumprir um papel estratégico no estado. Mas para isso ocorrer, é necessário uma mudança radical na sua estrutura e no ambiente de regulação e fiscalização.

Portanto, paralelo à defesa da CEDAE como empresa pública, é necessário um novo comportamento de todos atores responsáveis pelo saneamento no Rio de Janeiro. O primeiro passo é a coordenação da Câmara Metropolitana para a definição das metas de expansão do saneamento básico no Rio e suas fontes de financiamento. Em seguida, é fundamental um papel pró-ativo das prefeituras para a

celebração de contratos entre os municípios e a operadora do serviço (CEDAE ou outra), com a inclusão de metas de abastecimento de água e tratamento de esgoto, todas alinhadas aos Planos Municipais de Saneamento. Os prefeitos e as câmaras de vereadores precisam assumir protagonismo no planejamento municipal e na fiscalização dos contratos, atuando para acompanhar e cobrar o cumprimento das metas estabelecidas. Outro componente importante é o fortalecimento da regulação, realizado pela Agência Reguladora da Energia e Saneamento Básico no Rio de Janeiro (AGENERSA), com definição de normas para a prestação do serviço. Por fim, todo o processo deve garantir a transparência e o controle social da população, estimulando um novo ciclo de monitoramento cidadão sobre as metas, prazos e os seus responsáveis. Sabemos que organizar e coordenar tudo isso não é tarefa fácil. Mas não existe atalho. Somente juntando todas essas peças será possível avançar na agenda do saneamento básico e na direção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na metrópole do Rio.

MAIO DE 2020

Saneamento, agora vai?

A julgar pelo histórico de descontinuidades de obras e programas anteriores, a baixa capacidade de planejamento, coordenação e investimento do poder público, a resposta não é boa. A novidade no Rio de Janeiro é a concessão do serviço para empresas privadas, com a promessa de R\$ 32 bilhões de investimento por 35 anos partir de 2022 e garantia de saneamento básico para 13 milhões de pessoas no estado. Se vai dar certo ou não, somente o tempo dirá. Cabe à sociedade aprofundar o debate sobre o que precisa ser feito para que haja avanços concretos e essa não seja mais uma frustração para cariocas e fluminenses.

Em primeiro lugar, é necessário destacar que a concessão do serviço para operadores privados não significa ausência de responsabilidades do poder público. Por exemplo, quando uma prefeitura concede o serviço de transporte público para empresas, um contrato deve definir as responsabilidades, os investimentos previstos, a qualidade do serviço, a quantidade de viagens por dia, a inclusão de ar-condicionado nos ônibus e outros indicadores. Caso o serviço não seja prestado conforme o contrato, o poder público deve trocar a empresa ou assumir a operação, como fez a prefeitura do Rio de Janeiro no caso do sistema de BRT em 2021. O mesmo raciocínio vale para a concessão do saneamento no Rio de Janeiro, pois conceder não é abandonar.

No caso do saneamento, o poder responsável pela concessão é a autoridade metropolitana do Rio de Janeiro. Portanto, cabe a ela fiscalizar e garantir a aplicação dos investimentos previstos nos contratos. Em 2021, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou e o governador sancionou a Lei

Complementar n° 9370 que define procedimentos para a divulgação e avaliação das metas dos serviços públicos de saneamento básico previstos nos contratos de concessão. A lei determina que as empresas de saneamento básico deverão disponibilizar no seu site, anualmente no mês de fevereiro, um relatório simplificado, apoiado em mapas e gráficos de fácil compreensão, que apresente de forma clara as metas para os serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, definidas no contrato de concessão.

Na Região Metropolitana, a lei recomenda que o Instituto Rio Metr pole (IRM), em coopera o com a Agência Reguladora da Energia e Saneamento Básico no Rio de Janeiro (AGENERSA), as entidades reguladoras municipais e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), produzam o Relatório Anual de Avalia o das Metas de Saneamento (RAMS), que poderá ser publicado no site do IRM, até maio do ano subsequente. O RAMS poderá ser feito de forma concisa e objetiva, contendo informa es básicas sobre a qualidade da água dos rios, lagoas e baías; aferi o da potabilidade da água distribuída pelas empresas; cumprimento das metas dos serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, com explica es sobre eventuais atrasos e providências adotadas em caso de descumprimento; cumprimento de metas de redu o do desperdício de água pelos usuários e pelas concessionárias; e outros. Ou seja, o monitoramento e a transparência são fundamentais para o alcance das metas.

Outro componente necessário é o fortalecimento da regula o, realizado pela AGENERSA, com defini o de normas para a presta o do serviço e fiscaliza o do contrato de concessão. Historicamente, a AGENERSA   percebida como

um órgão com baixa capacidade de cumprir sua tarefa de regulação, tanto por não ter o número suficiente de funcionários quanto pela prática de loteamento político dos cargos, o que reduz sua capacidade técnica para executar suas atribuições. Como resposta parcial ao desafio, no segundo semestre de 2022 se realizaria o primeiro concurso público da história da AGENERSA, com previsão de cinquenta vagas distribuídas para especialistas em regulação, analista técnico e assistente. Essa medida não resolve todos os problemas da AGENERSA, mas seria um passo importante no seu fortalecimento.

Por último, mas não menos importante, é fundamental fortalecer e aperfeiçoar mecanismos de controle social. De um lado, valorizar os espaços formais de participação como os comitês de bacias e os recentemente criados comitês de monitoramento das áreas de concessão. Mas também é fundamental incluir os fóruns independentes de fiscalização e monitoramento cidadão, como o movimento Água Boa para Todos e Todas, que tem defendido a implantação da cota mínima de água para a população mais pobre. Iniciativas de geração cidadã de dados, como o CocôZap no Complexo da Maré, e a Visão Coop em Queimados, são exemplos de tecnologias sociais desenvolvidas por jovens de periferia voltadas para acompanhar as políticas públicas de saneamento básico e de adaptação climática em seus territórios. São experiências que devem ser valorizadas.

Isto posto, o saneamento básico vai avançar na medida em que o poder público atue com qualidade na coordenação, planejamento e fiscalização dos contratos de concessão, proporcionando transparência e controle social para todos os atores interessados na construção de um poderoso mo-

vimento de monitoramento das metas. Somente assim teremos avanço real na distribuição de água e na coleta e tratamento de esgoto na região metropolitana do Rio de Janeiro.

SETEMBRO DE 2022



DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Crise urbana e moradia no Centro

A pandemia da Covid-19 escancarou a desigualdade urbana. Nossas cidades possuem um percentual enorme de pessoas morando em favelas e loteamentos sem a infraestrutura mínima, em moradias precárias, com falta de transporte adequado, acesso à água tratada e saneamento básico, longe do emprego e das oportunidades. Mas essa metrópole desigual não começou com a Covid-19. Ela é fruto de uma sociedade racista e patrimonialista, que acredita que os mais pobres não possuem direitos, nem dignidade. Este processo permanente de exclusão social reproduz cidades desiguais.

No livro *Pra entender a crise urbana* (2015), a professora Ermínia Maricato apresenta os principais atores e conflitos na construção das cidades, que influenciam para onde vão os investimentos públicos, a localização do transporte, os bairros valorizados e os territórios abandonados. A autora destaca que apesar de a vida dos trabalhadores – em termos de salário e consumo – ter melhorado nos anos 2000, as questões estruturais de moradia, mobilidade e saneamento ainda estão muito longe de serem resolvidas. No centro do conflito está a luta pelo acesso aos terrenos e imóveis vazios em áreas com infraestrutura urbana, local correto para a construção de habitação popular. Recomendo muito a leitura do livro.

Nosso país vive uma grave crise. A luta para aprofundar a democracia e reduzir as desigualdades terá destaque no espaço urbano. Popularizar a agenda urbana, debatendo os erros e acertos dos últimos anos, será a base para a emergência de um amplo movimento social e político capaz de construir cidades mais inclusivas, sustentáveis e com oportunidades para todas e todos.

Um bom exemplo é a Ocupação Manoel Congo, na Cine-lândia, uma referência de habitação popular no centro do Rio de Janeiro. Tive a oportunidade de conhecer mais da história pela Lurdinha e pela Elisete, lideranças da ocupação e do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN). A Ocupação foi uma das organizações apoiadas pelo Edital Agenda Rio 2030, lançado pela Casa Fluminense.

A ocupação iniciou-se em 2008, no antigo prédio do INSS. Depois de uma longa luta para permanecer e reformar o imóvel, o movimento conseguiu R\$ 3,8 milhões do programa Minha Casa Minha Vida – Entidades para fazer as devidas melhorias habitacionais. Essa modalidade do programa é destinada às cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos dedicadas a promover moradia digna para as famílias organizadas no movimento. Atualmente, 42 famílias vivem na ocupação, que também conta com auditório, áreas comuns e um restaurante para a geração de renda dos moradores. A maioria trabalha como informal no Centro, alguns são aposentados e poucos possuem trabalho com carteira assinada. Se não fosse a ocupação, essas famílias não teriam condições de morar no centro do Rio.

Em outubro de 2021 aconteceu a Jornada Nacional de Luta por Moradia, com marcha em Brasília e atividades em diversos Estados. A principal reivindicação é a prioridade para as famílias de baixa renda nas políticas de produção habitacional, regularização fundiária e urbanização de favelas. O foco e os recursos precisam estar com os mais pobres! E o exemplo da Ocupação Manoel Congo é a prova de que é possível.

Quem quiser conhecer mais da ocupação, recomendo almoçar no Tuia Café Cultural, organizado pelo movimento na sobreloja do prédio, na rua Evaristo Veiga, 17. Você vai almoçar e fortalecer a ocupação.

OUTUBRO DE 2021

De Santa Cruz a Imbariê: Uma cartografia de parques na cidade

Durante as votações das propostas prioritárias da Agenda Rio 2017, processo que envolveu consultas on-line e presenciais em três municípios – Rio de Janeiro, Nova Iguaçu e São Gonçalo –, os participantes de Santa Cruz elegeram o tema Cidade para Viver como o mais importante para o bairro. Entre as proposições desse tema, o destaque vai para a “valorização dos parques, praças, espaços públicos e áreas de preservação na metrópole, com a promoção do uso comunitário e turístico deles, ampliação dos investimentos na sua conservação, apoio a iniciativas de áreas degradadas e incentivo às formas de uso coletivo dos espaços”. A escolha dessa proposta sinaliza pistas para uma possível convergência entre mobilização cidadã, espaço público e poder público.

O tema Cidade para Viver também é uma das minhas questões prioritárias. O cuidado com os espaços públicos da cidade me parece terreno fértil e estratégico para a construção de um capital social que reposicione nossa cidadania no debate público. Esses espaços são locais propícios à cooperação entre cidadãos, organizações da sociedade civil e agentes do poder público. De um lado, sujeitos concretos nos territórios e a demanda objetiva por bem-estar e qualidade de vida, de outro, gestores públicos e o desafio de construção de políticas sustentáveis, que sobrevivam para além de um mandato de governo. A destinação de recursos para a manutenção e gestão desses espaços, somada ao estabelecimento de formas de cooperação permanentes entre cidadãos e gestores públicos, podem se tornar ótimos exemplos

de cuidado com o bem público. Cabe à sociedade e ao poder público abraçarem a oportunidade de trabalharem juntos.

Para ilustrar a discussão sobre o tema Cidade para Viver, apresentarei alguns espaços e parques públicos que podem ser celeiros de boas práticas para a gestão do bem comum. São dois lugares no município do Rio de Janeiro e dois no município de Duque de Caxias que possuem potencial para aumentar a qualidade de vida da população e produzir experiências inovadoras de cooperação na implementação de políticas públicas. Seguem abaixo algumas observações sobre o Palacete da Princesa Isabel (Zona Oeste do Rio de Janeiro), o Parque da Serra da Misericórdia (Zona Norte do Rio de Janeiro), o Parque Urbano Armanda Álvaro Alberto (centro de Duque de Caxias) e o Parque Urbano de Imbariê (3º distrito de Duque de Caxias):

Palacete da Princesa Isabel, Zona Oeste, Rio de Janeiro: o bairro de Santa Cruz possui um patrimônio histórico riquíssimo, que remete ao período imperial no Brasil. Em 1881, D. Pedro II criou a sede administrativa do Matadouro Público de Santa Cruz na área da Fazenda Imperial. Ao longo dos anos, o prédio teve uma série de usos distintos, e em 1984, foi tombado como patrimônio cultural da cidade do Rio de Janeiro. Em 2008, a prefeitura transformou o prédio em centro cultural, batizando-o de Dr. Antônio Nicolau Jorge. O espaço conta com uma boa infraestrutura para atividades culturais e um ecomuseu de percurso no entorno. Apesar de todo o investimento, no entanto, o centro cultural ainda não está plenamente ativado. É o que afirma Pablo Ramoz, produtor cultural e morador de Santa Cruz. “Após uma obra de mais de R\$ 3 milhões, esse palacete deveria ser um potente equipamento com a função de organizar a

produção, fruição e acesso à cultura na Zona Oeste”, declarou ele durante as votações do Painel #Rio2017. Reconhecer Santa Cruz como lugar onde começa a cidade do Rio de Janeiro e produzir uma visão que articule a valorização do patrimônio histórico do bairro com seu o desenvolvimento urbano, econômico e social são condições para transformar o Rio numa cidade polinuclear capaz de promover qualidade de vida para todos os seus moradores.

Parque da Serra da Misericórdia, Zona Norte, Rio de Janeiro: o parque é o principal espaço verde da Zona Norte, estendendo-se pelos 27 bairros da região mais populosa da cidade. A Serra da Misericórdia é um maciço rochoso de aproximadamente 35km², localizado na Área de Planejamento (AP) 3. Nessa região vivem de 2,5 milhões de cariocas, o equivalente a 40,2% do município. O maciço é cercado pelos Complexos do Alemão e da Penha, além de dezenas de outros bairros. A criação da Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana (APARU), através do decreto 19.144/2000, deve-se à intensa mobilização dos integrantes da ONG Verdejar Socioambiental e a toda uma rede de parceiros, com destaque para a liderança de Luiz Poeta. Infelizmente, a APARU, transformada em Parque Municipal Urbano da Serra da Misericórdia pelo prefeito Eduardo Paes em 2010, é marcada por diversas injustiças ambientais, que vão do funcionamento de uma pedreira (isso mesmo, uma pedreira dentro do Parque) à falta do conselho gestor, do plano de manejo e de uma estrutura administrativa para promover os objetivos de preservação e recuperação definidos em lei. Hoje o Parque da Serra da Misericórdia representa um dos principais focos da luta socioambiental no Rio, passando pela urbanização e saneamento do Complexo

do Alemão e pela recuperação do canal do Cunha, pelo reflorestamento da Serra da Misericórdia e pela utilização do seu potencial para agroecologia urbana e experimentação de tecnologias sustentáveis.

Parque Urbano Armanda Álvaro Alberto, Centro, Duque de Caxias: a luta pela preservação da única área verde do centro de Caxias e pelo tombamento do prédio histórico que abriga a mítica escola MATE COM ANGU iniciou-se em 2014, quando a prefeitura derrubou 167 árvores para a construção de um shopping. Fundada em 1921 pela educadora Armanda Álvaro Alberto, trata-se da primeira escola do Brasil a oferecer merenda. A E.M. Dr. Álvaro Alberto ficou popularmente conhecida como escola Mate com Angu, por ser essa a principal refeição oferecida aos estudantes nas primeiras décadas do século XX. O processo de licenciamento ambiental do shopping está repleto de fragilidades e passa por cima do plano diretor da cidade, que limita o adensamento do centro, conforme os estudos produzidos pelos professores e estudantes do IPPUR/UFRJ e apresentados em seminários e audiências promovidas pelo FORAS – Fórum de Resistência e Oposição ao Shopping. O FORAS reúne diversos segmentos da sociedade civil do município e conseguiu impedir o avanço das construções. Atualmente, a obra está parada na justiça e o FORAS mantém a luta para a criação de um Parque Urbano no entorno da escola, preservando o patrimônio histórico e cultural e proporcionando uma área arborizada para a população que frequenta o centro da cidade.

Parque Urbano de Imbariê, 3º distrito, Duque de Caxias: é uma proposta de requalificação urbana e paisagística do entorno da FAETEC de Imbariê, do campo do Santa Rosa

e das margens do ramal de trem de Vila Inhomirim x Sara-curuna, entre as estações de Parada Angélica e Imbariê. A FAETEC é um importante equipamento educacional e hoje abriga a primeira faculdade pública do 3º distrito de Duque de Caxias. O Santa Rosa, um dos últimos campos de futebol de um passado com campeonatos importantes na região, e a ciclovia, recentemente inaugurada ao longo da avenida Coronel Sisson, completam o cenário de possibilidades para os desenvolvimentos urbano, social e econômico da região. A requalificação urbana dessa área degradada é uma oportunidade para a criação de um complexo educacional, esportivo e cultural numa área central do terceiro distrito, proporcionando lazer e bem-estar para a população de Imbariê, Santa Lúcia, Parada Angélica, Getúlio Cabral, Rodrigues Alves e dos bairros do entorno. Recentemente observei pessoas correndo e pedalando à noite na nova ciclovia. Isso evidencia que Imbariê poderia ter seu próprio “Parque de Madureira”, desde que houvesse o devido investimento em infraestrutura.

Esses quatro lugares são frentes de luta. São oportunidades de construção do bem público e de cooperação entre Estado e sociedade. O Rio que almejo precisa arregaçar as mangas e construir coletivamente a cidadania que produzirá uma CIDADE PARA VIVER.

SETEMBRO DE 2016

10 passos para o desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro

Vivemos uma crise social, econômica e fiscal no Rio de Janeiro que muitas vezes provoca o sentimento de que não existe saída. De fato, são problemas gravíssimos. Mas também é no momento de crise que a sociedade e suas instituições precisam elaborar respostas coletivas e caminhar de forma prática e pragmática na construção de soluções. Não haverá solução mágica, nem salvador da pátria. Precisamos de lideranças responsáveis, participação popular, coordenação política e inovação institucional.

Para colaborar com o debate público sobre o futuro da metrópole do Rio, a Casa Fluminense coordena a construção da *Agenda Rio 2030*, uma compilação de propostas elaborada em parceria com mais de cinquenta organizações da sociedade civil fluminense. Atualizado a cada dois anos, o documento, que em 2019 estava em sua terceira edição, possui quarenta tópicos distribuídos em oito eixos, todos alinhados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), dezessete metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas também conhecidas como Agenda 2030.

Compreendemos que a sustentabilidade precisa assegurar um piso social que garanta um patamar básico de direitos e dignidade a todas as pessoas e um teto ambiental que estabeleça limites para a exploração dos recursos naturais e estratégias de transição para uma economia de baixo carbono. Portanto, a igualdade deve estar no centro da agenda para o desenvolvimento sustentável, sobretudo em uma metrópole que concentra investimentos e oportunidades nas

áreas centrais, enquanto sua periferia padece de condições urbanas inferiores ao mínimo.

Sob esta perspectiva, listamos dez propostas presentes na Agenda Rio 2030 que podem ser pontos de partida para o desenvolvimento sustentável no Rio metropolitano:

1. Substituir a lógica do confronto por ações de inteligência na segurança pública: a lógica do confronto no enfrentamento do crime tem proporcionado mais violência e mortes, tanto nas favelas e periferias, quanto entre as forças policiais. É necessário priorizar a proteção da vida e a diminuição de operações de confrontos, estimulando o policiamento baseado em ações de inteligência para desarticular grupos armados. Além disso, é preciso fortalecer o controle de armas e munições, aumentando a apreensão e reduzindo a circulação especialmente de fuzis; criar um programa de redução de mortes violentas com foco no aumento da taxa de elucidação de assassinatos pela Divisão de Homicídios, com atenção especial para a Baixada Fluminense; e fortalecer mecanismos de capacitação, valorização e integridade dos policiais, assim como de redução da violência, da corrupção e da letalidade policial.

2. Estimular o desenvolvimento das centralidades metropolitanas e equilibrar a oferta de oportunidades na periferia: a Região Metropolitana tem passado por importantes mudanças econômicas, demográficas e territoriais. E se, por um lado, apresenta importantes potencialidades, por outro, tem gargalos que devem ser solucionados. Por isso é preciso fortalecer as centralidades urbanas que foram definidas no Plano de Desenvolvimento Metropolitano (Campo

Grande, Madureira, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Magé, Seropédica e Itaguaí). Além disso, é necessário coordenar a implantação de infraestrutura, a qualificação do ambiente urbano e o fortalecimento de medidas que promovam cadeias produtivas nesses territórios; e incentivar a ocupação dos vazios urbanos ao longo dos principais eixos de transporte (trem e metrô), priorizando a implantação de habitação popular, equipamentos sociais e áreas de lazer.

3. Desenvolver política habitacional de interesse social: infelizmente, no contexto brasileiro, pensar as cidades sob a ótica da sustentabilidade e da justiça social tem se mostrado uma tarefa árdua, quase utópica, diante das pressões de determinados setores. E a falta de uma política habitacional de interesse social aprofunda desigualdades e distancia cada vez mais os centros das periferias. É preciso, portanto, gerar oportunidades de moradia nas áreas centrais dos municípios e dar aproveitamento adequado aos imóveis que não cumprem função social, especialmente na zona portuária do Rio de Janeiro. É preciso mapear e sobretaxar imóveis e terrenos vazios ou subaproveitados. Além disso, é necessário elaborar um plano integrado de redução do déficit habitacional, destinando parcelas de novos empreendimentos para a habitação popular e desenvolvendo linhas de crédito que viabilizem habitação de interesse social em áreas adensadas e com infraestrutura urbana.

4. Criar incentivos à economia da cultura, do conhecimento e da inovação: entendemos que uma das condições básicas para o crescimento é o fomento da cadeia produtiva da

economia criativa, com destaques para os setores de audiovisual, música, artes cênicas, comunicação, design, moda, arquitetura, games e outros. Dessa forma, reconhecer o funk, o samba e outras expressões culturais como ativos para a valorização econômica dos territórios é um imperativo. Por isso, defendemos não só o incentivo a startups e empresas de Tecnologia de Informação, mas também um sistema regional de inovação com instituições de ensino & pesquisa (UERJ, FAETEC, FAPERJ, Fiocruz, UFRJ, UFRRJ, UFF, IFRJ e outros) e mecanismos de fomento alinhados com uma estratégia de desenvolvimento regional.

5. Licitar a gestão do bilhete único e promover tarifas transparentes: atualmente, o governo do estado e as prefeituras não têm o controle sobre as informações e os recursos envolvidos nas 7.500.000 viagens diárias que utilizam o sistema de bilhetagem eletrônica gerido pela RioCard. Por isso é preciso tornar transparente a gestão do sistema de transportes, com a realização da licitação para o serviço de bilhetagem, conforme a Lei nº 8.479, sancionada no dia 6 de agosto de 2019. É preciso priorizar políticas para a criação de fontes contínuas de financiamento do transporte público e redução das tarifas, bem como empregar medidas para a plena integração das tarifas entre os modais. Além disso, é preciso fortalecer os órgãos reguladores – AGETRANSP e o DETRO – e garantir o pleno acesso destes às informações de serviços de todas as concessionárias.

6. Concluir as obras do Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do entorno da Baía de Guanabara (PSAM): a falta do saneamento básico impacta gravemente

a vidas das pessoas e o meio ambiente. Se olharmos para a Região Metropolitana do Rio, apenas no ano de 2018, foram 2.208 internações por doenças ligadas à falta de saneamento (doenças gastrointestinais infecciosas, febre amarela, dengue, leptospirose, malária, esquistossomose). Destas internações, 59% foram de crianças de 0 a 4 anos e 71% de 0 a 9 anos. É preciso finalizar as frentes de obras abertas do PSAM para a construção do sistema de esgotamento sanitário de Alcântara, em São Gonçalo, o tronco coletor da Cidade Nova e da rede coletora da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Pavuna. É importante também ampliar a utilização das ETE, que funcionam atualmente abaixo de sua capacidade operacional, por meio de requalificação e ampliação da rede coletora de esgotamento sanitário.

7. Zerar a evasão escolar no ensino médio e ampliar a oferta de educação integral: de acordo com a PNAD 2015, na Região Metropolitana do Rio, 200 mil jovens com idade entre 15 e 17 anos não estavam cursando o ensino médio. Além disso, cerca de 23% dos jovens com idade entre 14 e 29 anos estão fora da escola e fora do mercado de trabalho. Por isso defendemos a adoção de uma política pública intersetorial voltada para a redução da evasão escolar, com ampliação da oferta de vagas nos territórios que mais necessitam e ações de busca ativa de jovens que abandonaram a escola. Inovar nos modelos de ensino e aprendizagem, utilizando recursos tecnológicos e fortalecendo o protagonismo dos jovens. É preciso desenvolver programas de educação integral, articulando cultura, artes e esportes, dentro de uma perspectiva que compreenda a escola como equipamento cultural, e ampliar as possibilidades de acesso ao ensino técnico e superior para jovens de periferia.

8. Fortalecer a rede de prevenção e atenção primária à saúde: a Organização Mundial da Saúde define que, na sua essência, a atenção primária à saúde cuida das pessoas, em vez de apenas tratar de doenças ou condições específicas. Esse setor, cujo atendimento deveria ser abrangente, acessível e baseado na comunidade, pode atender de 80% a 90% das necessidades de saúde de um indivíduo ao longo de sua vida. Um trabalho comprometido não só com a justiça social, mas com a equidade e o reconhecimento do direito fundamental à saúde. É preciso garantir a cobertura das equipes de saúde da família em todos os bairros e favelas da região metropolitana, priorizando as localidades com os menores índices de desenvolvimento humano. Além disso, é importante que o tempo de espera para exames e serviços de média complexidade diminua e que as atividades de monitoramento cidadão da qualidade do SUS sejam estimuladas.

9. Expandir a coleta seletiva com a inclusão remunerada de catadores: se as prefeituras gastam milhões com a destinação final do lixo para os aterros sanitários, geralmente gerenciados por grandes grupos econômicos, por que não investem no apoio à reciclagem verificada? Mesmo depois do programa Lixo Zero, que encerrou a atividades dos lixões, a gestão dos resíduos sólidos continua sendo um problema na Região Metropolitana. É preciso recuperar as áreas de todos os lixões encerrados e garantir uma maior fiscalização dos aterros sanitários. É importante também expandir de forma vigorosa os serviços de coleta seletiva, reciclagem e compostagem de lixo orgânico pelos municípios, assegurando a inclusão socioproductiva de catadoras e catadores. Além disso, os grandes geradores de resíduos deveriam implantar

sistemas de logística reversa e instalar pontos de entrega voluntária (PEVs), seguindo as diretrizes do Plano Estadual de Resíduos Sólidos e em diálogo com os planos municipais.

10. Promover a justiça tributária: o governo do estado precisa gerar equilíbrio fiscal com foco na ampliação de receitas e não apenas na redução de despesas. Para isso, algumas medidas precisam ser adotadas, como a renegociação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e revisão do pacto federativo em termos menos desfavoráveis ao estado do Rio de Janeiro. É preciso ainda cobrar do governo federal a adoção de um modelo de ressarcimento das dívidas acumuladas com os estados devido à Lei Kandir, que impede a cobrança de ICMS em produtos primários e industrializados destinados à exportação, e desenhar um plano de cobrança para a arrecadação da dívida ativa estadual, ou seja, os recursos que o Estado precisa receber de terceiros. Entendemos que cada uma dessas propostas é complexa e demanda tempo, investimento e vontade política. Mas é urgente que sejam incluídas entre as políticas públicas prioritárias para o desenvolvimento sustentável do estado. Isso sem perder de vista um outro ponto importante para a adoção dessas propostas: o enfrentamento do racismo e do machismo, dois elementos estruturantes da desigualdade no Brasil. Isso precisa estar nas premissas da agenda de desenvolvimento sustentável, influenciando de maneira transversal a construção de políticas públicas para a equidade.

Vamos ao debate e ao monitoramento dessas e outras propostas, pois o Rio precisa da participação de cada um de nós.

De olho nas metas da cidade

No mar bravio em que a pandemia jogou as cidades, é fundamental ter a bússola correta para sair da crise. Esta era a expectativa da prefeitura do Rio com o Plano Estratégico (2021-2024), que define os objetivos prioritários da gestão atual. O Plano tem 93 metas e quase 14 bilhões de investimentos previstos. Sua meta síntese é promover a retomada e o futuro do Rio.

O plano tem muitos méritos, que passam pela mobilização dos gestores municipais no planejamento, inclusão de compromissos de campanha e o fortalecimento da cultura de resultados na Prefeitura do Rio. A destinação de 70% dos investimentos para as Zonas Norte e Oeste e a inclusão de metas para a redução da desigualdade racial e de gênero também são destaques positivos. No entanto, vale reforçar a necessidade de o documento final contar com um robusto diagnóstico da cidade, detalhando a desigualdade social nos diferentes bairros e favelas e informando como as 93 metas buscam superá-las. Por exemplo, quando a Prefeitura diz que vai reduzir em 50% a população carioca abaixo da linha da pobreza, é importante informar qual é a situação atual. Qual é a quantidade de pessoas nessa condição hoje?

Conforme previsto na Lei Orgânica do Município, o governo eleito deve apresentar o Plano Estratégico em 180 dias do primeiro mandato e fazer consultas à população. Em relação ao processo de participação, a prefeitura incluiu a consulta dentro dos 180 dias, utilizando o Conselho da Cidade, enquetes públicas e atividades com os estudantes da rede municipal para ouvir sugestões. Em pedido de Lei de Acesso à Informação realizado pela Casa Fluminense sobre

o perfil da participação nas enquetes, 13.462 estudantes responderam na escola e 9.238 pessoas participaram das duas enquetes públicas. No segundo grupo, 65% eram pessoas brancas, 42% tinham renda familiar de 5 a 20 mil reais e 38% moram na Zona Sul e Grande Tijuca (AP2). Essa informação é uma expressão da desigualdade no Rio de Janeiro e reforça a necessidade de a Prefeitura investir em mais esforços de comunicação e mobilização nas demais áreas da cidade para que o planejamento reflita uma escuta mais representativa da população carioca, especialmente dos negros e mais pobres.

Entre as metas definidas, podemos destacar: Implantação do novo sistema de gestão do BRT, incluindo a bilhetagem eletrônica e a integração tarifária; Expansão em 10% do tratamento de esgotamento sanitário no município, sendo 20% de aumento na AP5; Atendimento de 172 mil pessoas pelo Programa de Redução de Risco de Desastres; Cobertura de 70% de Saúde da Família na cidade, com foco nas áreas de maior vulnerabilidade; Criação de 22 mil vagas na creche (de 0 a 3 anos); Todas as famílias em extrema pobreza com programa de transferência de renda municipal; Territorialização do fomento à cultura, garantindo 50% dos projetos nas Zonas Norte e Oeste e territórios periféricos; Redução da taxa de desemprego de 14,7% para 8%. Todas são metas importantes e precisam ser concretizadas.

Diante do déficit habitacional na cidade, identificamos uma meta pouco ambiciosa: a contratação ou melhoria de 20 mil unidades habitacionais de interesse social. Em primeiro lugar, é necessário fazer a separação entre produção habitacional e melhorias habitacionais, permitindo saber quantas casas serão construídas e quantas moradias precá-

rias serão reformadas. Serão 10 mil construídas e 10 mil reformadas? É necessário informar. Na meta de produção habitacional é importante incluir estratégias para impulsionar a autogestão pelos movimentos sociais de moradia, conforme a experiência bem sucedida do Minha Casa Minha Vida – Entidades. Segundo o Diagnóstico do Plano Diretor do Rio de Janeiro, a cidade possui um déficit de 220 mil unidades habitacionais, no qual estão presentes situações de habitação precária, ônus excessivo com aluguel, coabitação familiar e adensamento excessivo de imóveis alugados. É um problema estrutural que precisa de uma resposta forte.

A meta de aumentar em 15% a população da área central também merece destaque, pois estimula moradia na região com infraestrutura, valoriza o Centro Histórico da cidade e produz adensamento. No entanto, é necessário compromisso da Prefeitura com a habitação de interesse social, voltada para a população que ganha de 0 a 3 salários mínimos, nessa região. Durante a tramitação do projeto Reviver o Centro, os vereadores da oposição destacaram essa ausência na proposta. Segundo o Data Rio, existem 877 imóveis vazios ou subutilizados no centro do Rio, muitos dos quais poderiam compor um estoque de imóveis públicos destinados a reduzir o déficit habitacional. Fazer valer a função social da propriedade, conforme prevê a Constituição, e utilizar os instrumentos do Estatuto das Cidades, como o IPTU progressivo, são caminhos para avançar na recuperação econômica e produtiva do centro do Rio com justiça social. É possível e necessário.

Por fim, devemos reconhecer que existe um longo caminho entre o plano e a sua execução. Será necessária a liderança do prefeito para otimizar recursos públicos, esta-

belecer parcerias e garantir a participação da população no processo. A construção de um sistema de monitoramento das metas será fundamental para manter a transparência e o controle social sobre o Plano Estratégico, garantindo o acompanhamento pela sociedade civil e pela imprensa. Como exercício inicial de monitoramento, das 93 metas da prefeitura do Rio, a Casa Fluminense identificou 31 metas para acompanhar mais de perto, pois possuem convergência com as propostas da Agenda Rio 2030, documento produzido pela Casa com a contribuição de mais de cem organizações, coletivos e pesquisadores com atuação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Para o conjunto selecionado, foram feitos comentários e recomendações em cada uma delas.

Vamos ficar de olho nas metas da cidade.

AGOSTO DE 2021

Monitorar a Agenda 2030 no Rio

A sociedade civil brasileira tem produzido um conjunto de conhecimentos sobre políticas públicas com diagnósticos sobre problemas urgentes e a defesa de propostas prioritárias. Algumas publicações são emblemáticas e se inserem de maneira contundente no debate público, com contribuições desse campo ao longo de todo o período da redemocratização e da Nova República.

Por exemplo, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, lançado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2007, apresentou uma sistematização robusta de indicadores e análises pouco difundidas pelo setor. O relatório “*Você matou meu filho!*”, lançado pela Anistia Internacional em 2015, expôs um cuidadoso detalhamento de casos sobre letalidade policial no Rio de Janeiro e a defesa de responsabilização do poder público. Mais recentemente, o relatório *Luz da Agenda 2030*, organizado em 2018 pelo GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030, lançou um monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil.

É dentro desta tradição da sociedade civil que se insere o *Relatório de monitoramento da Agenda Rio 2030*, uma publicação da Casa Fluminense para o acompanhamento das políticas públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Inspirado por essas e outras publicações, e com a perspectiva de territorializar os ODS, o relatório apresenta um panorama dos desafios sociais, urbanos e econômicos do Rio, com uma sistematização de dados, indicadores e causas emblemáticas para a metrópole fluminense.

A publicação é um trabalho coletivo que organiza esforços da equipe da Casa e de sua rede de parceiros da so-

cidade civil. No saneamento acompanhamos os números vergonhosos e persistentes do tratamento de esgoto no entorno da Baía da Guanabara, com 10 municípios da RMRJ com menos do que 10% de cobertura neste quesito. Também está registrada a visão crítica da Campanha Água Boa para Todos e Todas sobre o processo de privatização da CÉ-DAE, em especial a preocupação com a destinação correta e transparente dos recursos recebidos pelo Estado, R\$ 14,4 bilhões, e prefeituras, R\$ 7,6 bilhões, durante o processo. Como os recursos não estão vinculados ao investimento em saneamento, existe o risco dos serem executados sem enfrentar questões estruturais de drenagem ou segurança hídrica nos municípios, nos afastando do ODS 6 - Água potável e saneamento.

No tema da moradia, a metrópole fluminense possui um déficit habitacional de 360 mil domicílios e mais de 1,6 milhão de domicílios inadequados. As políticas públicas para o setor foram marcadas pelo encerramento do Minha Casa Minha Vida e a criação do Casa Verde Amarela, que não foi operacionalizado. Em oposição ao drama habitacional, os movimentos por moradia do estado do Rio de Janeiro seguem reivindicando a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS), a implantação de programas de autogestão na produção de moradias, a promoção de assessorias técnicas e melhorias habitacionais, a aplicação da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) e a demarcação de Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) nos vazios urbanos e prédios abandonados. Não faltam propostas para alcançarmos o ODS 11 – Cidades Sustentáveis.

O *Relatório Agenda Rio 2030* também traz experiências de monitoramento a partir de Agendas Locais, organizadas por

coletivos e lideranças sociais para a defesa de políticas públicas em diferentes municípios e territórios da metrópole. Por exemplo, os integrantes da Agenda Queimados 2030, na Baixada Fluminense, alertam para a falta de integração entre os dois lados do município, separados pela ferrovia. A criação de um terminal rodoviário integrado com o trem, cicloviárias, novas passarelas acessíveis, aumento das calçadas e mais espaço para o comércio estão entre as propostas defendidas pelo grupo. O projeto Conectar Queimados, iniciativa do governo do estado para o redesenho urbano do centro do município com base nos princípios de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS), incorporou boa parte dessas demandas apresentadas. O plano está feito, falta o recurso para implantação completa do projeto. A sociedade civil local segue de olho no ODS 11.

Entre os vários desafios estruturais do Rio de Janeiro, a violência urbana, o racismo e a letalidade policial estão entre os mais dramáticos. O número de pessoas mortas pelas forças de segurança do estado foi 1810 em 2019, o maior já registrado. Foi neste contexto que, impulsionado por movimentos de favelas, de direitos humanos e órgãos públicos, surgiu a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, visando diminuir a excessiva e crescente letalidade policial e sanar as graves violações de direitos nos processos de operações policiais no estado. A medida surtiu efeito nos primeiros meses provocando redução da letalidade, mas logo em seguida passou a ser questionada e desrespeitada pelas forças policiais do Rio. Enquanto a disputa sobre o futuro da APDF 635 permanece, familiares vítimas da violência clamam por justiça e reparação, como é o caso da Lídia da Silva Moreira, avó

das meninas Emily (4 anos) e Rebecca (7 anos), baleadas e mortas durante uma operação policial em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, em 2020. A família afirma que não houve confronto na comunidade e que o tiro partiu da polícia militar. Até hoje não houve apuração do caso e ninguém foi responsabilizado pela morte das duas meninas. A dor desta família e de tantas outras nos faz lembrar o quanto estamos longe do ODS 17, para a promoção da paz, justiça e instituições eficazes.

Os desafios do Rio são enormes. No Brasil autoritário de Bolsonaro e seus aliados não houve espaço para uma agenda de equidade, sustentabilidade e democracia. Quando a população brasileira vira a página desse desgoverno e inicia o processo de reconstrução do Brasil em 2023, cabe à sociedade civil fazer parte da construção de novos pactos em torno de justiça econômica, de gênero, racial e ambiental. Fortalecer coletivos, organizações locais e movimentos para o monitoramento e a defesa de causas nos territórios é a tarefa do hoje. Somente desta forma “não deixaremos ninguém para trás”, conforme o lema da Agenda 2030.

GESTÃO METROPOLITANA



Agenda 2030 e a jornada rumo às Cidades Sustentáveis

Igor Pantoja, Vitor Mihessen e Henrique Silveira

O lançamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas, em setembro de 2015, representa um importante sinal de convergência para o futuro do planeta. Os ODS, também conhecidos como Agenda 2030, são uma evolução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), uma parceria global entre os países-membros da ONU para a execução de um “plano de ação para as pessoas, o planeta e para a prosperidade”.

Os debates sobre os ODS foram iniciados durante a Conferência Rio+20, realizada em 2012, no Rio de Janeiro, que sinalizou para a criação de objetivos e metas para o desenvolvimento sustentável, por meio de um conjunto de ações e diretrizes acordado pelos países participantes. Após mais de três anos de discussão, líderes de governo aprovaram o documento *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, que estabelece dezessete objetivos e 169 metas a serem alcançadas pelo conjunto de países das Nações Unidas até 2030. Os ODS (2015-2030) se apresentam como um trabalho sequencial aos ODM (2000-2015), reconhecendo que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável.

É bom lembrar (e celebrar!) que o Brasil foi um dos principais responsáveis pelos resultados positivos dos ODM no mundo — um conjunto de oito objetivos, com prazo de cumprimento entre os anos 2000 e 2015. Segundo o relató-

rio do PNUD sobre o acompanhamento dos ODM no país, “O Brasil foi um dos Estados-membros que mais contribuiu para o alcance global da meta A do ODM 1, reduzindo a pobreza extrema e a fome não apenas pela metade ou a um quarto, mas a menos de um sétimo do nível de 1990, passando de 25,5% para 3,5% em 2012”. Outro destaque é que o Brasil também já atingiu a meta estabelecida para a redução da mortalidade infantil (mortes de crianças com menos de 1 ano de idade), passando de 47,1 (1990) para 15,3 óbitos por mil nascidos vivos (2011).

O Brasil durante os anos 1960 a 2000 ficou mundialmente conhecido pela desigualdade socioeconômica e por figurar em destaque no chamado mapa da fome, que apresenta um conjunto de países em que uma parcela expressiva da população não possui condições básicas de alimentação. Olhar no retrovisor nos ajuda a lembrar que o país evoluiu muito desde a redemocratização, conquistando uma série de vitórias significativas, que passam pelo fim da inflação galopante, pela política de valorização do salário mínimo, pela ampliação do alcance das políticas públicas, pela expressiva redução da mortalidade infantil, pela universalização da educação básica, pela ampliação das vagas e adoção das cotas para ensino superior, pela implantação e desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros.

Tão importante quanto reconhecer e defender a manutenção desses avanços no país é ter clareza do muito que ainda temos por avançar. E os ODS podem ser uma ótima oportunidade para motivar e impulsionar uma agenda global em direção ao desenvolvimento sustentável, à transição para uma economia de baixo carbono, à preparação para as

mudanças climáticas, à promoção da igualdade de gênero, à superação da pobreza e da miséria, à proteção da biodiversidade, entre outros objetivos apontados na carta global. O planeta já vem dando sinais de que não suporta o atual modelo de desenvolvimento e que a humanidade precisa mudar de comportamento. O século XXI deve ser o século da sustentabilidade e precisamos dar passos rápidos nessa direção. Nesse contexto, o Brasil pode assumir protagonismo, assim como fez com os ODM nos últimos quinze anos.

Dentre os dezessete ODS, queremos neste artigo destacar o de número 11: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. A literatura recente sobre desenvolvimento urbano vem chamando atenção para o fato de que mais da metade da população mundial vive em cidades. No Brasil, atualmente, 85% da população vive em área urbana e mais de 30%, nas 10 maiores regiões metropolitanas.

O Rio de Janeiro é a segunda maior metrópole brasileira, com cerca de 12 milhões de habitantes e inúmeros desafios para garantir o acesso a direitos básicos e qualidade de vida para toda sua população. As políticas públicas em resposta devem estar centradas na perspectiva da redução das desigualdades urbanas, sociais e econômicas, vivenciadas cotidianamente de diversas formas: na violência presente na Baixada Fluminense e nas favelas cariocas; na caótica e proibitiva mobilidade urbana; ou na falta de saneamento básico, que provoca doenças e gera a poluição de nossos rios e conseqüentemente das baías de Guanabara e de Sepetiba.

As perguntas frente a esses desafios se acumulam: que políticas públicas devem ser implementadas e/ou aperfeiçoadas? Quais devem ser os principais indicadores para o

monitoramento dessas metas? Como construir mecanismos de participação, controle social e acompanhamento dessas políticas? Como tornar essas metas objetivos comuns e convergentes entre as três esferas de governo (municipal, estadual e federal), a sociedade civil e o setor privado produtivo?

O ODS 11, conhecido como o “ODS urbano”, reúne, a partir de uma perspectiva integrada, aspectos sociais, econômicos e ambientais do desenvolvimento, bem como suas inter-relações e meios de implementação. Suas 10 metas buscam dar conta de questões referentes à urbanização de assentamentos precários, transporte, participação social no planejamento urbano, proteção do patrimônio cultural e ambiental, redução dos impactos das mudanças climáticas e das catástrofes naturais sobre a população urbana e estímulo às relações sustentáveis entre campo e cidade.

Uma das características dos ODS em relação aos ODM é exatamente a maior complementaridade entre os Objetivos, não apenas no plano setorial, mas também no nível territorial. O fenômeno urbano não respeita fronteiras administrativas. Neste sentido, tratar de cidades e assentamentos humanos exige uma visão mais ampla do que o território municipal. Uma das marcas da urbanização latino-americana foi exatamente a formação de grandes cidades com alta concentração de atividades econômicas e de habitação, cercadas por igualmente grandes, se não maiores, periferias com baixa geração de empregos e serviços, nas quais a população vive, muitas vezes, a menor parte de seu tempo, dedicado ao descanso ou ao lazer.

As chamadas “cidades-dormitório”, apesar dos esforços crescentes de reversão do estigma representado por essa

imagem, ainda concentram os piores indicadores urbanos na comparação com suas centralidades. Ou seja, o desenvolvimento urbano é, essencialmente, uma questão metropolitana – e não somente municipal.

Infelizmente, o pacto federativo estabelecido pela Constituição de 1988 não considerou a dimensão metropolitana em seu arranjo, o que gerou “territórios metropolitanos e políticas municipais”, com políticas públicas que muitas vezes agem em sentidos opostos apesar dos limites quase invisíveis entre municípios de uma mesma região metropolitana. O recém-aprovado Estatuto das Metrôpoles (Lei Federal nº 13.089/2015) representa um marco neste sentido, uma vez que obriga o compartilhamento inter-federativo da gestão e do planejamento de políticas públicas naquelas áreas definidas como sendo “funções públicas de interesse comum” (FPIC’s). O Estatuto decreta ainda a necessidade de implantação de um modelo de governança aberto à participação das prefeituras, do governo do estado e da sociedade civil para gestão dessas políticas de interesse comum.

A promulgação da lei não garantirá por si só soluções rápidas para conflitos de interesse que se estendem há décadas entre municípios de uma mesma região. O Estatuto, no entanto, confere visibilidade à questão na medida em que institucionaliza a escala metropolitana de planejamento e participação política. Os ODS são, neste sentido, uma grande oportunidade para acompanhar os esforços de promoção do desenvolvimento sustentável em suas diferentes dimensões e sempre de maneira integrada. Não se trata de desafio simples, uma vez que nem sempre existe a produção perene de dados para viabilizar o acompanhamento dos esforços implementados.

Por isso, o momento atual de definição dos indicadores que o Brasil adotará para monitorar os ODS em todos os níveis federativos é da maior importância. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o órgão responsável pela definição dos indicadores que responderão ao esforço nacional de cumprimento da Agenda. Ele é também a instituição que representa a América Latina na negociação global. Apesar do monopólio da eleição de indicadores estar nas mãos de órgãos estatais, sendo o Ministério das Cidades o responsável por adaptar as políticas públicas para este viés, especialmente no que diz respeito ao ODS urbano, é imprescindível que outros atores assumam protagonismo nesta história, sobretudo em tempos em que a representatividade político-institucional está em xeque. Como exemplo, a plataforma ODS se configura como instrumento democrático para a superação da visão estadocêntrica na ação política pela sustentabilidade, passo essencial para real efetivação dos objetivos. A partir dela, inúmeras iniciativas podem se comprometer com uma mesma busca, de diferentes maneiras. A apropriação, por parte do maior conjunto de atores possível, das mensagens e métricas desenhadas pelo sistema ONU deve estar acompanhada da promoção de uma cultura de monitoramento delas.

Outro bom exemplo é o Programa Cidades Sustentáveis, plataforma alinhada aos ODS que reúne uma série de ferramentas para que governos e sociedade civil promovam e monitorem o desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros. É este movimento que tornará o desafio factível e tornará legítima a busca pela superação das metas globais, impulsionando o desenvolvimento humano e a expansão

do bem-estar nos diversos locais, de maneira alinhada às demandas socioambientais.

Portanto, governos em suas atribuições globais, regionais e locais, empresas de todos os setores da economia e sociedade civil precisam ser mais do que signatários da proposta, atuando também como formuladores de iniciativas em prol da sustentabilidade, além de observadores ativos dos movimentos parceiros nesta causa, incentivando-os.

O propósito de mobilização da Casa Fluminense para os ODS, e em especial do ODS 11 na escala metropolitana, corrobora todo o trabalho da associação, iniciado em 2013, com vistas à transparência, participação e controle social sobre as políticas públicas no Rio de Janeiro. O foco é posicionar-se como uma das entidades fluminenses a colocar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável não só no imaginário dos cidadãos, como também na estratégia das instituições. No Rio e para além dele. A parceria estabelecida com a Agência Alemã de Cooperação Internacional, GIZ, a partir da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável, SDSN, iniciativa global das Nações Unidas para promoção do ODS 11, visa mapear experiências de monitoramento de indicadores e valorizar o papel da sociedade civil, a partir das universidades e de organizações não governamentais, na implementação dos Objetivos, em colaboração com a iniciativa privada e Estado.

Neste caminho, dois produtos do trabalho em rede da Casa Fluminense, o *Mapa da Desigualdade* e a *Agenda Rio 2017*, conjugam-se no binômio “diagnósticos e propostas”, reiterado pela *Agenda 2030*. Tratam-se de dois exercícios: o de acompanhar indicadores da vida metropolitana e o de oferecer sugestões para fazê-los avançar, ambos vindos de

um processo de escuta de vozes espalhadas pelos 21 municípios. São exemplos de nossa singela, porém atenta, contribuição para construir coletivamente as cidades sustentáveis em que queremos viver e deixar viver as próximas gerações.

AGOSTO DE 2016

Agenda do Rio após os jogos

Era 2017, ano 1 do Rio pós-jogos; tínhamos a renovação das administrações municipais e o desafio de construir uma metrópole contemporânea mais justa e democrática. No entanto, o cenário estava longe de ser animador. A grave crise política e econômica no estado e no país impunha a urgência de entender com clareza os erros cometidos e de promover as medidas corretas para sair do atoleiro.

A crise fiscal do Estado e dos Municípios e a situação dramática de servidores públicos sem salário desde novembro do ano anterior compeliam os prefeitos a promover ações imediatas que estabelecessem o equilíbrio fiscal das contas públicas e o aprimoramento gerencial contínuo, de modo a responder ao desafio de fazer mais com menos. Mas o eixo central das novas gestões municipais era a adoção de Plano de Metas. Determinado por lei na capital e em Niterói, o Plano tornava públicos os objetivos do governo, as diretrizes setoriais, as iniciativas estratégicas e as metas da administração municipal. É um instrumento de gestão para potencializar os resultados do governo e para a sociedade fiscalizar com transparência a ação da prefeitura. A lei determina que o prefeito do Rio apresente o Plano em 180 dias; em Niterói, o prazo é a metade, 90 dias.

Em paralelo à reorganização fiscal e à construção dos planos de metas, as prefeituras precisam fortalecer a capacidade de planejar e coordenar políticas, com estruturas permanentes em gestões sucessivas. A falta de planejamento é motivo da ineficiência na implantação de políticas públicas, resultando em falta de prioridade de investimentos, descontinuidade nas ações e desperdício de recursos públicos.

A elaboração e atualização dos planos diretores, planos de saneamento, planos de mobilidade, entre outros planos setoriais, são ações fundamentais. Nenhum dos 21 municípios da metrópole do Rio tem plano de mobilidade urbana. Como promover ações de longo prazo e duradouras sem planejamento?

Também é necessário avançar na cooperação intermunicipal e metropolitana. Os principais problemas da cidade metropolitana que integra a capital aos outros municípios da região – como mobilidade urbana e saneamento básico – exigem responsabilidades compartilhadas. A implantação de consórcios intermunicipais pode reduzir o custo de contratação de profissionais especializados, permitir compras conjuntas em licitação compartilhada e pedidos conjuntos de recursos nas diversas esferas do governo. A criação da Câmara Metropolitana, em 2014, e a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), em 2016, são passos nessa direção e contribuem para a criação de um espaço institucional que apoie a cooperação entre as prefeituras e o governo do estado. Os novos prefeitos, atores políticos decisivos nesse processo, devem se apropriar dos instrumentos já existentes para serem eficazes na construção de soluções técnicas, políticas e financeiras aos problemas da população.

Mas nada será possível se não adotarmos um novo padrão de transparência, participação e controle social no Rio. Não teremos uma vida pública qualificada se não superarmos o patrimonialismo e a corrupção tão presentes no ciclo recente do Estado. A implantação efetiva da Lei de Acesso à Informação pelas administrações municipais, a adoção de plataformas online de dados abertos e de protocolos bá-

sicos para serviços de informação ao cidadão são medidas determinadas por lei que precisam ser colocadas em prática.

É fundamental ter a participação social para renovarmos o espírito público e a confiança nas instituições, tão desgastadas na crise atual. E as medidas acima são caminhos para fazermos a travessia em direção ao Rio que queremos.

JANEIRO DE 2017

A tarefa de construir uma metrópole polinucleada e integrada

As múltiplas crises – política, fiscal, econômica, social e moral – que afetam o Rio de Janeiro produzem a sensação de indignação na população, submetida a uma dramática rotina de notícias sobre corrupção, aumento da violência, falta de emprego e desmonte das políticas sociais. O Rio viveu a euforia dos grandes eventos – Copa do Mundo e Olimpíadas – e depois amargou a depressão do pós-jogos. Faltam visão de futuro, projeto político e lideranças capazes de mover o Rio desse atoleiro. Nas eleições de 2018, a sociedade como um todo, em suas diversas forças políticas, sociais e produtivas, teria uma oportunidade de construir a convergência política capaz de refazer o pacto republicano no Brasil e encontrar o caminho para o desenvolvimento justo e sustentável no Rio.

Nesse cenário difícil e desafiador, era necessária a ampliação do papel da sociedade civil para defender uma visão de futuro no Rio, para exigir participação, transparência, controle social e aperfeiçoamento da gestão pública e colocar a pauta da redução de desigualdades territoriais no centro do debate sobre a metrópole fluminense. A Casa Fluminense deu sua contribuição para agregar uma diversidade de pessoas, organizações, ideias e ferramentas, com capacidade de aprofundar a discussão sobre o Rio, difundir propostas e incidir politicamente no debate público.

Este texto é o início da #TribunaRioPorInteiro, uma série de artigos e ensaios sobre os desafios e propostas para o Rio. O tema que escolhi para iniciar esse diálogo é o desenvolvimento metropolitano. E para iniciar esse ponto, deve-

mos visualizar a seguinte imagem para pensar o Rio por Inteiro: dois milhões de pessoas na metrópole deixam seus municípios de residência diariamente para acessar oportunidades de trabalho, estudo e serviços nas áreas centrais da capital. Um réveillon por dia. Esse deslocamento diário é consequência de uma metrópole concentradora de oportunidades. São trabalhadores e trabalhadoras que saem de madrugada em direção ao emprego. São estudantes em busca de melhor qualificação; mães, crianças e idosos em busca de atendimento médico, além de muitos outros sujeitos da periferia que atravessam a cidade em viagens que podem durar de duas a três horas para chegar ao destino final. A qualidade de vida e o bem-estar dessa população se perdem na viagem. Atualmente, apenas 26% do emprego está fora da capital, onde reside quase metade da população. Essa distância entre o local de moradia e o emprego faz o Rio ter a maior tempo médio de deslocamento casa-trabalho do país.

O que fazer para superar essa realidade? Uma resposta simples, com um duplo movimento articulado, pode ser o fomento de atividades produtivas e geração de emprego & renda na periferia metropolitana, somado à oferta de habitação popular no centro da cidade, especialmente na região portuária e Zona Norte. A ação estruturada do poder público com essa diretriz pode produzir uma metrópole polinuclear e integrada, que reduza o espraiamento urbano nas franjas da cidade, que recupere as áreas de urbanização já estabelecidas, reduza os vazios urbanos, promova a função social da propriedade e fomente o uso misto do solo urbano.

Apesar da simplicidade da proposta acima, ela é complexa de ser feita. Exige um novo patamar de planejamento, gestão pública e coordenação de políticas entre estado, municí-

pios e União. Para avançar nessa direção, conforme determina o Estatuto da Metrópole (2015), é necessário estruturar o planejamento e a governança metropolitana no Rio. Sobre esse tema, dois fatos mereceram o acompanhamento pela sociedade no 1º semestre de 2018: o primeiro é a conclusão do Plano de Desenvolvimento Metropolitano, também conhecido como Modelar a Metrópole, com diretrizes e estratégias para a “construção de uma metrópole sustentável e menos desigual”. Esse documento, realizado com recursos públicos durante quase três anos de elaboração, não pode afundar junto com o governo do estado. Ele pode e deve servir de referência para o debate eleitoral de 2018 e como base para a atuação do(a) novo(a) governador(a) em 2019. O segundo fato foi a tramitação na ALERJ do Projeto de Lei (PL) nº 10/2015, que arbitrava a gestão e governança da RMRJ. Esses dois fatos são peças no tabuleiro que define o futuro do Rio, num cenário que previa escassez de recursos do governo do Estado para investimentos nos próximos anos.

O Rio precisa levantar a cabeça, olhar para o futuro e dar um passo de cada vez na direção dele. Que Rio queremos em 2030? Uma cidade que insistiu na expansão urbana sem limites para o Recreio e as Vargens, levando o metrô até lá e alimentando a ambição do mercado imobiliário? Ou um Rio que investe na recuperação de sua periferia urbana, que promove múltiplos polos econômicos, de serviços e lazer na metrópole? O debate precisa apontar na direção de um Rio mais justo, que garanta direitos, qualidade de vida e bem-estar para diversidade de pessoas que vivem nas periferias metropolitanas.

Por uma política metropolitana no Rio

Henrique Silveira e Vitor Mihessen

Novamente vamos às urnas decidir quem nos representará nos parlamentos, nos governos estaduais e federal. No Rio, as candidaturas precisam apresentar caminhos para superarmos a grave crise que atinge o país e o estado. A urgência de coordenação política e a necessidade de planejamento das políticas públicas podem ser o impulso para a retomada da governança metropolitana no Rio, conforme determina o Estatuto das Metrôpoles (2015).

A boa notícia é que alguns passos já foram dados. Em junho, o governo do estado entregou o Plano Metropolitano, que apresenta uma visão de futuro para a metrópole fluminense. O documento foi coordenado pela Câmara Metropolitana e produzido pelos escritórios Jaime Lerner e Quanta Consultoria.

O Rio tem o maior tempo médio de deslocamento casa-trabalho no Brasil. O diagnóstico do Plano Metropolitano revela a necessidade de estimular o desenvolvimento das centralidades urbanas e tratar as profundas desigualdades sociais e espaciais. A mensagem central é a construção de uma estrutura urbana polinucleada que aproxime a moradia aos locais com maior oferta de emprego e serviços. Priorizar programas de desenvolvimento urbano, social e econômico na zona oeste, na Baixada e São Gonçalo, assim como a produção de habitação social em áreas centrais, podem reduzir a necessidade dos longos deslocamentos diários pela população.

O novo governador possui o desafio de dar continuidade ao trabalho iniciado pela Câmara Metropolitana e lançar as

bases para um novo padrão de desenvolvimento urbano no Rio, mais compacto, inclusivo e sustentável.

Com esse olhar metropolitano, a Casa Fluminense e sua rede de parceiros da sociedade civil vêm trabalhando na construção coletiva de uma agenda comum que propague essa visão e estimule ações do poder público. A *Agenda Rio 2030* é a síntese deste conjunto de propostas e é uma das ferramentas do movimento Rio por Inteiro, que visa fomentar a participação social nas eleições. O passo seguinte é monitorar esses compromissos, exigindo transparência e participação social.

OUTUBRO DE 2018

Planejamento e governança metropolitana – Desafios para a Rede Pró-Rio

O Rio de Janeiro vive múltiplas crises e está desafiado a se reinventar. Caso não encontre caminhos para a retomada do crescimento econômico, geração de trabalho e renda, aumento da arrecadação, aperfeiçoamento da gestão pública, maior qualidade nos serviços públicos e, principalmente, na adoção de uma política de segurança pública que garanta a vida da população, o Rio corre o risco de dissipar energias escassas no círculo vicioso de esvaziamento econômico. Nesse cenário desafiador, é alvissareira a criação da Rede Pró-Rio, um *think-tank* para o Estado do Rio de Janeiro (ERJ). Desde o primeiro momento, a Casa Fluminense se coloca como parceira da iniciativa e busca somar reflexões para o desenvolvimento institucional da Rede Pró-Rio, assim como sua inserção no debate público em colaboração com outras organizações da sociedade civil.

A Casa Fluminense e a Rede Pró-Rio

A Casa Fluminense é uma associação da sociedade civil que atua para a construção coletiva de políticas públicas no Rio de Janeiro, com foco na redução das desigualdades, no aprofundamento democrático e no desenvolvimento sustentável. Desde sua fundação em 2013, duas motivações básicas orientam a atuação da associação. A primeira é a necessidade de produzir mais espaços de articulação, cooperação e ação conjunta entre os diversos atores que compõem o ecossistema da sociedade civil fluminense. A segunda é compromisso de colaborar na formulação de uma visão de

futuro para a metrópole do Rio, com a construção de uma agenda programática de políticas públicas capazes de enfrentar os desafios estruturais do desenvolvimento urbano, social e econômico.

A Casa sempre contou com a participação ativa de professores universitários e manteve a interlocução com diversos pesquisadores dedicados a compreender o Rio. Gostaria de citar algumas pessoas que participaram ativamente da construção da Casa e colaboram no seu conselho deliberativo. São elas, Mariana Cavalcanti, professora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), Valéria Pero, professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), Maria Abreu, professora do Programa de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES/UFRJ) e Alex Magalhães, professor do Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Outros professores com suas pesquisas e interlocuções foram igualmente importantes para a Casa, como Ana Lúcia Britto, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFRJ), os professores Orlando Silva Junior, Juciano Rodrigues, ambos do Observatório de Metrôpoles, (IPPUR/UFRJ) e, em especial, Mauro Osório, bacharel em economia professor da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ e notório pesquisador do Rio de Janeiro. Aliás, foi com o Mauro Osório que compreendemos o que significava a falta de reflexão organizada sobre o Rio de Janeiro e a necessidade da UERJ assumir um papel estratégico diante dessa tarefa. Faço questão de apresentar esse breve histórico, pois foi a partir dessa compreensão sobre a importância do conhecimento acadêmico e a necessidade de reflexão or-

ganizada sobre o Rio de Janeiro, que recebemos com muito entusiasmo a notícia de criação da Rede Pró-Rio.

A Rede Pró-Rio nasce com o desafio de enraizar uma visão estratégica e sistêmica de desenvolvimento regional no estado. A crise fiscal e econômica que se abateu sobre o Rio de Janeiro, especialmente a partir do decreto de falência em 2016, revelou o quanto o *boom* do petróleo e da janela de megaeventos não conseguiram gerar uma estrutura produtiva adensada e articulada no estado, com capacidade de gerar empregos e aumentar a arrecadação de maneira sustentável. É urgente a construção de uma estratégia de desenvolvimento regional que identifique e defina os setores econômicos prioritários do Rio e estabeleça políticas de fortalecimento destes complexos produtivos. A Rede Pró-Rio, mobilizando a comunidade universitária do estado e outras organizações da sociedade civil, pode assumir um papel de destaque junto a gestão estadual, ampliando seu protagonismo no debate de políticas públicas e na cooperação com os órgãos de planejamento. Saber que a Rede Pró-Rio nasce como um projeto institucional da UERJ, no momento que a universidade completa setenta anos é muito estimulante.

Entre a realidade presente e o propósito estabelecido pela Rede Pró-Rio existe um longo caminho a ser percorrido, seja por conta dos desafios estruturais de promover desenvolvimento urbano, econômico e social no Rio, seja para manter os membros da rede engajados, agregar novos parceiros e ampliar sua relevância no debate público. Gostaria de apresentar dois desafios para a Rede Pró-Rio que se relacionam com a forma de atuação da Casa Fluminense e, que se forem superados com êxito, podem abrir uma avenida de novas possibilidades.

O primeiro deles é a criação do Centro de Referência da Rede Pró-Rio, uma plataforma para agregar, sistematizar e organizar toda produção acadêmica e pesquisa científica sobre o Rio de Janeiro. Este projeto é importante por alguns motivos. Por exemplo, se algum jornalista, parlamentar fluminense ou outro agente público iniciar um trabalho sobre mobilidade urbana no Rio de Janeiro e quiser acessar pesquisas acadêmicas sobre a viabilidade econômica da implantação de uma linha Barcas entre São Gonçalo e Rio de Janeiro, onde é possível acessar tal estudo? Os exemplos podem ser outros, como estudos sobre qualidade dos trens metropolitanos, a racionalidade das linhas de ônibus na Baixada Fluminense ou financiamento da tarifa de transporte, mas a pergunta permanece: Onde encontrar essas informações de maneira fácil e acessível para um público mais amplo do que a comunidade acadêmica? É claro que o interessado na pesquisa pode usar o Google Acadêmico ou visitar os diferentes programas de pós-graduação em busca de dissertações ou teses que tratem de seu tema de interesse. No entanto, é possível reconhecer que essas informações estão dispersas e precisam estar organizadas de maneira a comunicar para o conjunto da sociedade o estado da arte do conhecimento sistematizado sobre os principais desafios urbanos, sociais e econômicos do Rio. Esta organização e sistematização da produção acadêmica também apresentará um subproduto relevante: as lacunas de pesquisa. O que é que não estamos estudando sobre o Rio e que deveria entrar na agenda de pesquisa das universidades?

O segundo desafio é a construção de uma linha de ação estratégica com o governo do estado e as estruturas de planejamento e gestão pública. Um resultado prático deve ser

a cooperação da universidade com as Secretarias Estaduais para a produção de diagnósticos, levantamento de alternativas e monitoramento de programas e iniciativas públicas. É necessária uma vigorosa articulação política e institucional que envolva o Reitor da UERJ, os Secretários de Estado e Presidente da FAPERJ, passando por diversos níveis gerenciais e departamentais da estrutura do estado, em busca do enraizamento de uma escala regional de ações prioritárias. Essa tarefa é particularmente difícil, pois exige um nível de coordenação política e cultura de planejamento que não tem sido a marca da gestão pública estadual nos últimos anos. Apesar de avanços pontuais e específicos em alguns nichos da máquina pública, a marca da gestão são as debilidades técnicas e gerenciais, a aversão a transparência, o patrimonialismo e a corrupção estrutural, que se somam ao loteamento político barato e desqualificado das estruturas do Estado em busca de governabilidade.

Planejamento metropolitano e considerações finais

Na medida em que os dois desafios apresentados acima – a criação do Centro de Referência e a construção da linha de ação estratégica com o governo do estado – sejam devidamente encaminhadas, a agenda pública que poderá ser trabalhada pela Rede Pró-Rio emergirá como consequência desse processo. É razoável esperar que o inadiável tema do planejamento e da governança metropolitana esteja entre as prioridades

Depois de um hiato de 25 anos, com a extinção da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1989, o governo do estado retomou

o tema na agenda pública com a criação a Câmara Metropolitana de Integração Governamental, em 2014. O Órgão foi criado com atribuição de elaborar um novo arcabouço legal para a governança da RMRJ e a coordenar da construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

Para a elaboração do PDUI, também conhecido como Plano Metropolitano, o governo contratou, via processo licitatório, o escritório Jaime Lerner Arquitetos Associados e a Quanta Consultoria. O plano foi construído entre 2015 e 2018 e contou com a participação de aproximadamente 4.000 pessoas no processo de consulta pública. Infelizmente, a UERJ não teve protagonismo na elaboração de um documento tão importante para o metrôpole do Rio, sobretudo quando comparamos com o papel de destaque que a Universidade Federal de Belo Horizonte teve na construção do Plano Metropolitano de Belo Horizonte.

Em 2018, o Plano Metropolitano foi concluído e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) aprovou a Lei Complementar (LC) n° 184/2018, que dispõe sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Estes dois fatos são marcos institucionais decisivos para a retomada do Planejamento e da governança metropolitana no ERJ. A LC 184/2018 define três instâncias na governança: o Conselho Deliberativo, o Conselho Consultivo e o Instituto Rio Metrôpole.

Recentemente, o governador Wilson Witzel nomeou os 47 membros do Conselho Consultivo, instância responsável por assegurar a participação social no processo de planejamento e tomada de decisão na gestão metropolitana. Essa foi uma decisão controversa, sobre a qual a Casa Fluminense

se já se pronunciou publicamente. No entanto, sem entrar no mérito da questão, gostaria destacar o fato de não haver nenhum representante da UERJ entre as 3 vagas reservadas para a universidade dentro do Conselho Consultivo. Desconsiderar o papel da UERJ nesse espaço é apenas um aspecto do desafio que temos pela frente no fortalecimento da Rede Pró-Rio como *think-tank* de excelência e no seu posicionamento junto ao poder público para apoiar a elaboração de políticas.

Nos próximos meses a Câmara Metropolitana vai deliberar sobre políticas de mobilidade, saneamento básico, desenvolvimento urbano, fortalecimento de centralidades, despoluição da Baía de Guanabara, entre outros. Entre os temas prioritários que serão abordados estão a integração do BRT TransBrasil com os municípios da Baixada Fluminense e a modelagem da privatização da CEDAE. As perguntas que devemos fazer enquanto Rede Pró-Rio são: Que pesquisas e notas técnicas existem sobre esses temas que podem ajudar no debate público? Quais canais institucionais de interlocução temos para apresentar as pesquisas dos integrantes da Rede Pró-Rio aos tomadores de decisão e técnicos do governo? Que estratégias de comunicação teremos para fazer do ponto de vista da Rede Pró-Rio alcançar a opinião pública e outros setores da sociedade?

Portanto, para concluir, retomo as duas contribuições feitas no texto. É necessário organizar a produção acadêmica sobre o Rio de Janeiro, tornar este conhecimento mais acessível e comunicá-lo como diretrizes para um projeto de desenvolvimento regional. Em paralelo, devemos avançar na construção política e institucional de um marco de cooperação entre a universidade, organizações da sociedade

civil e o poder público, buscando enraizar a escala regional de ações prioritárias. Desta forma, um passo de cada vez, avançaremos na solidez institucional da Rede Pró-Rio e na capacidade de realizar seu propósito.

DEZEMBRO DE 2019

Nota de repúdio à Câmara Metropolitana

O Rio de Janeiro conta com uma sociedade civil muito ativa, com pessoas e organizações dedicadas ao longo dos anos à construção da agenda pública da cidade, da metrópole e do estado. A Casa Fluminense, assim como vários atores da sociedade civil, se orgulha de fazer parte desse espaço de convocação para o diálogo e construção conjunta, do qual é possível listar inúmeras contribuições com esse propósito. No entanto, infelizmente, o reconhecimento disso e a capacidade de construção compartilhada não têm sido a característica do governo do estado. Basta observar a postura agressiva e excludente a organizações ou atores que ousam expressar o dissenso ou trazer ideias adicionais à cena pública. Basta observar a condução de uma política de segurança que ignora a legalidade e a garantia de direitos, provocando o aumento da letalidade policial e mortes sucessivas de pessoas inocentes, especialmente, e de maneira brutal, de moradores de favelas e periferias.

Lamentavelmente, na quinta-feira, dia 19 de setembro de 2019, tivemos mais um exemplo de ação arbitrária do Governo do Estado: na 2ª reunião do Conselho Deliberativo da Câmara Metropolitana, o governador Wilson Witzel decidiu excluir do Conselho Consultivo os representantes da sociedade civil indicados na 1ª Conferência Metropolitana, realizada em Niterói, em 2018. Depois de quatro anos de elaboração do Plano Metropolitano e da aprovação da Lei Complementar, caberia ao novo governador prosseguir com o trabalho que estava em desenvolvimento e tornar a gestão metropolitana uma política de Estado. No entanto, com a exclusão dos indicados pela Conferência, todo o acúmulo de

participação social desse processo foi desconsiderado sumariamente. Para resgatar a memória de um processo longo e complexo de construção, listamos no final do texto os principais fatos públicos da retomada da governança na Região Metropolitana no Rio de Janeiro (RMRJ), entre 2014 e 2018.

Essa não é foi primeira vez que o governador movimentou esforços para esvaziar e desarticular a participação social na gestão metropolitana. Em abril do mesmo ano, Witzel orientou a convocação de uma nova eleição para selecionar os membros do Conselho Consultivo que deveriam substituir os indicados na 1ª Conferência Metropolitana. Todavia, em uma audiência pública na ALERJ, convocada pela Comissão Especial da Região Metropolitana e presidida pelo deputado Waldeck Carneiro, os deputados presentes reafirmaram o direito dos indicados na Conferência de serem nomeados para o Conselho Consultivo.

Após essa disputa inicial, o governo do estado realizou com os representantes indicados a reunião de instalação do Conselho Consultivo no dia 6 de junho. Na ocasião foram eleitos para a presidência e vice-presidência do Conselho Consultivo Henrique Silveira, coordenador executivo da Casa Fluminense, e Marília Ortiz, Subsecretária de Planejamento da Prefeitura de Niterói (SEPLAG). A outra chapa era composta por Juarez Filho, Secretário Estadual de Cidades, e Alexandre Bianchini, representante das concessionárias públicas e privadas. O resultado da eleição foi 23 a 12 para a chapa 1. Na mesma reunião, também foram eleitos os três representantes do Conselho Consultivo que possuem voz e voto no Conselho Deliberativo, conforme determina a Lei nº 184/2018. A ata da reunião está disponível e, ao final desta nota, estão listados os nomes dos representantes de organi-

zações sociais, movimentos, universidades e entidades de classe excluídos do Conselho Consultivo.

Apesar de ter sido um ato oficial do próprio governo, a Procuradoria Geral do Estado e o governador alegam que a eleição não teve validade porque os 47 membros do Conselho Consultivo ainda não tinham sido nomeados, portanto, não poderiam eleger seu presidente. Para cumprir o devido rito legal de nomeação dos integrantes do Conselho Consultivo, a última reunião do Conselho Deliberativo (em 19 de setembro) tinha pautado este tema. Wilson Witzel poderia ter finalmente nomeado os dezoito representantes da sociedade civil indicados pela 1ª Conferência Metropolitana, mas decidiu excluí-los do Conselho. Não por acaso, essas são as pessoas que tinham articulado uma chapa com outros integrantes do Conselho Consultivo e venceram a eleição contra a chapa do governo, em junho. Ou seja, a exclusão dos representantes da sociedade civil foi um golpe do governo, com evidentes sinais de retaliação. É preciso questionar: para quê ou para quem serve esse ato de esvaziamento depois de tão longo processo de estruturação da governança metropolitana? Respeitar os indicados da 1ª Conferência Metropolitana era a maneira mais legítima e democrática de iniciar a instalação do Conselho Consultivo.

A decisão do governador reforça o seu perfil autoritário e sem a capacidade de respeitar processos de participação social e organização autônoma da sociedade civil. Infelizmente, esse não é um fato isolado. Ele faz parte do contexto mais amplo de uma política autoritária e violenta no governo estadual e federal, que esvazia os conselhos de participação social, ameaça organizações da sociedade civil e conduz uma política de segurança homicida, com o Estado violando

direitos de comunidades pobres. Nesse contexto, a sociedade e as instituições precisam se valer do debate público e de mecanismos de controle que contenham o autoritarismo e o enfraquecimento dos espaços de construção democrática.

Processo de retomada do planejamento e da governança metropolitana no Rio:

[2014]

- Criação da Câmara Metropolitana no governo do estado, com atribuição de elaborar um novo arcabouço legal para a governança da RMRJ e a coordenar a construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

[2015]

- Aprovação do Estatuto da Metrópole pelo Congresso Nacional.
- No segundo semestre, o governo do estado, via processo licitatório, contratou o Escritório Jaime Lerner e a Quanta Consultoria para a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), da RMRJ.
- Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) iniciou a discussão sobre o Projeto de Lei Complementar sobre a governança metropolitana, que recebeu mais de 200 emendas ao texto.

[2016 e 2017]

- Etapas de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Mais de 4 mil pessoas participaram dos processos de consulta pública.

[2018]

- Conclusão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).
- Realização da 1ª Conferência Metropolitana e eleição dos dezoito representantes da sociedade civil para o Fórum de Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). A conferência contou com a participação de 124 delegados eleitos em 10 pré-conferências regionais, que mobilizaram aproximadamente 800 pessoas.
- Aprovação da Lei Complementar nº 184/2018, que dispõe sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e define três instâncias na governança: o Conselho Deliberativo, o Conselho Consultivo e o Instituto Rio MetrÓpole.

A lista de organizações e movimentos e seus representantes indicados pela 1ª Conferência Metropolitana e excluídos do Conselho Consultivo pelo Governador segue abaixo.

Organizações não governamentais:

Casa Fluminense | Henrique Silveira

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional | Caroline Rodrigues

ISER – Instituto de Estudos da Religião | Roberto Amado

Universidades:

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo | Maria Helena Costa

Universidade Federal Fluminense – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito | Priscila Grimberg

Universidade Federal do Rio de Janeiro – GPNC | Rosângela Pereira

Entidades de Classe:

STIPDAENIT – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de Niterói | Ary Gabriel de Souza

SINTSAMA-RJ – Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região | Roberto Rodrigues

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, São Gonçalo | Marco Manhães

Movimentos Sociais:

Movimento Pró-Saneamento | Paulo Cesar Faria Machado

FAMEJA – Federação das Associações de Moradores Urbanos e Rurais de Japeri | Esdras Silva

Pró-São Gonçalo | Ágata Mello

Fórum de Transparência | Antonio Oscar Vieira

CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores | Batéria da Costa

Reciclação | Cris dos Prazeres

Gomeia Galpão Criativo | José Eduardo de Souza Prates

FAMMAR – Federação das Associações de Moradores de Maricá | Ademir Dorigo

FAMMUG – Federação das Associações de Moradores do Município de Guapimirim | Renato Souza

SOCIEDADE CIVIL



Baixada, a fronteira da segurança pública

Em 2015, em Nova Iguaçu, o Fórum Grita Baixada (FGB) lançou a Carta da Baixada, um documento com propostas de políticas públicas para uma segurança cidadã e uma cultura de paz na região. A Carta é um dos resultados do Curso de Segurança Pública e Cidadã na Baixada Fluminense, iniciativa promovida pela Casa Fluminense e o FGB, financiada por uma vitoriosa campanha de *crowdfunding*, processos em que estive mergulhado ao longo de um ano. Nesta coluna de estreia no ForumRio.org, busco decantar essa experiência e partilhar impressões sobre os desafios à frente.

Trabalhar com marcos temporais é valioso ao pensar trajetórias e tendências. Em 2015, quando completamos 10 anos da Chacina da Baixada, o mínimo que cabia à sociedade era se perguntar: o que mudou? Vai acontecer de novo? O que está sendo feito para evitar novas chacinas? Para refletir sobre essas questões, sugiro o artigo do professor José Claudio Alves, *Dez anos da chacina da Baixada: o tráfico de drogas como modelo de desenvolvimento econômico para a região* (2015).

Em linhas gerais, a chacina de 2005 foi uma expressão radical de um padrão de violência que marcou a Baixada nas últimas décadas. Esse padrão é caracterizado pela atuação dos grupos de extermínio, majoritariamente compostos de policiais e com o apoio de políticos locais.

A história de formação social dessa estrutura de poder, que tem como exemplo mais famoso o esquadrão da morte, é longa, marcada pelas ações de controle social de uma elite comercial sobre uma população extremamente pobre. Filmes como *1962, o ano do saque* (2014), de Rodrigo Dutra

e Victor Ferreira, e o *Homem do Ano* (2003), de José Henrique Fonseca, são exemplos de obras que expõem o *modus operandi* dos operadores dessa violência.

Sete anos separam a Chacina da Baixada (2005) da Chacina da Chatuba (2012), em Mesquita, quando seis jovens foram assassinados nas cachoeiras do maciço do Mendanha por um grupo de traficantes de drogas. Essa chacina sinaliza uma mudança no padrão de violência da região, com uma presença mais intensa do tráfico de drogas na Baixada.

Aqui, entramos no debate sobre a migração dos traficantes das favelas com UPP para a Baixada. Ainda não existem pesquisas ou estudos aprofundados sobre o assunto, mas são numerosos os relatos de moradores que passaram a conviver com a presença de armas pesadas, aumento da violência e dos homicídios. O que migra não é o traficante, mas o negócio, as drogas e as armas. Com esses ativos, surge uma demanda forte para incorporar novos jovens no mercado das drogas e do crime, que alimenta a roleta russa dos homicídios.

Na campanha eleitoral de 2014 para o governo do estado, todos os candidatos destacaram a importância da segurança pública em seus possíveis mandatos. O próprio governador Pezão, em seu discurso de posse, afirmou que o tema é prioridade em seu governo. Então, nossa pergunta é: segurança pública para quem? Pois a Baixada é hoje a região com a maior taxa de homicídios do estado, mas não existe uma ação prevista para superar essa realidade.

Por isso, uma bandeira prioritária da Agenda Rio 2017 – uma plataforma de propostas de políticas públicas para o Rio inteiro – era a criação de um Programa de Redução de Homicídios na Baixada Fluminense. O governador do

estado é a autoridade política com o dever de liderar uma ação desse porte, em diálogo e cooperação com os gestores das instituições do setor, as prefeituras e os movimentos sociais da Baixada.

Constitucionalmente, a segurança pública é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”. No entanto, é comum muitos prefeitos se esquivarem, jogando toda a culpa no estado. Está errado. Os municípios também devem ser protagonistas na segurança pública, sobretudo com ações de prevenção da violência e defesa da vida.

É prioritário estancar o morticínio, que atinge principalmente jovens e adolescentes. Segundo o Índice de Homicídios na Adolescência 2012 (IHA), parte do Programa de Redução a Violência Letal (PRVL), coordenado pelo Observatório de Favelas, em 2012, viviam 107.258 adolescentes de 12 a 18 anos em Duque de Caxias. Se as condições locais não fossem alteradas, 469 mortes violentas seriam esperadas nesse grupo. Literalmente, uma tragédia anunciada.

As perguntas-chave são: quais são os bairros e comunidades que mais sofrem com a violência dentro de cada município? As prefeituras estão produzindo políticas públicas para evitar essas mortes?

Nesse contexto, garantir a visibilidade, o fortalecimento e a autonomia dos atores locais é tarefa básica para uma agenda de transformação na Baixada, e o Fórum Grita Baixada é um espaço legítimo para ancorar a discussão sobre segurança pública na região. Além disso, também será estratégico produzirmos ações de convergência e cooperação entre organizações da sociedade civil da Baixada, do Rio, do Brasil e de outros países, ampliando o repertório de todos no tema e aumentando a pressão política no governo do estado.

O curso de segurança pública foi um bom exemplo de ação em parceria. Iniciativas similares devem ser incentivadas.

Por fim, é importante ressaltar o papel que os movimentos culturais e as mídias alternativas podem ter na elaboração de uma nova narrativa sobre a segurança pública na Baixada, desfazendo antigos estereótipos sobre a região, produzindo novos símbolos e acumulando capital político e social para essa transformação. Quando vejo um projeto como o Território Baixada – um ciclo de encontros entre artistas, produtores e público para discussão sobre os processos de criação da Baixada –, renovo minha confiança na potência desse movimento em defesa da vida.

JULHO DE 2015

Participação e renovação política no Rio por Inteiro

O desfile da Paraíso da Tuiuti durante o carnaval 2018 foi o abre-alas para um ano que já nasceu histórico. Uma síntese plástica dos 130 anos da abolição, partindo de nossa herança escravagista e autoritária, passando pelas diversas formas de submissão e de resistência dos negros ao longo dos séculos XX e XXI até chegar ao golpe-*impeachment* de 2016. Uma obra-prima da cultura popular brasileira. Ela reforçou a importância da luta por igualdade racial e a necessidade de novas lideranças políticas que trabalhem por justiça social no Brasil. Mas o que ninguém imaginaria é que antes do desfile das campeãs, menos de uma semana depois desse desfile histórico, o Rio enfrentaria uma intervenção federal, fruto de uma manobra do governo Temer diante do vácuo de liderança política no Estado.

O vácuo de liderança no Rio vinha aumentando. De um lado, crise fiscal, econômica e política do Estado reduziram a pó o capital político do governador Pezão. De outro, o prefeito Marcelo Crivella poderia assumir maior protagonismo na coordenação de uma agenda positiva, com planejamento, transparência e participação social, mas o Plano Estratégico da Prefeitura (2017-2020) sequer foi finalizado. A intervenção federal no Rio é o símbolo de nossa incapacidade coletiva de produzir soluções para nossos próprios problemas. Foi em meio ao vazio e às incertezas sobre os rumos da intervenção que a vereadora Marielle Franco foi brutalmente assassinada. Marielle representava a renovação e a diversidade política de que nosso país precisa: mulher, negra, favelada e bissexual. O impacto de sua morte possui

múltiplas consequências, uma delas o medo com o qual as jovens lideranças populares passaram a conviver na sua atuação política.

Diante dessa conjuntura complexa é que precisam emergir movimentos cidadãos e suprapartidários, com capacidade de aglutinar diversos setores da sociedade em torno do debate democrático e plural sobre o desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Nesse contexto, a Casa Fluminense, a Fundação Cidadania Inteligente e um conjunto de organizações da sociedade civil estão organizando o movimento Rio por Inteiro para atuação nas eleições de 2018. Entre as ações previstas, haverá a utilização da Plataforma Vota Inteligente, que foi usada nas eleições nacionais do Chile em 2017 e teve 2 milhões de acessos. No Rio, a plataforma foi lançada em 2018.

Um calendário de mobilização foi aberto à colaboração de todos que quiseram participar da iniciativa. Cidadãos e organizações puderam inscrever atividades como debates temáticos, mobilizações nos territórios da periferia do Rio, oficinas de propostas, entre outros. A combinação entre os encontros presenciais e a plataforma digital pode criar um ambiente favorável à construção de consensos em torno de algumas prioridades na metrópole fluminense. A campanha começou oficialmente em agosto, quando candidatos a governador, senador, deputado estadual e federal puderam se comprometer publicamente com as propostas da sociedade civil. O lastro do movimento Rio por Inteiro pode ser uma das bases de diálogo entre os novos parlamentares eleitos e os cidadãos.

A sociedade civil precisa fortalecer sua atuação na defesa e no monitoramento de políticas públicas capazes de redu-

zir desigualdades e ampliar oportunidades. Em paralelo, as tradicionais forças políticas que comandaram o Estado nos últimos anos estão se reagrupando e a sociedade deve atuar para que novas candidaturas, com pessoas íntegras e éticas, sejam competitivas e capazes de furar a bolha da representação política. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) possui setenta cadeiras. Quantas dessas vagas serão ocupadas por mandatos de jovens, de mulheres, de negros, de LGBTs? Qual será o impacto dos novos movimentos no parlamento fluminense? Nesse cenário, o movimento Rio por Inteiro busca se articular com iniciativas que visem a ampliar a participação social e a renovação política, pois na convergência entre ambos poderá surgir alguma novidade no vácuo de liderança vivenciado pelo Rio.

MARÇO DE 2018

Aprendizados com a Covid-19

A chegada da pandemia Covid-19 e a instalação da quarentena nas principais cidades do país apresentaram rapidamente uma nova realidade para milhões de brasileiros e brasileiras. O isolamento social foi a principal medida para minimizar os efeitos da Covid-19 e reduzir a curva de propagação do vírus. No entanto, essa medida possui efeitos colaterais, como a diminuição das atividades econômicas, o aumento do desemprego e o risco de uma recessão global. O Brasil não está sozinho neste dilema. O mundo se encontra diante de uma crise sem precedentes, com a tarefa de salvar vidas e reinventar o futuro.

Quando focamos nos impactos da Covid-19 no Rio, a segunda maior metrópole do Brasil, identificamos duas dimensões principais. Em primeiro lugar, a crise torna ainda mais visível a enorme desigualdade que marca o espaço urbano do Rio de Janeiro, fraturado em bairros que dispõem de toda infraestrutura e bem-estar para os seus cidadãos, enquanto favelas e periferias pobres vivenciam a falta de água e de saneamento básico, com domicílios precários, sem ventilação e muitas pessoas morando em pequenos espaços. A segunda dimensão da crise é o enorme contingente populacional de trabalhadores informais que perderam seu fluxo de renda durante a quarentena e ficarão em condição de insegurança alimentar, além daqueles que já estavam desempregados ou em situação de vulnerabilidade.

Diante desse cenário, a Casa Fluminense passou a atuar em duas frentes, uma de informação e outra de mobilização. Na primeira, iniciou a série de Infográficos da Desigualdade Covid-19, buscando difundir dados e informações que

aprofundem a discussão sobre o impacto do coronavírus na periferia da metrópole de Rio. Na segunda, acompanhava organizações locais e coletivos, especialmente na Zona Oeste, Baixada Fluminense e São Gonçalo, que estão atuando para (i) sensibilizar a população sobre a importância do isolamento social; (ii) organizar redes de solidariedade; e (iii) cobrar a ação do poder público no enfrentamento da Covid-19. Uma dessas iniciativas gerou a articulação #CoronaNaBaixada e a publicação de uma carta pública.

Ainda na frente de mobilização, a Casa Fluminense se integrou na iniciativa Rio Contra Corona, liderada pelo Instituto Ekloos, Instituto Phi, o Banco da Previdência e o movimento União Rio, com o objetivo de diminuir os impactos da falta de renda através da distribuição de cestas básicas e kits de higiene às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica. Em poucas semanas a iniciativa Rio Contra Corona mobilizou 48 organizações que atuam em 134 comunidades, distribuindo mais de 300 toneladas de alimentos em uma grande rede de solidariedade. A Casa Fluminense vai se somar a essa iniciativa de duas formas: (i) doando recursos para o Rio Contra a Corona e conectando financiadores interessados em apoiar as ações de enfrentamento à Covid-19; e (ii) sugerindo organizações da Baixada e da Zona Oeste que podem receber doações, mas não estão conectadas às redes de solidariedade que se estabeleceram até o momento. A decisão da Casa Fluminense de se aliar à iniciativa Rio Contra o Corona se deveu ao fato de conhecer as organizações responsáveis e por entender que esse foi um momento de evitar sobreposição de iniciativas, somando forças na defesa de quem mais precisa.

Existiam e existem ainda muitas dúvidas e incertezas sobre a vida após a pandemia, no Brasil e nas suas cidades. Ninguém tem as respostas. O ponto interessante é que vários espaços de discussão on-line foram abertos com a intenção de rascunhar o novo amanhã. Mas três fatos se demonstraram com alguma nitidez.

O primeiro é a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Ciência e Tecnologia. Nos últimos anos cresceu no Brasil um discurso sobre a ineficiência do setor público e a necessidade de reduzir o papel do Estado. No entanto, em momentos de crise, quem tem a responsabilidade e a capacidade de dar respostas para o conjunto da população é o Estado, não é o mercado. O SUS possui o princípio da universalidade, com oferta de atendimento gratuito para todos, no qual o municípios, estados e União possuem responsabilidades diferentes e complementares para garantir o sistema funcionando com qualidade. Financiamento, gestão e coordenação são fundamentais para que essa engrenagem funcione bem. Com a PEC do Teto de Gastos, aprovada no governo Michel Temer em 2017, o país congelou os investimentos em saúde pelos próximos vinte anos. Hoje, com o estado de Calamidade Pública decretado pelo Congresso Nacional – por conta da pandemia da Covid-19 – os investimentos em saúde vão retornar. Mas será que ao final da crise o governo vai congelar novamente os recursos na saúde? Ou vamos aproveitar a crise para aperfeiçoar o SUS com mais recursos e melhor eficiência?

O segundo é o papel relevante da sociedade civil brasileira no enfrentamento da crise. Inúmeras iniciativas lideradas por ONGs, organizações comunitárias, instituições de filantropia, setores da classe média, empresas e outros

agentes surgiram com o objetivo de minimizar os impactos da crise, especialmente com ações de distribuição de cestas básicas para quem perdeu renda e kits de higiene para reduzir a contaminação. É necessário destacar que a rede de solidariedade que se estabeleceu no Rio de Janeiro para o enfrentamento da Covid-19 somente foi possível devido ao trabalho de centenas de organizações comunitárias, coletivos, ONGs e lideranças sociais que conhecem a realidade dos bairros e favelas, articulam ações para a resolução de problemas locais e cobram do governo as políticas públicas para abastecimento de água, saneamento básico, saúde, educação, cultura e outros. No entanto, apesar de sua evidente importância para a vida comunitária, essas organizações possuem muitas dificuldades de manter a operação e a sustentabilidade de suas atividades. Portanto, apoiar e fortalecer o trabalho das organizações comunitárias do Rio de Janeiro mostrou-se uma tarefa fundamental, durante e após a crise.

O terceiro ponto é o papel completamente irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro diante da crise. O presidente nega até hoje a gravidade de uma pandemia que matou dezenas de milhares de pessoas no mundo em poucos meses. Ele vai na contramão da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde, dos cientistas e de vários líderes no mundo, dizendo que a população não deve fazer o isolamento social como forma de conter o avanço do vírus. No lugar de coordenar uma ação nacional junto com governadores, prefeitos e congresso nacional, escolheu brigar com todos e aumentar a tensão institucional. É evidente que todo mundo está preocupado com a economia e os empregos, mas precisamos enfrentar um problema de

cada vez e a prioridade nesse momento era a saúde e a vida das pessoas. Em paralelo, era necessário construir as medidas econômicas para retomar o emprego e gerar renda. Mas isso tudo exige capacidade de diálogo e coordenação política, tudo que o Bolsonaro não tem e nem quer ter. Ele não é um líder para unir o país. É exatamente o contrário, quer briga o tempo todo. Isso não é novidade para muitas pessoas, mas a ficha caiu para alguns liberais conservadores somente agora.

JUNHO DE 2020

Filantropia comunitária

A pandemia da Covid-19 escancarou e aprofundou a desigualdade no acesso a direitos, serviços e infraestrutura urbana nas periferias e favelas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No momento em que o poder público era mais necessário, a sociedade assistiu à descoordenação, descaso e negligência. Com a população à própria sorte, o trabalho de ONGs, coletivos e organizações comunitárias foi fundamental para minimizar os efeitos da crise sanitária e social que tem impactado de maneira severa a população mais pobre.

As redes de solidariedade ativadas nesse contexto viabilizaram a distribuição de cestas básicas, materiais de higiene e máscaras, além de realizar campanhas de conscientização, combate a notícias falsas e outras formas de apoio. São organizações comunitárias, ONGs, coletivos e lideranças sociais que conhecem a realidade dos bairros e favelas e que se articulam tanto para a resolução de problemas locais, quanto para a cobrança de políticas públicas. Fortalecer e apoiar o trabalho desses grupos deve ser prioridade durante e após a crise.

Também é fundamental destacar a atuação da filantropia durante a crise, que mobilizou recursos de diversas fontes para apoiar diferentes iniciativas para o enfrentamento da pandemia. O ecossistema filantrópico brasileiro é muito diverso, e a Rede de Filantropia para Justiça Social (RFJS), ator pertencente a esse campo, agrega diferentes fundos independentes, organizações doadoras (*grantmakers*), atua com o propósito de promover e diversificar uma cultura filantrópica no Brasil que garanta e amplie os recursos para

a justiça social com foco em direitos humanos, raciais, de gênero, socioambientais e desenvolvimento comunitário.

A Casa Fluminense faz parte da Rede e busca desenvolver seu programa de apoio através do intercâmbio de experiências com os demais membros. Durante a pandemia Covid-19, a Rede foi um ponto de suporte e articulação para as organizações membros trocarem informações sobre estratégias de apoio emergencial, desafios comuns na gestão dos projetos e produção de conhecimento compartilhado para o enfrentamento da crise.

Em 2020, o Fundo Casa Fluminense lançou, também com o apoio da Rede, o Edital Agenda Rio 2030. Esta chamada visou fortalecer ações comunitárias e o monitoramento de políticas públicas promovidos por coletivos, movimentos e organizações da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. A chamada apoiou vinte iniciativas, sendo quinze projetos de 10 mil e cinco projetos de 7 mil reais, totalizando R\$ 185 mil em doação direta.

A diversidade das iniciativas apoiadas reflete as diferentes formas de atuação que os grupos locais desenvolvem para dar respostas aos problemas estruturais e emergenciais vivenciados nas comunidades. De forma breve, vou apresentar 4 iniciativas apoiadas e suas estratégias de atuação. Em seguida, os aprendizados da Casa Fluminense para o desenvolvimento de sua estratégia de *grantmaking*.

Cozinha Sem Medo – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): localizada em Santa Luzia, São Gonçalo, a cozinha atuou diretamente no eixo de alimentação e atendimento a gestantes, direcionadas à população do bairro. Para isso, distribuiu, em média, quatrocentos quentinhas semanalmente aos domingos e no final de 2020 distribuiu trinta kits

às gestantes que são acompanhadas pelo movimento. Além disso, consolidou a parceria com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que forneceu legumes, verduras e frutas durante todos os domingos, de outubro a dezembro de 2020.

Projeto SocioEducativo e Desenvolvimento Cultural SAAF: localizado na Vila Kennedy, Zona Oeste do Rio de Janeiro, as coordenadoras da iniciativa identificaram que as crianças da comunidade possuíam muita dificuldade na leitura e na compreensão básica dos textos. Os responsáveis das crianças, a maioria mães, também tinham dificuldades com a leitura e não conseguiam ajudá-las nas tarefas escolares, o que piorou no contexto da pandemia e das aulas on-line. Diante do cenário, elas doaram livros infanto-juvenis e fizeram o acompanhamento das crianças com oficinas literárias e de leitura coletiva com seus familiares. Foram entregues 250 livros para cinquenta crianças, o que impactou indiretamente outras cem crianças. Um diferencial do projeto foi a temática racial para todos os livros entregues, estimulando maior reflexão das famílias sobre o mês da Consciência Negra.

Fórum Popular Permanente de Japeri: a ideia de construir uma agenda de políticas públicas para o município de Japeri, na Baixada Fluminense, teve início no Curso de Políticas Públicas organizado pela Associação Mobiliza Japeri com apoio da Casa Fluminense e do Fundo Casa Socioambiental. O Edital Agenda Rio 2030 contribuiu para viabilizar os debates, a elaboração do documento, sua diagramação e impressão. O resultado final foi a publicação da – Agenda Japeri 2030: Japeri mais humana e sustentável – e a impressão de 7 mil cópias. O grupo entregou a agenda para a prefeita do município, os secretários municipais, ve-

readores, além de promover encontros com a população e organizações locais.

Instituto Santa Cruz Sustentável: o objetivo da proposta era a formalização da Pessoa Jurídica com a missão de implementar a Agenda Santa Cruz 2030, movimento da sociedade civil local iniciado em 2017 e que deu origem a um documento, construído de modo participativo com a rede do território. Com a institucionalidade foi possível estruturar e consolidar a política organizacional, o organograma e contratar, ainda que de modo pontual, prestadores de serviços para as áreas administrativas, de projetos e comunicação. A abertura da CNPJ do Instituto Santa Cruz Sustentável propiciou a parceria com o British Council, no edital de meio ambiente relacionado a COP 26. Através do Instituto recém-criado, foi transferido ao Ecomuseu de Sepetiba, membro da Rede Santa Cruz 2030, recurso para o fomento das atividades socioambientais no entorno da Baía de Sepetiba.

O contato regular da equipe da Casa Fluminense com as organizações apoiadas e a observação das tendências e demandas colocadas pela pandemia da Covid-19 culminou na reflexão sobre as linhas de apoio que o Edital Agenda Rio 2030, do Fundo Casa Fluminense, deveria adotar em 2021. Foram definidas três linhas: (1) Estruturação de organizações da sociedade civil, com apoio para formalização e abertura de CNPJ; (2) Elaboração e defesa de Agendas Locais de políticas públicas para os territórios da periferia; (3) Produção de Soluções Locais pelas próprias organizações, com foco em projetos de segurança alimentar, produção cultural e geração de trabalho e renda. A Casa Fluminense acredita que essas são linhas estratégicas para fortalecer

organizações na periferia da metrópole do Rio e vai reforçar sua atuação nesta direção

NOVEMBRO DE 2021

20 anos do Observatório de Favelas

É muito bom caminhar ao lado de nossas referências. Celebrar os 20 anos do Observatório de Favelas (OF) significa mergulhar na sua história, navegar por sua expressiva contribuição para superação das desigualdades nas cidades brasileiras e traçar rotas de um projeto de sociedade que tenha centralidade na dignidade humana. Embarque conosco e vamos celebrar juntos e juntas.

Este é um livro sobre o passado, o presente e o futuro. Ele não é um inventário sobre as dezenas de projetos exitosos da organização. Ele é uma gira que retoma conceitos e metodologias emblemáticas na trajetória do OF e soma com novas reflexões e ações de uma organização em constante movimento.

Fundado em 2001 pelos geógrafos Jailson de Souza e Jorge Barbosa, o OF se insere num contexto de reinvenção da sociedade civil brasileira no início do século XXI, com pessoas de origem popular na criação e liderança de organizações que atuam na produção de conhecimento e na realização de projetos de intervenção em favelas e periferias. A trajetória do OF possui como marca a elaboração de um sofisticado repertório conceitual capaz de promover novos olhares e novas práticas sobre os territórios favelados. Em todos os seus projetos, é possível identificar o compromisso da organização com o questionamento das formas estruturais de reprodução das desigualdades no Brasil e a proposição de iniciativas capazes de enfrentar e superar esta realidade a partir do protagonismo das pessoas faveladas, especialmente os negros e as mulheres.

Existe um conceito que atravessa a existência e as intervenções do Observatório de Favelas ao longo de duas

décadas. É o *paradigma da potência*. Ele foi lapidado e experimentado ao longo dos anos e representa sua principal contribuição no debate sobre o direito à cidade a partir do protagonismo dos moradores de favelas e de suas estratégias de existência numa sociedade tão excludente e violenta. Favela é Cidade!

No campo da educação e da comunicação, os projetos Conexões de Saberes e Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC) são referências para o paradigma da potência. Estes projetos juntos impactaram milhares de jovens da periferia com formações que mudaram sua forma de enxergar a universidade, a cidade, suas comunidades e a si mesmos. Com base na compreensão de que o real é instituído pelo simbólico, o OF buscou alterar a própria representação dos jovens de origem popular. No lugar de focar na ausência, deu ênfase na sua criatividade, inventividade e sociabilidade. É a partir do reconhecimento e da valorização desta potência de vida que a transformação das favelas e periferias será possível.

No campo do Direito à Vida e Segurança Pública, a denúncia contra o genocídio dos jovens negros se fez presente de forma contundente. Pesquisas, intervenções estéticas e incidência política fazem parte das estratégias de enfrentamento das desigualdades e de proposição de um novo modelo de segurança pública. No campo da Arte e Território, a disputa por um novo imaginário sobre as favelas e espaços populares passa pela mediação da cultura e pela apropriação de diferentes linguagens artísticas. A realização de projetos e a gestão de espaços culturais são resultados da travessia em busca de novos símbolos e representações sobre as favelas. No campo da Política Urbana, o Território

Inventivo é a tecnologia social que articula os conceitos, as metodologias e as intervenções do OF para a incidência nas políticas públicas. O paradigma da potência, a pedagogia da convivência e o urbanismo popular insurgente fazem parte do guarda-chuva das iniciativas para a superação dos estigmas e representações socioespaciais que organizam a sociedade. As contribuições do OF são múltiplas, diversas e consistentes.

O Observatório de Favelas completa 20 anos com uma trajetória inspiradora e um legado robusto, que enriquece o repertório da sociedade civil brasileira na luta por justiça social e democracia radical no país. Mais importante do que isso, o OF está preparado para seguir se reinventando por mais 20 anos. Que assim seja!

AGOSTO DE 2021

Rio, Negro: memória e imaginação política

O Rio de Janeiro foi o maior porto negreiro das américas, com estimativas da chegada de mais de 1 milhão africanos escravizados, segundo dados do IPHAN. O impacto civilizatório da diáspora na cidade de São Sebastião foi imenso, tanto pelo regime extremamente violento contra as pessoas negras, quanto pelo legado sociocultural que essa população imprimiu no DNA do Rio. Compreender a cidade a partir da perspectiva negra é fundamental para a agenda de justiça social no país.

O documentário *Rio, Negro*, produzido pela Quiproqué Filmes e apresentado pela Casa Fluminense, apresenta um olhar possível para a história do Rio de Janeiro, assentado na presença e contribuição da população negra de origem africana na formação da cidade. Com entrevistas e imagens históricas, o filme busca desvelar como a população negra forjou trajetórias individuais e laços comunitários em uma cidade marcada pelas disputas em torno do projeto “civilizatório” das elites brancas.

No Brasil, 135 anos após a abolição inconclusa da escravidão, a desumanização de pessoas negras e a negação de sua dignidade bloqueiam a agenda de igualdade no país. No Rio, a cor da pele e o local de moradia organizam a que tipo de violência você está exposto.

O racismo estrutural sempre organizou a memória oficial do Brasil a partir de uma perspectiva branca, ocultando as lutas da população negra por justiça, a sua história e seus protagonistas. Por isso a Lei nº 10.639, que determina o ensino da história da África e dos negros no Brasil, é tão importante. Com o filme apresentamos a história do Rio de

Janeiro a partir da perspectiva negra, revelando que o projeto da República para essa população sempre foi a exclusão, criminalização, violência e embranquecimento. Por outro lado, foi nas brechas dessa sociedade racista que a população negra marcou profundamente a sociedade brasileira com sua arte, cultura e humanidade

Compreender o passado da cidade é fundamental para alimentar nossa imaginação política e construir novas abordagens na luta antirracista. Recontar a história da revolta da chibata, a determinação dos marinheiros e a astúcia do João Cândido para tomar um navio de guerra e fazer exigências ao governo federal, colocam na ordem do dia a importância da ousadia e da coragem na luta política por mais igualdade, direitos e oportunidades.

Outra ação que sempre fez parte das estratégias de sobrevivência da população negra foi a criação de espaços para a organização comunitária e política. As casas de zungu, as irmandades negras, os quilombos, os terreiros de candomblé e as escolas de samba foram, e continuam sendo, formas de organização contra a violência racista e de reinvenção da vida na diáspora. No Rio, no século XIX, os zungus eram espaços organizados por mulheres quitadeiras, que serviam angu para negros libertos e escravizados, tecendo uma extensa rede de solidariedade que alcançava o interior do estado. Localizados na região central da cidade, as casas de zungu serviam de moradia, local para práticas religiosas, festas, capoeira e como esconderijo de escravizados em fuga.

Essas e outras memórias precisam ativar nossa imaginação política para novas formas de aquilombamento. Por isso, a criação do Museu do Cais do Valongo é tão importante. Além de cumprir com as exigências da UNESCO para

que o sítio histórico permaneça com o título de patrimônio da humanidade, a construção do museu pode representar um marco na forma de contar a história da escravidão no Brasil e da luta permanente da população negra por liberdade e dignidade.

Rio, Negro é o primeiro documentário apresentado pela Casa Fluminense. O filme faz parte das atividades de comemoração dos 10 anos da organização, criada em 2013 para atuar na construção de políticas públicas com foco na redução das desigualdades na metrópole fluminense. Ao longo de sua trajetória, a Casa enegreceu a sua equipe executiva, seu Conselho de Governança e o seu programa. Esta foi uma mudança estratégica, pois só é possível construir uma agenda de justiça social se compreendermos o peso do racismo estrutural na reprodução das desigualdades em nossa sociedade. O filme esteve em cartaz no circuito popular da metrópole, ocupando espaços culturais e mobilizando pessoas para um mergulho afrocentrado na história da cidade. Desejamos que o filme possa contribuir para enegrecer a nossa imaginação política e impulsionar as pautas de justiça, memória e reparação.

SETEMBRO DE 2023



↑ Saída
exit | salida

12 Central

12 Central

Estação Central



DEZ ANOS DE
CASA FLUMINENSE
TECENDO A
CIDADANIA

© Rodolfo Teixeira Alves



Saída
exit | salida

Nos primeiros anos da Casa Fluminense, entre 2013 e 2016, tive muitas conversas com o José Marcelo Zacchi sobre a criação e desenvolvimento institucional de organizações da sociedade civil. Zé, idealizador e primeiro coordenador geral da Casa, tinha larga experiência nesse assunto, pois havia participado da criação, direção executiva e conselho do Instituto Sou da Paz, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do site Overmundo. Essa experiência fez toda diferença no desenvolvimento da Casa Fluminense.

Zé Marcelo me falava com muita propriedade sobre as fases das organizações. Na primeira delas, a principal tarefa da organização é dizer que existe e anunciar aquilo que pretende fazer. A preocupação nesse momento é se fazer percebido pelos pares do setor, se apresentar para as organizações que fazem parte daquele ecossistema e organizar quem é seu público-alvo.

Na fase seguinte, a organização é percebida por aquilo que faz e pelos projetos que realiza. Não basta dizer que vai fazer alguma coisa, mas sim de realizar e fazer com qualidade. Por último, conforme passam os anos, a organização deixa de ser percebida apenas por aquilo que ela faz, passando a ser notada pelo seu diferencial. Ou seja, a organização ganha destaque a partir de percepções geradas pelas indagações: Qual é o posicionamento estratégico da sua iniciativa? O quanto seu projeto é importante para o público-alvo? Quais são as parcerias que agregam valor durante o processo? Por fim: Como o projeto se mantém relevante ao longo dos anos?

A conversa toda me intrigava, estimulava, já que é muito curto nosso horizonte temporal para a gente que vem do mundo da precariedade. Não enxergamos cinco anos na

frente, pois estamos preocupados em fechar a conta no final do mês. Essa convivência com o Zé foi fundamental para que eu devolvesse um pensamento estratégico para a condução da Casa nos anos seguintes. Hoje, olhando em retrospectiva, busco fazer um balanço dessa experiência e refletir sobre qual foi a contribuição da Casa nos últimos dez anos, especialmente no período em que estive na coordenação geral. Em síntese, enxergo três contribuições específicas: a ampliação do debate sobre a metrópole do Rio de Janeiro; a difusão de dados e indicadores; e o apoio às lideranças sociais e organizações locais da periferia.

Desde sua criação, a abordagem metropolitana foi o diferencial da Casa Fluminense para discutir a cidade. Entre 2013 a 2016, a Casa conduziu uma série de diálogos sobre Agenda Rio 2017, com a participação de inúmeras organizações, pesquisadores, ativistas e lideranças comunitárias. O objetivo — responder a seguinte pergunta —: qual é a agenda do Rio de Janeiro após os grandes jogos? Eram duas premissas básicas: 1) Criar mais espaços de articulação entre organizações da sociedade civil da região metropolitana, abarcando a diversidade de atores desse território, e 2) Debater e construir uma visão estratégica sobre a agenda pública do Rio de Janeiro para o pós-Olimpíadas 2016, uma que considerasse a metrópole como um todo. Dessa forma, os Diálogos Agenda Rio 2017 foram fundamentais para ampliar a rede de interlocução da Casa Fluminense e articular uma visão metropolitana a partir da sociedade civil.

Em paralelo, novos fatos políticos reforçaram o tema Metropolitano na agenda pública. Em 2014, o governador Luiz Fernando Pezão criou a Câmara Metropolitana de Integração Governamental, após 25 anos da extinção da Fundação para o

Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), em 1989, último órgão com essa responsabilidade na estrutura do estado. Em 2015, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da MetrÓpole, que definiu diretrizes básicas para o planejamento e governança metropolitana no país. Esses fatos motivaram ainda mais a atuação da Casa e seus parceiros, pois a pauta ganharia força naquele período.

Sob a direção do arquiteto Vicente Loureiro, a Câmara Metropolitana tinha três objetivos iniciais: a elaboração de um projeto de lei sobre a governança metropolitana, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Metropolitano e a atualização da base cartográfica da região. Com uma equipe técnica e política dedicada ao tema, a Câmara Metropolitana se tornou um espaço de interlocução estratégica para a Casa Fluminense, pois havia interesse mútuo de cooperação. Era frequente a participação dos diretores da Câmara Metropolitana em várias edições do Fórum Rio, o principal evento da Casa junto a seus parceiros para debater e defender políticas públicas. Da mesma forma, era comum a participação da Casa nas atividades, encontros e debates promovidos para a elaboração do Plano Metropolitano.

A Casa atuou diretamente na mobilização de mais atores da sociedade civil para a participação nos encontros regionais e temáticos de elaboração do Plano Metropolitano, culminando em 2018 na 1ª Conferência Metropolitana, em Niterói. Ao longo desse processo, a Casa cumpriu um papel de catalisador dessa discussão junto à sociedade civil, articulando pessoas para a aprovação na ALERJ da Lei 184/2018 sobre Governança Metropolitana no Rio de Janeiro, assim como a consolidação do Plano Metropolitano, contribuindo diretamente para o seu lastro social e popular.

Ao longo do percurso, a mobilidade urbana foi o principal fio condutor da abordagem metropolitana realizada pela Casa Fluminense. Conforme apresentamos, as discussões sobre o tempo de deslocamento entre casa e trabalho, o valor da tarifa do transporte, a transparência da bilhetagem, os homicídios culposos nos trens e o monitoramento da frota de ônibus tiveram um peso importante nas publicações da Casa, refletindo uma preocupação concreta das pessoas que precisam se deslocar pela cidade para acessar mercado de trabalho, oportunidades e serviços diversos.

Entre os diversos temas defendidos pela Casa, a transformação dos trens da Supervia em metrô de superfície é uma proposta guarda-chuva. Essa visão está alinhada diretamente com o documento final do Plano Metropolitano, que apresenta duas imagens sínteses para o futuro da região. Uma delas é a Baía Reinventada, com saneamento básico universalizado, cinturões sanitários e requalificação da orla para que a população possa desfrutar desse patrimônio ambiental único.

A segunda imagem são os Trilhos da Histórias, com a possibilidade de desenvolvimento urbano mais denso e coeso no entorno dos ramais de trens, promovendo a requalificação das estações, produção de habitação popular, instalação de equipamentos públicos e áreas de lazer, além das modernização operacional e tecnológica do sistema de transporte em si. Antes da pandemia da Covid-19, os trens transportavam 600 mil passageiros por dia, mas hoje são apenas 350 mil. Não é possível assistirmos de forma passiva a tamanho retrocesso. Aprofundar o conhecimento sobre a realidade do sistema de trens e construir as condições políticas para sua transformação em metrô de superfície são tarefas do próximo ciclo.

Outra frente de ação em que a Casa fez diferença foi na difusão de informações, dados e indicadores sobre condições de vida e acesso a serviços públicos na metrópole. Foram mais de 30 publicações durante seus 10 anos. Sem dúvida, as duas publicações com maior destaque são o *Mapa da Desigualdade* e a *Agenda Rio*, que apresentam, respectivamente, diagnósticos e propostas para a cidade.

O *Mapa da Desigualdade* possui o mérito de apresentar de forma sintética e imagética os 22 municípios da região metropolitana com algumas dezenas de indicadores sociais e econômicos. No meu ponto de vista, esse é um dos produtos mais relevantes da Casa Fluminense, pois sempre capturou a atenção das pessoas pela forma como apresenta as informações e estimula nossa imaginação para visualizar o Rio por inteiro. Com o Mapa, a Casa democratizou informação e sua utilização pode ser encontrada em reportagens, monografias, apresentações de professores, pesquisadores e ativistas sociais. Muitas vezes quando alguém falava da Casa Fluminense, era comum ouvir falarem da Casa como “aquela organização que produz dados”.

Esse posicionamento como uma organização que possui dados e indicadores para a discussão de políticas públicas permitiu uma boa inserção na imprensa. Ter espaço na TV para lançar novas publicações e participar de reportagens como fonte ou comentarista reforçou o lugar da Casa como um think tank sobre a região metropolitana do Rio.

Duas histórias, e dois personagens, são especiais quando penso na relação da Casa com a imprensa. A primeira foi em 2014, quando fizemos uma parceria com a direção do Jornal O Dia para a publicação de uma série de reportagens. Trabalhávamos com o jornalista André Balocco, edi-

tor da coluna Rio Sem Fronteira, e toda quinzena a Casa estava na capa do jornal de domingo trazendo indicadores e um parceiro da sociedade civil para comentar um tema relevante para a cidade. A segunda foi em 2020, durante a pandemia, quando lançamos o infográfico da desigualdade e a nova versão do *Mapa da Desigualdade*. O trabalho em parceria com o jornalista Chico Regueira gerou reportagens de muita qualidade e grande alcance, com inserções no RJTV, Jornal Hoje e Jornal Nacional, além de inúmeros outros portais. A qualidade dos dados e indicadores, aliada à relação de confiança e parceria com os jornalistas, foram importantes para tornar a Casa uma referência no debate de políticas públicas com base em evidências.

A difusão de dados e indicadores também gerou incidência na ALERJ. Um exemplo foi o livro *Não foi em vão* (2019) sobre mobilidade urbana, desigualdade e segurança nos trens da Supervia, organizado pela Rafaela Albergaria, Vitor Mihessen e o João Pedro Martins, que tornou público os dados pouco visualizados sobre mortes por acidentes nos trilhos.

O livro possui um papel fundamental para garantir a memória da Joana Bonifácio, jovem negra de 19 anos morta nos trens, reforçando a luta pela responsabilização da Supervia e uma melhoria do sistema de trens que previna novos acidentes fatais de acontecer. Em 2021, a articulação de Rafaela Albergaria, prima da Joana e autora do livro, junto às deputadas estaduais Renata Souza e Mônica Francisco, garantiu a construção e aprovação da Lei 9.369/21, chamada de Dossiê Joana Bonifácio, que obriga o governo do estado a divulgar anualmente, por meio do Instituto de Segurança Pública (ISP), os dados sobre os homicídios culposos

e lesões corporais causados por atropelamentos ferroviários. Ou seja, uma informação que foi revelada por meio da ação da sociedade civil passou a se tornar obrigatória para o Estado, por força de lei.

Por fim, a terceira frente onde a Casa fez a diferença foi no apoio às lideranças sociais e organizações locais. Do ponto de vista quantitativo, os números são relevantes. Foram mais de 300 lideranças capacitadas no Curso de Políticas Públicas, apoio na construção de 18 agendas locais em diferentes territórios da metrópole e a criação do Fundo Casa Fluminense, que investiu 1 milhão de reais em mais de 200 projetos de organizações locais. Esses resultados expressam uma parte do impacto da Casa no ecossistema de coletivos e movimentos da metrópole. No entanto, para além dos números, é importante refletir sobre o sentido político que esse processo produziu e qual é o seu legado para esse campo da sociedade civil.

Uma leitura muito importante pra mim foi o livro *Pensar com os outros – 50 anos de FASE: Trajetórias de uma organização da sociedade civil brasileira*, de Leilah Landim e Tatiana Dahmer Pereira. O livro narra a trajetória da organização desde a sua criação em 1961 pelo Padre Pedro Leasing, dentro da igreja católica e com apoio da filantropia dos Estados Unidos, no contexto da Aliança pelo Progresso, um programa da política externa norte-americana para a América Latina. O livro é muito interessante por apresentar o trabalho de assistência social realizado no início da organização, os conflitos políticos entre as equipes técnicas e a direção vinculada à igreja, a contradição dos laços com as agências norte-americanas e setores conservadores da sociedade brasileiro, entre outras questões.

Existe um ponto de virada na história da FASE nos anos 1980, pois nesse momento a organização consolida sua autonomia frente à igreja, consegue estabelecer cooperação internacional com agências da Europa e redireciona o trabalho técnico para apoiar o processo de redemocratização do Brasil. A FASE passou então a colocar o foco de sua ação nos processos de formação para movimentos de trabalhadores rurais, movimentos das periferias urbanas e na construção de oposições sindicais. Esses movimentos tiveram papel muito importante no processo de redemocratização do Brasil nos anos 80 e na consolidação da Constituição Cidadã em 1988.

Narro essa história pois precisamos pensar o impacto de uma organização da sociedade civil de forma articulada ao contexto histórico no qual ela está mergulhada, e na semente que ela planta para gerar fruto no futuro.

Em 2013, ano de criação da Casa, o Brasil viveu as grandes manifestações de junho. O significado das manifestações de 2013 segue em disputa até hoje, mas é possível identificar nele um padrão que marcou a crise política dos anos seguintes. De um lado, uma parcela da sociedade reivindicava o aprofundamento das políticas sociais, com mais distribuição de renda e melhoria na qualidade dos serviços públicos. De outro, forças políticas de oposição conservadora, expressando novos valores na sociedade, organizam sua ascensão diante do esgotamento dos governos petistas.

Entre 2013 e 2022, vivemos o golpe da presidenta Dilma, a prisão do Lula e a eleição do Bolsonaro. No Rio de Janeiro, acompanhamos a prisão de quatro ex-governadores, do presidente da ALERJ e cinco dos sete Conselheiros do Tribunal

de Contas do Estado (TCE-RJ). Vivemos o caos político do trio Marcelo Crivella, Wilson Witzel e Bolsonaro. Foram tempos de retrocesso para quem atua na defesa de direitos básicos e participação social.

Entre as várias derrotas desse período, acredito que o assassinato brutal da vereadora Marielle Franco foi uma das mais significativas para essa geração. Marielle Franco era mulher negra, de favela e bissexual. Seu corpo e sua ação política refletiam muito da renovação política que o Brasil precisa, especialmente o campo progressista. O medo da violência política virou uma questão permanente para ativistas, elevando o risco real sobre os corpos e a vida de pessoas. Identificar e prender os mandantes do crime é fundamental para a democracia no Rio.

Foi nesse cenário em que a Casa Fluminense atuou para capacitar e apoiar lideranças sociais e organizações locais da periferia. Lembro da primeira conversa que tive com Wesley Teixeira, jovem liderança política de Caxias, sobre a criação do Movimenta Caxias. Ele me mostrou o esboço de organização, com *Cidade para Viver* centralizado no papel, como tinha lido na Agenda Rio 2017, da Casa Fluminense. Bastante animado, Wesley disse: “É isso, Henrique! Precisamos de uma cidade para viver, precisamos falar sobre qualidade de vida para as pessoas. Como é que a gente pode somar força?”. A Casa foi uma apoiadora do Movimenta Caxias desde o início, com capacitação de alguns dos seus membros, apoio financeiro para projetos, articulação com fundações e a criação da Agenda Caxias 2030.

Débora Silva, de Belford Roxo, também é uma liderança social muito significativa para a trajetória recente da casa. Débora, mulher negra, evangélica e estudante de Serviço

Social, fez o Curso de Políticas Públicas em 2016. Ela participou do encontro com os candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro, organizado pela Casa Fluminense no Teatro Rival. Débora me contou que aquele evento foi um grande estímulo para ela, pois plantou o desejo de fazer algo parecido em Belford Roxo. Nos encontramos em 2020 e aprofundamos a parceria entre a sua ONG Sim, Eu Sou do Meio, e a Casa. Débora desenvolve um trabalho que impacta centenas de pessoas no seu município, oferecendo atividades de educação, cultura e esporte, cursos de capacitação profissional, apoio psicológico, segurança alimentar e outros, com foco em crianças, adolescentes, jovens e mulheres. Naquele ano, ela acessou o Fundo da Casa Fluminense e recebeu apoio para a realização de debates com candidatos à câmara de vereadores e à prefeitura de Belford Roxo utilizando os dados do *Mapa da Desigualdade*. Débora sempre me conta sobre o quanto esse processo foi importante para fortalecer a sua atuação no território.

Esses são alguns exemplos de pessoas que foram apoiadas pela Casa. Eles encontraram um ponto de apoio para capacitar equipes em políticas públicas, acessar dados e informações sobre o seu município, buscar recursos para realização de projetos em suas comunidades e entrar em contato com um ecossistema de coletivos, movimentos e organizações da sociedade civil no Rio de Janeiro.

Um ponto em comum dessa geração foi que a grande maioria estava envolvida nas campanhas de doação de alimentos no período da Covid-19, atuando na linha de frente para reduzir os impactos perversos da pandemia na população mais pobre e vulnerável. Solidariedade e ação direta são palavras de seu vocabulário.

Lembro de conversar com Larissa Amorim sobre o papel do Fundo Casa Fluminense para apoiar organizações locais que nunca receberam nenhum apoio financeiro, mas realizam trabalhos relevantes em suas comunidades. Larissa, jornalista negra e oriunda da Penha, entrou na Casa como estagiária em 2015. Tornou-se assessora, coordenadora de comunicação e, atualmente, é coordenadora executiva. A sua prioridade é construir ações para fortalecer lideranças sociais e suas narrativas.

Outra característica é a compreensão sobre as dimensões de raça e gênero na reprodução da pobreza e da miséria em nossas cidades. Na Casa Fluminense, entendemos que o debate sobre racismo e machismo é fundamental para qualificar o enfrentamento das desigualdades, colocando o foco na população que vive nas condições de maior vulnerabilidade social. No entanto, também é necessário cuidado para não criar abordagens que isolem o campo e afastem aliados. Creio que nosso desafio é construir iniciativas que aglutinem não apenas pessoas iguais, mas diferentes grupos sociais em torno de pactos políticos e ações concretas para a redução das desigualdades, a construção de bens públicos e a geração de trabalho e renda, especialmente na economia verde e do cuidado.

Quando olho para os 10 anos da Casa Fluminense, passa um filme na cabeça e sinto orgulho de tudo que construímos. Lembro com alegria quando recebemos a Medalha Tiradentes, maior honraria da ALERJ, em reconhecimento ao trabalho realizado em defesa do interesse público no estado do Rio de Janeiro. Foi um momento de celebrar nossas conquistas e acumular forças para os próximos anos.

Milton Santos, em um dos seus últimos livros — *Por uma outra globalização* —, afirma que vivemos o tempo em que as novas tecnologias da informação e da comunicação podem ser apropriadas pela população mais pobre e excluída, criando as condições para a construção de uma sociedade com mais justiça social e oportunidades para todos. O livro é uma mensagem de esperança no futuro. Eu acredito — com convicção — que a Casa Fluminense é um instrumento deste projeto político e desejo que suas ações continuem fortalecendo novas vozes da periferia na luta por igualdade, democracia e sustentabilidade no Rio por inteiro. ◇





periferias
EDITORA



Petrópolis

Cachoeiras
de Macacu

Guapimirim

Magé

Itaboraí

Tanguá

Rio Bonito

São Gonçalo

Niterói

Maricá

Como fizemos a diferença para tecer a cidadania na metrópole do Rio de Janeiro? A luta pelo direito à cidade assume uma premissa singular quando é realizada por sujeitos que têm origem nas múltiplas periferias da metrópole fluminense. Henrique Silveira é de Imbariê — Caxias, Baixada Fluminense —: território em que seus moradores há gerações lutam por direitos. A Casa Fluminense vem há dez anos construindo uma potente rede com organizações da sociedade civil, coletivos, movimentos e lideranças sociais comprometidos com a construção de uma metrópole mais justa no Rio por inteiro. Henrique é geógrafo e gestor público. Sua participação e liderança na Casa por dez anos anuncia estratégias e caminhos ao nos perguntarmos: como faremos a diferença para tecer a cidadania na metrópole do Rio nos próximos dez anos?

ISBN 978-65-87799-23-0



APOIO

CASA
FLUMINENSE

